



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

MP ES

Prova Comentada

APRESENTAÇÃO

Olá, pessoal, tudo certo?!

Em 30/11/2025, foi aplicada a prova objetiva do concurso público para o **Ministério Público do Estado do Espírito Santo**. Assim que divulgados o caderno de provas e o gabarito preliminar oficial, nosso time de professores analisou cada uma das questões que agora serão apresentadas em nossa **PROVA COMENTADA**.

Este material visa a auxiliá-los na aferição das notas, elaboração de eventuais recursos, verificação das chances de avanço para fase discursiva, bem como na revisão do conteúdo cobrado no certame.

Desde já, destacamos que nosso time de professores identificou 2 questões passíveis de recurso e/ou que devem ser anuladas, por apresentar duas alternativas corretas ou nenhuma alternativa correta, como veremos adiante. No tipo de prova comentado, trata-se das questões 08 e 26.

De modo complementar, elaboramos também o Ranking do **MP-ES** em que nossos alunos e seguidores poderão inserir suas respostas à prova, e, ao final, aferir sua nota, de acordo com o gabarito elaborado por nossos professores. Através do ranking, também poderemos estimar a nota de corte da 1ª fase. Essa ferramenta é gratuita e, para participar, basta clicar no link abaixo:

<https://cj.estrategia.com/rankings/6db1278c-6b1e-4ba6-8b9a-9909d531d888>

Além disso, montamos um caderno para nossos seguidores, alunos ou não, verem os comentários e comentar as questões da prova:

<https://cj.estrategia.com/cadernos-e-simulados/cadernos/fa621864-e951-49fd-86f7-7028876a9e7a>

Por fim, comentaremos a prova, as questões mais polêmicas, as possibilidades de recurso, bem como a estimativa da nota de corte no **TERMÔMETRO PÓS-PROVA**, no nosso canal do Youtube. Inscreva-se e ative as notificações!



Estratégia Carreira Jurídica - YouTube

Esperamos que gostem do material e de todos os novos projetos que preparamos para que avancem rumo à aprovação.

Contem sempre conosco.

Vinicius Militão,

Coordenador do Estratégia Carreiras Jurídicas.

PROVA COMENTADA –

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

QUESTÃO 01. Um grupo de vereadores da Câmara Municipal de Alfa inicia debates internos com o objetivo de extinguir o regime próprio de previdência social dos servidores públicos municipais, ocupantes de cargos de provimento efetivo. Ao serem ouvidos, representantes dos servidores se posicionaram em sentido diametralmente oposto a essa ideia, defendendo a desconformidade constitucional da proposição legislativa.

Na situação descrita, é correto afirmar que, de acordo com a sistemática constitucional vigente,

a) é injurídica a extinção do referido regime, por afrontar a vedação ao retrocesso social.

b) é possível a extinção desde que acompanhada de estudo feito nos últimos três anos que ateste a inviabilidade atuarial e financeira do referido regime.

c) é possível a extinção do referido regime, haja vista existir norma constitucional de eficácia limitada e princípio programático que faculta tal medida.

d) é obrigatória a extinção do referido regime, caso Alfa tenha menos de dez mil servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo.

e) é facultativa a extinção, considerando que o servidor público municipal tem o direito de optar entre filiar-se ao referido regime ou ao regime geral de previdência social.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata da vedação de instituição de novos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) e da faculdade de extinção dos regimes já existentes, conforme as alterações promovidas pela Emenda Constitucional nº 103/2019 na Constituição Federal.

A alternativa A está incorreta. A vedação ao retrocesso social é um princípio, mas a Constituição, após a Emenda Constitucional nº 103/2019, expressamente facultou a extinção dos RPPS já existentes (incluindo o municipal), desde que observadas as normas gerais federais. Constituição Federal de 1988 (CF/88): “Art. 40, § 22: Vedada a instituição de novos regimes próprios de previdência social, lei complementar federal estabelecerá, para os que já existam, normas gerais de organização, de funcionamento e de responsabilidade em sua gestão, dispondo, entre outros aspectos, sobre: I - requisitos para sua extinção e consequente migração para o Regime Geral de Previdência Social;”

A alternativa B está incorreta. A extinção do regime é uma faculdade do ente federado, dependente de lei. Não há na Constituição uma condição obrigatória de extinção atrelada à inviabilidade atuarial e financeira nos últimos três anos. O Art. 40, § 22, I, CF/88 apenas trata dos requisitos para a extinção, mas não a torna obrigatória por esse motivo. Constituição Federal de 1988 (CF/88): “Art. 40, § 22: Vedada a instituição de novos regimes próprios de previdência social, lei complementar federal estabelecerá, para os que já existam, normas gerais de organização, de funcionamento e de responsabilidade em sua gestão, dispondo, entre outros aspectos, sobre: I - requisitos para sua extinção e consequente migração para o Regime Geral de Previdência Social;”

A alternativa C está correta. A Emenda Constitucional nº 103/2019 vedou a instituição de novos RPPS e estabeleceu que a lei complementar federal definirá os requisitos para a extinção dos regimes já existentes, como o de Alfa, e a consequente migração para o Regime Geral de Previdência Social (RGPS). Esta previsão confere ao Município a faculdade de extinguir o regime próprio, dependendo de regulamentação por lei complementar federal (norma constitucional de eficácia limitada quanto à regulamentação da extinção. Constituição Federal de 1988 (CF/88): “Art. 40, § 22: Vedada a instituição de novos regimes próprios de previdência social, lei complementar federal estabelecerá, para os que já existam, normas gerais de organização, de funcionamento e de responsabilidade em sua gestão, dispondo, entre outros aspectos, sobre: I - requisitos para sua extinção e consequente migração para o Regime Geral de Previdência Social;”

A alternativa D está incorreta. O critério de 10 mil servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo não é uma condição para a extinção obrigatória. A extinção é facultativa. A obrigatoriedade afirmada contradiz a sistemática constitucional do Art. 40. Constituição Federal de 1988 (CF/88): “Art. 40, § 22: Vedada a instituição de novos regimes próprios de previdência social, lei complementar federal estabelecerá, para os que já existam, normas gerais de organização, de funcionamento e de responsabilidade em sua gestão, dispondo, entre outros aspectos, sobre: I - requisitos para sua extinção e consequente migração para o Regime Geral de Previdência Social;”

A alternativa E está incorreta. O servidor público de cargo efetivo não tem o direito de optar entre o RPPS e o Regime Geral de Previdência Social (RGPS). A filiação ao RPPS é obrigatória enquanto o regime existir no Município. Constituição Federal de 1988 (CF/88) “Art. 40, caput: O regime próprio de previdência social dos servidores titulares de cargos efetivos terá caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente federativo, de servidores ativos, de aposentados e de pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.”

QUESTÃO 02. No Município Sigma, localizado no Estado Alfa, era aplicada a Lei nº X/1986, que obistou fruição de determinado benefício assistencial por um coletivo de indivíduos historicamente discriminado. Diante disso, o Ministério Público ingressou com ação civil pública, para restituir o direito à fruição do benefício, demonstrando incidentalmente, para tanto, a inconstitucionalidade do referido diploma normativo perante a Constituição da República. Em primeira instância, foi proferida sentença de improcedência, sendo interposto recurso de apelação. Ao analisar o recurso, o relator da Câmara competente do Tribunal de Justiça constatou a incompatibilidade da Lei nº X/1986 com a Constituição da República.

Na situação descrita, é correto afirmar que

a) a ação civil pública não é meio adequado para realizar o controle de constitucionalidade da lei.

b) a Câmara competente pode deixar de aplicar a Lei nº X/1986, em razão de sua desconformidade constitucional, e julgar o caso concreto.

c) o processo deve ser suspenso e instaurada a arguição de inconstitucionalidade da Lei nº X/1986, a ser apreciada pelo Pleno do Tribunal de Justiça.

d) o processo deve ser suspenso e encaminhadas as peças ao Procurador-Geral de Justiça, para que adote a medida que entender adequada no exercício de suas atribuições.

e) o processo deve ser suspenso até que o Supremo Tribunal Federal decida, em arguição de descumprimento de preceito fundamental, sobre a constitucionalidade da Lei nº X/1986.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do Controle Difuso de Constitucionalidade no âmbito dos Tribunais e da observância obrigatória da Cláusula de Reserva de Plenário (ou *Full Bench Rule*), conforme o Art. 97 da Constituição Federal.

A alternativa A está incorreta. A Ação Civil Pública (ACP) é um meio processual adequado para que o Ministério Público (MP) realize o controle de constitucionalidade de uma lei de forma incidental ao pedido principal. O princípio da inafastabilidade da jurisdição garante que nenhuma lesão ou ameaça a direito será excluída da apreciação do Poder Judiciário. Constituição Federal de 1988 (CF/88): “Art. 5º, XXXV: a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;”

A alternativa B está incorreta. A Câmara (órgão fracionário) do Tribunal de Justiça não pode declarar a inconstitucionalidade de uma lei, nem afastar sua aplicação, sem que o Plenário ou o Órgão Especial do Tribunal (se houver) se manifeste previamente. Essa proibição decorre da Cláusula de Reserva de Plenário. Constituição Federal de 1988 (CF/88): “Art. 97: Somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.”

A alternativa C está correta. Quando um órgão fracionário (a Câmara) do Tribunal constata a incompatibilidade de uma lei com a Constituição, o processo deve ser suspenso, e a questão da inconstitucionalidade deve ser submetida ao Plenário ou ao Órgão Especial do Tribunal (Incidente de Arguição de Inconstitucionalidade), em estrito cumprimento ao Art. 97 da CF/88. Constituição Federal de 1988 (CF/88): “Art. 97: Somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.”

A alternativa D está incorreta. O encaminhamento de peças ao Procurador-Geral de Justiça é um procedimento que visa, em geral, o ajuizamento de ações de Controle Concentrado (como ADI ou ADPF), o que é distinto do procedimento obrigatório imposto pelo Art. 97 para a apreciação da inconstitucionalidade incidental dentro do Tribunal. O processo deve ser suspenso para o julgamento interno da inconstitucionalidade. Constituição Federal de 1988 (CF/88): “Art. 97: Somente pelo voto da

maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público."

A alternativa E está incorreta. A suspensão do processo até que o Supremo Tribunal Federal (STF) se manifeste em ADPF não é automática nem obrigatória nesta fase. O procedimento primário e mandatório no Tribunal de Justiça, diante da constatação de inconstitucionalidade pelo órgão fracionário, é a instauração do incidente para cumprimento da Reserva de Plenário. Constituição Federal de 1988 (CF/88): "Art. 97: Somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público."

QUESTÃO 03. O Ministério Público recebeu representação informando que a Secretaria de Educação do Município Alfa formalizara uma parceria com certa associação, que não tinha qualificação de organização social nem de organização da sociedade civil de interesse público, visando à consecução de atividade de interesse público e recíproco, conforme proposta delineada pela própria Administração Pública. De acordo com esse ajuste, que não foi antecedido de licitação, seria realizada a transferência de recursos financeiros para a referida associação, o que o representante reputou ilícito.

Ao analisar a representação, o Promotor de Justiça com atribuição concluiu, corretamente, que a conduta da Administração Pública é

- a) ilícita, considerando a ausência de licitação.**
- b) ilícita, caso tenha sido celebrado um convênio.**
- c) lícita, caso tenha sido celebrado um contrato de gestão.**
- d) lícita, caso tenha sido celebrado um termo de colaboração.**
- e) ilícita, considerando a ausência de qualificação da associação.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão aborda o tema das parcerias da Administração Pública com o Terceiro Setor e a correta aplicação do regime jurídico, especificamente a Lei nº 13.019/2014 (Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil - MROSC), que estabelece exceções à regra geral da licitação para transferências de recursos a entidades privadas sem fins lucrativos.

A alternativa A está incorreta. A transferência de recursos a associações para consecução de atividades de interesse público e recíproco não exige licitação se o procedimento for regido pela Lei nº 13.019/2014. Esta lei estabelece um regime jurídico próprio de parceria, utilizando o chamamento público (regra geral) em vez da licitação clássica. Constituição Federal de 1988 (CF/88): "Art. 37, XXI: ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas

da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.”

A alternativa B está incorreta. O convênio é o instrumento jurídico utilizado entre entes federativos ou entidades públicas. A parceria entre a Administração Pública e uma associação privada com transferência de recursos deve ser formalizada por meio de Termo de Colaboração (proposta da Administração) ou Termo de Fomento (proposta da Organização da Sociedade Civil - OSC), conforme a Lei nº 13.019/2014. Lei nº 13.019/2014: “Art. 2º, VIII: Termo de colaboração: instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pela administração pública que envolvam a transferência de recursos financeiros.”

A alternativa C está incorreta. O Contrato de Gestão é o instrumento jurídico formalizado com Organizações Sociais (OS) para a gestão de serviços públicos (saúde, educação, cultura, etc.). Como a associação do caso não possui a qualificação de Organização Social, este instrumento não poderia ser utilizado. Lei nº 9.637/1998 (Lei das Organizações Sociais): “Art. 1º: O Poder Executivo poderá qualificar como organizações sociais pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde, atendidos os requisitos previstos nesta Lei.”

A alternativa D está correta. A parceria é lícita se tiver sido formalizada como Termo de Colaboração ou Termo de Fomento, pois estes são os instrumentos jurídicos adequados para a transferência de recursos financeiros a Organizações da Sociedade Civil (OSC) para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco. O regime da Lei nº 13.019/2014 permite essa transferência sem licitação, desde que cumpridos os requisitos específicos (como o chamamento público). Lei nº 13.019/2014: “Art. 2º, VIII: Termo de colaboração: instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pela administração pública que envolvam a transferência de recursos financeiros.”

A alternativa E está incorreta. A parceria regida pela Lei nº 13.019/2014 (Termo de Colaboração ou Termo de Fomento) é celebrada com Organizações da Sociedade Civil (OSC). O conceito de OSC é amplo e engloba as associações e fundações privadas sem fins lucrativos que atendam aos requisitos legais; não exige a qualificação de Organização Social (OS) nem de Oscip (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público). A ausência dessas qualificações específicas, portanto, não torna o ajuste ilícito. Lei nº 13.019/2014: “Art. 2º, I: Para os fins desta Lei, considera-se: I - organização da sociedade civil: a) entidade privada sem fins lucrativos que não distribua entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores, ou para terceiros, eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplique integralmente na consecução do respectivo objeto social; b) as sociedades cooperativas [...] c) as organizações religiosas [...]; d) as organizações sociais e as organizações da sociedade civil de interesse público.”

QUESTÃO 04. O órgão de execução, com atribuição no âmbito do Ministério Público, instaurou inquérito civil para apurar deficiências estruturais em uma política pública de caráter prestacional. Durante as tratativas para uma solução consensual, argumentou-se, junto ao

representante do ente federativo responsável pela política pública, que, em razão da natureza da matéria, o significado a ser atribuído ao significante constitucional interpretado era influenciado por referenciais axiológicos oriundos do contexto sociopolítico, os quais são essencialmente mutáveis. Esses referenciais, divergentes em alguns aspectos, exigem a resolução das conflitualidades de ordem valorativa de modo a definir o significado mais adequado da norma constitucional.

Na situação descrita, é correto afirmar que

- a) são prestigiadas as ações estruturais do originalismo.
- b) é adotada como alicerce argumentativa a jurisprudência dos conceitos.
- c) há o reconhecimento implícito de que se está perante uma constituição dogmática.
- d) é empregada uma linha argumentativa que distancia o intérprete do momento de criação normativa.
- e) é utilizada uma linha argumentativa compatível com o método de interpretação da lógica do razoável.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata dos Métodos de Interpretação Constitucional (Hermenêutica Constitucional), especificamente a abordagem que incorpora valores (referenciais axiológicos) e o contexto social e político em constante mudança (mutáveis) para definir o significado da norma constitucional, o que é o cerne da Lógica do Razoável.

A alternativa A está incorreta. O Originalismo é um método de interpretação que se opõe à ideia descrita no enunciado. Ele busca o significado da norma no momento de sua criação (intenção do constituinte ou sentido público original), e não em referências axiológicas e sociopolíticas mutáveis do contexto atual. Fundamento Doutrinário (Hermenêutica Constitucional): "A interpretação originalista valoriza a estabilidade do texto constitucional e repele a mutação do significado em função de valores e contextos sociais posteriores à sua promulgação, vinculando o intérprete ao momento de criação normativa e, portanto, distanciando-se dos referenciais axiológicos mutáveis do contexto sociopolítico."

A alternativa B está incorreta. A Jurisprudência dos Conceitos é uma escola de pensamento marcadamente formalista que busca a solução dos casos por meio de um raciocínio lógico-dedutivo rigoroso, baseado em conceitos jurídicos puros, desprezando a influência de valores (axiológicos), finalidades e o contexto social. A linha argumentativa apresentada no enunciado é contrária a esse formalismo. Fundamento Doutrinário (Teoria do Direito): "A Jurisprudência dos Conceitos é marcada pelo formalismo e pelo logicismo, que pretendem afastar o direito da consideração de fatores sociais e axiológicos na busca da solução jurídica, concentrando-se na pura lógica interna dos conceitos, e não na resolução de conflitualidades de ordem valorativa."

A alternativa C está incorreta. O termo Constituição Dogmática refere-se à natureza da Constituição quanto à sua origem (adotada por um órgão constituinte), e não ao método de interpretação que deve ser empregado para resolver conflitos valorativos na aplicação da norma. Fundamento Doutrinário

(Teoria da Constituição): "O termo Constituição Dogmática classifica a Constituição quanto à sua origem e forma de elaboração (escrita, elaborada por um órgão constituinte com base em dogmas ideológicos). Não se relaciona com o método de interpretação (hermenêutica) a ser empregado na aplicação das suas normas para resolver conflitos valorativos."

A alternativa D está incorreta. A afirmação é verdadeira em relação à linha argumentativa descrita (interpretação dinâmica), mas é uma descrição genérica do efeito do método. A linha argumentativa que incorpora valores mutáveis e o contexto sociopolítico é inerentemente aquela que se afasta do momento de criação. Contudo, a descrição detalhada ("referenciais axiológicos", "conflitualidades de ordem valorativa") aponta de forma mais específica para um método concreto. Fundamento Doutrinário (Hermenêutica Constitucional): "A linha argumentativa que incorpora referenciais axiológicos mutáveis e o contexto sociopolítico, como a descrita no enunciado, é característica do método dinâmico ou evolutivo, que, por sua natureza, distancia-se intencionalmente do momento histórico (criação normativa). No entanto, o método da Lógica do Razoável (Alternativa E) é a técnica específica que melhor se encaixa na descrição."

A alternativa E está correta. O método da Lógica do Razoável (*Lógica de lo Razonable*), desenvolvido por Luis Recaséns Siches, é exatamente o que postula que a interpretação e a aplicação do direito, especialmente em políticas públicas e direitos fundamentais, devem ir além da lógica formal, incorporando a teleologia da norma, os valores éticos e a realidade social (referenciais axiológicos e contexto sociopolítico) para encontrar a solução justa e razoável. Fundamento Doutrinário (Luis Recaséns Siches - Hermenêutica Filosófica e Jurídica): "O método da Lógica do Razoável parte do pressuposto de que o Direito não se aplica por meros silogismos formais, mas sim por uma ponderação que leva em conta os valores (axiológicos), as finalidades da lei e o contexto social (sociopolítico) para encontrar a solução justa e adequada para o caso concreto, resolvendo as conflitualidades de ordem valorativa de modo a definir o significado mais adequado da norma constitucional."

QUESTÃO 05. Alguns estados de determinada região do país passaram a defender que instituições financeiras oficiais adotassem uma política de concessão de créditos com juros favorecidos, destinados ao financiamento de atividades econômicas prioritárias realizadas na referida região, de modo a promover o seu desenvolvimento e reduzir as desigualdades regionais. Essa iniciativa, contudo, esbarrou na resistência de outros estados, que não seriam contemplados por benefício similar.

Considerando os balizamentos previstos na Constituição da República, é correto asseverar que

a) é vedada a criação de distinções ou preferências conforme a região do país, logo, a medida almejada não pode vir a ser adotada.

b) é possível a adoção da medida, por meio de lei, desde que os estados solicitantes integrem o mesmo complexo geoeconômico e social, conforme critérios estabelecidos em lei complementar.

c) é necessária a instituição de consórcio público, entre a União e os estados solicitantes, sendo que a adoção da medida deve estar condicionada ao cumprimento de indicadores de desempenho previamente acordados.

d) é necessária a edição de emenda constitucional, de modo a inserir no federalismo brasileiro permissivo de tratamento diferenciado entre entes autônomos e formalmente iguais em prol da construção da igualdade social.

e) é possível a adoção da medida alvitrada, apenas no caso de haver lei complementar de caráter nacional estatuinto os requisitos de caráter geral a serem atendidos, de modo que qualquer estado que os preencha possa ser favorecido.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão aborda o tema do Desenvolvimento Regional e a possibilidade de distinções regionais ou a concessão de incentivos fiscais e creditícios favorecidos, conforme a autorização expressa da Constituição Federal para a redução das desigualdades regionais.

A alternativa A está incorreta. A Constituição não veda a criação de distinções ou preferências regionais. Pelo contrário, a CF/88 prevê o princípio do federalismo cooperativo e a necessidade de reduzir as desigualdades regionais e sociais como um dos objetivos fundamentais da República (Art. 3º, III). Para isso, ela autoriza o tratamento desigual para regiões menos desenvolvidas. Constituição Federal de 1988 (CF/88): “Art. 3º: Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;”

A alternativa B está correta. A Constituição Federal prevê a possibilidade de a União articular sua ação em um complexo geoeconômico e social, visando ao seu desenvolvimento e à redução de desigualdades. A concessão de juros favorecidos para financiamento de atividades prioritárias é expressamente prevista como um dos incentivos regionais. Essa articulação e os incentivos devem ser dispostos e regulamentados por lei complementar federal. Constituição Federal de 1988 (CF/88): “Art. 43: Para efeitos administrativos, a União poderá articular sua ação em um mesmo complexo geoeconômico e social, visando a seu desenvolvimento e à redução das desigualdades regionais. § 1º - Lei complementar disporá sobre: I - as condições para integração de regiões em desenvolvimento; § 2º - Os incentivos regionais compreenderão, além de outros, na forma da lei: II - juros favorecidos para financiamento de atividades prioritárias;”

A alternativa C está incorreta. Embora a União e os Estados possam celebrar consórcios públicos, a instituição de consórcio não é a condição constitucional para a adoção de uma política de crédito com juros favorecidos. O instrumento constitucional para disciplinar essa medida é a lei complementar federal (Art. 43, § 1º). Constituição Federal de 1988 (CF/88): “Art. 43: Para efeitos administrativos, a União poderá articular sua ação em um mesmo complexo geoeconômico e social, visando a seu desenvolvimento e à redução das desigualdades regionais. § 1º - Lei complementar disporá sobre: I - as condições para integração de regiões em desenvolvimento;”

A alternativa D está incorreta. A medida almejada (crédito com juros favorecidos para determinadas regiões) já é constitucionalmente prevista como incentivo regional no próprio texto da CF/88 (Art. 43, § 2º, II). Portanto, não é necessária a edição de uma Emenda Constitucional, mas sim a regulamentação por lei complementar. Constituição Federal de 1988 (CF/88): “ Art. 43, § 2º: Os incentivos regionais compreenderão, além de outros, na forma da lei: II - juros favorecidos para financiamento de atividades prioritárias;”

A alternativa E está incorreta. Embora a adoção da medida seja possível e dependa de lei complementar, a lei complementar não precisa ser de caráter genérico para que qualquer estado que preencha os requisitos seja favorecido (o que caracterizaria isonomia formal). O Art. 43, *caput*, e § 1º, da CF/88, autoriza a articulação em um "mesmo complexo geoeconômico e social" e a disposição sobre as "condições para integração de regiões em desenvolvimento", o que permite a aplicação de políticas voltadas a regiões específicas, visando à redução de desigualdades regionais. Constituição Federal de 1988 (CF/88): "Art. 43: Para efeitos administrativos, a União poderá articular sua ação em um mesmo complexo geoeconômico e social, visando a seu desenvolvimento e à redução das desigualdades regionais. § 1º - Lei complementar disporá sobre: I - as condições para integração de regiões em desenvolvimento;"

QUESTÃO 06. O Estado Alfa, a partir de proposição legislativa de iniciativa parlamentar, editou a Lei Estadual nº X, que institui a taxa de licenciamento e fiscalização ambiental, a ser paga pelas empresas que viessem a instalar atividades potencialmente poluidoras no território estadual, sujeitas à fiscalização das autoridades ambientais de Alfa.

Nos termos da referida lei, o valor da taxa seria fixado por ato normativo infralegal do Chefe do Poder Executivo, em proporção razoável aos custos da atividade estatal, observando-se teto estabelecido na própria lei nº X, sendo o valor atualizado de acordo com os índices legais de correção monetária. O prazo de vencimento da taxa seria igualmente definido em ato infralegal do referido agente.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que a Lei estadual nº X

a) somente apresenta vício de iniciativa.

b) não apresenta qualquer vício de inconstitucionalidade.

c) somente apresenta vício de inconstitucionalidade em relação à fixação do valor da taxa.

d) somente apresenta vício de inconstitucionalidade em relação à definição da data de vencimento da taxa.

e) somente apresenta vícios de inconstitucionalidade em relação à fixação do valor da taxa e à definição da data de vencimento.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão aborda a constitucionalidade de uma Lei Estadual que institui taxa e delega ao Chefe do Poder Executivo a fixação do valor e do vencimento, examinando os princípios da Legalidade Tributária e da Reserva de Lei (Art. 150, I, da CF/88), sob a ótica da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF).

A alternativa A está incorreta. A Lei Estadual nº X, que cria a taxa de licenciamento e fiscalização ambiental, é de iniciativa parlamentar. Não há vício de iniciativa, pois a competência para propor leis que criem ou aumentem tributos não é exclusiva do Chefe do Poder Executivo. As matérias de iniciativa

legislativa privativa do Chefe do Poder Executivo estão previstas em um rol taxativo no Art. 61, § 1º, da Constituição Federal. A criação de tributos não consta nessa lista, tratando-se, portanto, de matéria de iniciativa concorrente. Veja a literalidade da Constituição Federal de 1988 (CF/88): “Art. 6. § 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que: I - fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas; II - disponham sobre: a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração; b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios; c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios; e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI; f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva”.

A alternativa B está correta. A Lei Estadual nº X é considerada integralmente constitucional (não apresenta qualquer vício). A lei estabeleceu o teto da taxa e delegou ao Executivo a fixação do valor em proporção razoável aos custos. O STF pacificou que essa delegação é válida e não viola o princípio da legalidade tributária, desde que a lei defina os elementos essenciais e o limite máximo. A definição do prazo de vencimento do tributo por ato infralegal (ato do Executivo) é aceita, pois não se confunde com a criação ou majoração do tributo. Constituição Federal de 1988 (CF/88): Art. 150, I: “Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: I - exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça;” Fundamento Jurisprudencial: Supremo Tribunal Federal (STF) - Tema 829 (Repercussão Geral) “Tese: “Não viola a legalidade tributária a lei que, prescrevendo o teto, possibilita o ato normativo infralegal fixar o valor de taxa em proporção razoável com os custos da atuação estatal.” (RE 976.287, Rel. Min. Marco Aurélio, Tribunal Pleno, julgado em 06/03/2019).”

A alternativa C está incorreta. A fixação do valor da taxa por ato infralegal, com observância de teto legal, é compatível com o princípio da legalidade tributária, conforme o Tema 829 do STF. Fundamento Jurisprudencial: Supremo Tribunal Federal (STF) - Tema 829 (Repercussão Geral) “Tese: “Não viola a legalidade tributária a lei que, prescrevendo o teto, possibilita o ato normativo infralegal fixar o valor de taxa em proporção razoável com os custos da atuação estatal.” (RE 976.287, Rel. Min. Marco Aurélio, Tribunal Pleno, julgado em 06/03/2019).”

A alternativa D está incorreta. A definição da data de vencimento (prazo) da taxa por ato infralegal não constitui vício de inconstitucionalidade, uma vez que este não é um elemento essencial do tributo cuja reserva é exigida pelo Art. 150, I, da CF/88. Constituição Federal de 1988 (CF/88): “Art. 150, I: “Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: I - exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça;”

A alternativa E está incorreta. Conforme a análise anterior, não há vício nem na fixação do valor (com teto legal) nem na definição da data de vencimento por ato infralegal. A lei é constitucionalmente válida em ambos os aspectos. Fundamento Legal: Constituição Federal de 1988 (CF/88): Constituição Federal de 1988 (CF/88): Art. 150, I: “Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: I - exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça;” Fundamento Jurisprudencial: Supremo Tribunal Federal (STF) - Tema 829 (Repercussão Geral) “Tese: “Não viola a legalidade tributária a lei que, prescrevendo o teto, possibilita o ato normativo

infralegal fixar o valor de taxa em proporção razoável com os custos da atuação estatal." (RE 976.287, Rel. Min. Marco Aurélio, Tribunal Pleno, julgado em 06/03/2019)."

QUESTÃO 07. O Ministério Público estadual atuou como órgão interveniente em ação ajuizada por Joana em face do Estado Alfa, na qual a demandante argumenta com possível injuridicidade na atuação do Tribunal de Contas desse ente federado.

De acordo com a causa de pedir, Joana era servidora pública do Município Delta, vinculada ao regime próprio de previdência social. Após cumprir com os requisitos de idade e tempo de contribuição, teve sua aposentadoria deferida pelo órgão competente.

O processo administrativo foi imediatamente encaminhado ao Tribunal de Contas, para o exercício de sua competência constitucional. Decorridos cinco anos do recebimento dos autos, o Tribunal de Contas negou-se a realizar o registro, sob o argumento de que Joana não teria preenchido o requisito de tempo mínimo de contribuição.

Ao receber os autos, o órgão de execução do Ministério Público observou corretamente que

a) em razão do tempo decorrido desde o recebimento do processo administrativo, a decisão do Tribunal de Contas apresenta injuridicidade.

b) por se tratar de análise inicial da legalidade do ato de aposentadoria, a decisão do Tribunal de Contas não apresenta nenhuma injuridicidade.

c) não são asseguradas as garantias do contraditório e da ampla defesa a Joana, não havendo qualquer injuridicidade na decisão do Tribunal de Contas que negou o registro.

d) no momento em que foi integralizado o lapso temporal de cinco anos de recebimento do benefício previdenciário por Joana, não mais seria possível a revisão do ato de concessão, salvo manifesta má-fé.

e) como a atividade realizada pelo Tribunal de Contas é meramente formal, cabendo ao órgão de origem o juízo de valor quanto ao preenchimento dos requisitos exigidos, a negativa de registro foi injurídica.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão aborda o tema do Controle de Legalidade e Registro dos Atos de Aposentadoria realizado pelos Tribunais de Contas e os limites temporais impostos a essa atividade em nome do princípio da Segurança Jurídica.

A alternativa A está correta. O Supremo Tribunal Federal (STF) possui jurisprudência consolidada, firmada em sede de Repercussão Geral (Tema 445), que estabelece um prazo limite de 5 (cinco) anos para que os Tribunais de Contas julguem a legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma ou pensão, a contar do recebimento do processo na respectiva Corte. Ultrapassado esse prazo sem manifestação, a inércia da Corte de Contas implica a consolidação da situação fática em favor do

inativo (Joana), salvo comprovada má-fé. No caso, o Tribunal demorou cinco anos para negar o registro, o que torna sua decisão injurídica por violação da segurança jurídica e da confiança legítima. Fundamento Jurisprudencial: Supremo Tribunal Federal (STF) - Tema 445 (Repercussão Geral). Tese: "Em atenção aos princípios da segurança jurídica e da confiança legítima, os Tribunais de Contas estão sujeitos ao prazo de 5 anos para o julgamento da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma ou pensão, a contar da chegada do processo à respectiva Corte de Contas." (Leading Case: MS 31.106, Rel. Min. Roberto Barroso, julgado em 19/02/2014, DJe 04/09/2019).

A alternativa B está incorreta. Embora a análise do Tribunal de Contas seja uma análise inicial da legalidade do ato, ela não é imune ao decurso do tempo. A demora de cinco anos para decidir torna a negativa de registro injurídica, conforme o Tema 445 do STF. Fundamento Jurisprudencial: Supremo Tribunal Federal (STF) - Tema 445 (Repercussão Geral) Tese: "Em atenção aos princípios da segurança jurídica e da confiança legítima, os Tribunais de Contas estão sujeitos ao prazo de 5 anos para o julgamento da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma ou pensão, a contar da chegada do processo à respectiva Corte de Contas." (Leading Case: MS 31.106).

A alternativa C está incorreta. O STF também consolidou o entendimento de que, se o Tribunal de Contas decidir pela negativa de registro do ato de aposentadoria (o que afeta a esfera jurídica do inativo), o processo assume natureza contenciosa, exigindo a observância das garantias do contraditório e da ampla defesa para o interessado (Joana), sob pena de nulidade da decisão. Constituição Federal de 1988 (CF/88): "Art. 5º, LV: aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;"

A alternativa D está incorreta. O prazo de 5 anos não é contado a partir do recebimento do benefício, mas sim a partir da chegada do processo ao Tribunal de Contas (Termo inicial correto). Além disso, a revisão do ato pelo Tribunal de Contas é sempre possível em caso de má-fé comprovada (o que é uma ressalva à tese do Tema 445). Fundamento Jurisprudencial: Supremo Tribunal Federal (STF) - Tema 445 (Repercussão Geral). Tese: "Em atenção aos princípios da segurança jurídica e da confiança legítima, os Tribunais de Contas estão sujeitos ao prazo de 5 anos para o julgamento da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma ou pensão, a contar da chegada do processo à respectiva Corte de Contas." (Leading Case: MS 31.106).

A alternativa E está incorreta. A atividade do Tribunal de Contas na análise de aposentadoria não é meramente formal. O julgamento da legalidade pelo Tribunal de Contas é uma condição para que o ato de aposentadoria se aperfeiçoe e produza seus efeitos de forma plena e definitiva (ato administrativo complexo), cabendo à Corte de Contas o juízo de valor quanto à legalidade e ao preenchimento dos requisitos. Constituição Federal de 1988 (CF/88): "Art. 71, III: apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a de concessão de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato inicial."

QUESTÃO 08. O Município Alfa, situado no Estado do Espírito Santo, alterou sua Lei Orgânica para estabelecer os balizamentos que regeriam o sistema remuneratória afeta aos vereadores, atualizando-a conforme as modificações alegadamente introduzidas na Constituição da República O Art. W dispôs que o valor devido pelo exercício da vereança será fixado em lei de

iniciativa da Câmara Municipal, em cada legislatura para a subsequente. O Art. X vedou que a verba de representação devida aos vereadores fosse superior a 20% (vinte por cento) da remuneração. O Art. Y por sua vez, ressaltou que o total da despesa com a remuneração dos vereadores não poderia ultrapassar o montante de 5% (cinco por cento) da receita municipal.

À luz da sistemática estabelecida na Constituição da República, em relação aos três artigos, é correto afirmar que

- a) todos são constitucionais.**
- b) apenas o Art. Y é constitucional.**
- c) apenas o Artigo W é constitucional.**
- d) apenas os Artigos X e Y são constitucionais.**
- e) apenas os Artigos W e X são constitucionais.**

Comentários

Segundo a análise dos professores do Estratégia, a questão não apresenta uma alternativa correta, portanto, é passível de recurso. A questão tratou da análise dos dispositivos da Lei Orgânica Municipal, à luz da Constituição Federal e da jurisprudência do STF.

A alternativa A está incorreta. A afirmação de que "todos são constitucionais" é falsa. O Art. X, ao prever "verba de representação", mesmo que para impor um limite, contraria frontalmente o regime de subsídio em parcela única. Constituição Federal: "Art. 39, § 4º O membro de Poder, o detentor de mandato eletivo, [...] serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória [...]." Veja a jurisprudência do STF (RE 650.898): 3. A "verba de representação" impugnada tem natureza remuneratória, independentemente de a lei municipal atribuir-lhe nominalmente natureza indenizatória. Como consequência, não é compatível com o regime constitucional de subsídio.

A alternativa B está incorreta. Embora o Art. Y seja de fato constitucional por reproduzir o limite de gastos previsto no Art. 29, VII, da CF, a alternativa erra ao afirmar que apenas ele é constitucional. O Art. W também é constitucional. Constituição Federal. "Art. 29, VI - o subsídio dos Vereadores será fixado pelas respectivas Câmaras Municipais em cada legislatura para a subsequente [...]." O Art. W está em perfeita consonância com o texto constitucional, consagrando o princípio da anterioridade.

A alternativa C está incorreta. A alternativa acertou ao reconhecer a constitucionalidade do Art. W, mas erra ao afirmar que apenas ele é constitucional, desconsiderando a validade do Art. Y. Constituição Federal: "Art. 29, VII - o total da despesa com a remuneração dos Vereadores não poderá ultrapassar o montante de cinco por cento da receita do Município;" O Art. Y é uma cópia fiel da norma constitucional, sendo, portanto, válida.

A alternativa D está incorreta. A alternativa erra ao incluir o Art. X como constitucional. Conforme demonstrado na análise da alternativa A, a previsão de "verba de representação" para detentores de

mandato eletivo é materialmente inconstitucional por violar o Art. 39, § 4º, da CF. Constituição Federal: “Art. 39, § 4º O membro de Poder, o detentor de mandato eletivo, [...] serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória [...]”.

A alternativa E está incorreta. Assim como a alternativa anterior, esta também falha ao considerar o Art. X como constitucional. A validade do Art. W não é suficiente para corrigir o erro da alternativa, que inclui um artigo flagrantemente inconstitucional.

QUESTÃO 09. O órgão de execução do Ministério Público do Estado Alfa (MPEA), com atribuição, recebeu para parecer um processo no qual o Município Beta e o servidor público municipal ocupante de cargo em comissão. Discutia-se, nesse processo, a implementação de direito fundamental de segunda dimensão, de estatura constitucional, supostamente assegurado aos servidores públicos.

Ao analisar os autos, o Promotor de Justiça constatou que o Município, em sua contestação, alertar o juízo de que demandas similares vinham sendo ajuizadas em diversos quadrantes da federação, sendo que a respectiva tese já fora apreciada em sede de controle concentrado de constitucionalidade, o que ao seu ver, recomendaria a edição de súmula vinculante sobre a matéria.

Nessa situação, é correto afirmar que

- a) o Município Beta pode apresentar sua proposta ao Supremo Tribunal Federal.**
- b) o MPEA ou o Procurador-Geral de Justiça pode apresentar a proposta ao Supremo Tribunal Federal.**
- c) o juiz, reconhecendo a verossimilhança da proposta, deve submetê-la ao Supremo Tribunal Federal, que a apreciará.**
- d) o juiz deve suspender a tramitação do feito e submeter a proposta de Beta ao Tribunal de Justiça, que, aquiescendo, a encaminhará ao Supremo Tribunal Federal.**
- e) a matéria afeta à edição da súmula vinculante deve ser objeto de discussão na seara própria, não incidentalmente ao processo em discussão em primeira instância.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão aborda o tema da Súmula Vinculante e a competência para propor a sua edição, revisão ou cancelamento ao Supremo Tribunal Federal (STF), conforme previsto na legislação infraconstitucional.

A alternativa A está correta. A Lei nº 11.417/2006, que regulamenta a Súmula Vinculante, estabelece expressamente que o Município pode propor a edição, a revisão ou o cancelamento do enunciado, desde que o faça de forma incidental ao curso de processo em que seja parte. Lei nº 11.417/2006: “Art. 3º, §

1º: O Município poderá propor, incidentalmente ao curso de processo em que seja parte, a edição, a revisão ou o cancelamento de enunciado de súmula vinculante, o que não autoriza a suspensão do processo."

A alternativa B está incorreta. Embora o Procurador-Geral da República e o Procurador-Geral de Justiça (após deliberação do Colégio de Procuradores ou órgão equivalente) estejam entre os legitimados para propor a súmula vinculante (Art. 3º, caput, da Lei 11.417/2006), a questão se refere especificamente à tese levantada pelo Município em sua contestação. O Município possui legitimidade própria para a proposta incidental. Fundamento Legal: Lei nº 11.417/2006: "Art. 3º, caput: São legitimados a propor a edição, a revisão ou o cancelamento de enunciado de súmula vinculante: [...] VI - o Procurador-Geral da República;

A alternativa C está incorreta. A proposta de edição, revisão ou cancelamento de súmula vinculante deve ser apresentada diretamente ao Supremo Tribunal Federal (STF) por um dos legitimados (rol do Art. 3º da Lei 11.417/2006). Não cabe ao juiz submeter a proposta, mas sim à parte legitimada fazê-lo. Lei nº 11.417/2006: "Art. 3º, caput: São legitimados a propor a edição, a revisão ou o cancelamento de enunciado de súmula vinculante..." (O juiz não está no rol).

A alternativa D está incorreta. A lei é clara ao dispor que a proposta do Município, mesmo que incidental, não autoriza a suspensão do processo. Além disso, a proposta é dirigida diretamente ao STF, e não ao Tribunal de Justiça. Lei nº 11.417/2006: "Art. 3º, § 1º: O Município poderá propor, incidentalmente ao curso de processo em que seja parte, a edição, a revisão ou o cancelamento de enunciado de súmula vinculante, o que não autoriza a suspensão do processo."

A alternativa E está incorreta. O Art. 3º, § 1º, da Lei nº 11.417/2006 estabelece justamente o contrário, ao permitir que o Município apresente a proposta incidentalmente ao curso de processo em que seja parte, configurando-se como a seara própria para o exercício dessa legitimidade específica. Lei nº 11.417/2006: "Art. 3º, § 1º O Município poderá propor, incidentalmente ao curso de processo em que seja parte..."

QUESTÃO 10. Um grupo de pessoas ocupou clandestinamente uma área de Mata Atlântica pertencente a determinado ente federativo, com objetivo de realizar a extração ilegal de madeiras com elevado valor de mercado. Em razão da ilicitude da conduta, a autoridade competente determinou a cessação imediata da referida atividade, sendo adotadas as medidas necessárias à responsabilização pessoal dos envolvidos.

Considerando a situação apresentada à luz da sistemática constitucional vigente, é correto afirmar que

a) por configurar patrimônio intergeracional, é vedado o aproveitamento econômico dos recursos naturais da área.

b) o uso dos recursos naturais da referida área é admitido, o que está previsto em norma constitucional de eficácia limitada e princípio programático.

c) a área pode configurar patrimônio municipal, estadual ou nacional, e seu uso deve observar os balizamentos da ordem constitucional e da lei nacional editada pela União.

d) a pretensão de recomposição do dano causado pelo grupo não está sujeita ao prazo prescricional afeto à Fazenda Pública, mas, sim, ao maior prazo da legislação civil.

e) a afronta a direito fundamental de segunda geração, inerente a toda a humanidade e de caráter indisponível, conduz ao reconhecimento da imprescritibilidade da recomposição do dano.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do Direito Ambiental (Art. 225, CF/88), classificando o direito ao meio ambiente como fundamental de terceira dimensão, e examinando a classificação das normas constitucionais quanto à sua eficácia e o regime de responsabilidade por dano ambiental.

A alternativa A está incorreta. Embora o meio ambiente seja patrimônio intergeracional, o aproveitamento econômico dos recursos naturais é admitido pela Constituição, desde que observe os requisitos legais, os estudos prévios de impacto ambiental e a preservação do equilíbrio ecológico (Art. 225, *caput* e § 1º, IV, CF/88). Constituição Federal de 1988 (CF/88): “Art. 225, § 1º, IV: exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental...” (A exigência pressupõe que a atividade, se controlada, é permitida).

A alternativa B está correta. Esta alternativa alinha o uso dos recursos naturais à disciplina constitucional e à classificação das normas. O uso é admitido, desde que legal e controlado. O Art. 225 (Meio Ambiente) é classificado pela doutrina majoritária como uma norma de eficácia limitada de natureza programática, pois estabelece um programa a ser implementado pelo legislador e pelo administrador para garantir a proteção ambiental. Sua plena concretização depende da edição de leis e da adoção de políticas públicas. Fundamento Doutrinário (José Afonso da Silva): O Art. 225 é classificado como norma de eficácia limitada, pois consagra um direito de terceira dimensão cuja plena aplicabilidade depende da atuação do Poder Público por meio de leis e políticas. Constituição Federal de 1988 (CF/88): “Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.”

A alternativa C está incorreta. Embora a Mata Atlântica possa estar em propriedade de diferentes entes, a Constituição a classifica como Patrimônio Nacional (Art. 225, § 4º). Além disso, a utilização do Patrimônio Nacional deve observar a lei (legislação ambiental completa), e não apenas uma “lei nacional editada pela União” genérica. Constituição Federal de 1988 (CF/88): “Art. 225, § 4º: A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica... são patrimônio nacional...”

A alternativa D está incorreta. A pretensão de recomposição do dano ambiental (de natureza civil) está sujeita ao regime da imprescritibilidade, conforme o entendimento consolidado do STJ e STF. Portanto, não se aplica o prazo prescricional afeto à Fazenda Pública nem o maior prazo da legislação civil (que é prescritível). Tese Consolidada (STJ/STF - Tema nº 999 do STF): “É imprescritível a pretensão de reparação civil de dano ambiental.”

A alternativa E está incorreta. A imprescritibilidade da recomposição do dano é, de fato, reconhecida e decorre da conjugação do caráter indisponível do bem ambiental com a responsabilização prevista no Art. 225, § 3º, da CF/88. Contudo, o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado é classificado como direito fundamental de terceira dimensão (direitos de solidariedade), e não de segunda geração (direitos sociais, como saúde e educação). Constituição Federal de 1988 (CF/88): “Art. 225, § 3º: As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.”; Fundamento Doutrinário (Direitos Fundamentais - Paulo Bonavides): O direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado é classificado como direito fundamental de terceira dimensão (direitos de solidariedade e fraternidade).

QUESTÃO 11. No caso Favela Nova Brasília vs. Brasil (Corte Interamericana de Direitos Humanos, 2017), o Tribunal examinou as violações ocorridas durante incursões policiais na comunidade homônima, no Rio de Janeiro, em 1994 e 1995.

Considerando o teor da decisão, assinale a afirmativa correta quanto aos padrões de devida diligência e imparcialidade aplicados às investigações de violência policial e sexual.

a) A Corte reconheceu que o Estado adotou medidas institucionais suficientes para o aprimoramento das investigações, mas concluiu que a persistência de falhas de coordenação entre o Ministério Público e as forças policiais comprometeu a efetividade do controle externo e o cumprimento do dever de investigar.

b) O Tribunal entendeu que a investigação conduzida pela unidade policial envolvida nas operações afetou a independência necessária, e que a ausência de resultados concretos ao longo de duas décadas caracterizou violação dos direitos às garantias judiciais e à proteção judicial.

c) A Corte observou que o arquivamento das investigações, embora juridicamente fundamentado, revelou falhas pontuais de instrução probatória, mas não identificou padrão estrutural de impunidade ou discriminação que justificasse a responsabilidade internacional do Estado.

d) O Tribunal valorizou o reconhecimento parcial de responsabilidade feito pelo Estado brasileiro, considerando-o um fator atenuante para os efeitos reparatórios e para a fixação da indenização às vítimas.

e) A Corte considerou que a ausência de perspectiva de gênero na investigação das violências sexuais não gerou violação autônoma, pois os fatos já estavam abarcados pela análise geral sobre a falta de diligência investigatória.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre o Caso Favela Nova Brasília vs. Brasil.

A alternativa A está incorreta. A Corte não afirmou que as medidas adotadas pelo Estado Brasileiro foram suficientes, mas pelo contrário. Ainda que tenha reconhecido que houve alguns avanços

normativos e institucionais, estes não eram suficientes para sanar a falta de investigação efetiva para superar esse quadro de impunidade que se faz presente na realidade do estado brasileiro em casos que envolveram o uso indevido da força em eventos decorrentes de intervenção policial.

A alternativa B está correta. O julgamento da Corte foi conclusivo que as investigações de fatos atrelados a intervenções policiais precisam ser conduzida por uma autoridade judicial ou por uma autoridade independente - no caso do Brasil, o Ministério Público. Houve uma assunção da responsabilidade, mas não uma atenuação. A saber: “163. A Comissão ressaltou que as investigações policiais foram realizadas pelas mesmas delegacias da Polícia Civil que haviam realizado as operações, as quais foram, ademais, iniciadas mediante “autos de resistência” registrados pelos policiais que haviam participado das incursões, em observância da prática de registrar todas as mortes causadas pela polícia como legítimas, e frequentemente utilizadas para transferir a responsabilidade da polícia às vítimas. Portanto, a Comissão considerou que, devido à falta de independência das autoridades encarregadas das investigações, e em virtude da natureza tendenciosa das investigações policiais, foram violados os artigos 8.1 e 25.1, em relação ao artigo 1.1 da Convenção Americana.”

A alternativa C está incorreta. Ao contrário do que afirma a alternativa, a Corte verificou que o Ministério Público não cumprir com sua função de controle da atividade policial, aprovando o arquivamento do inquérito policial, o que foi corroborado com a decisão do juiz. Vejamos: “209. Por outro lado, ainda que a atuação da polícia tenha sido coberta de omissões e negligência, outros órgãos estatais tiveram a oportunidade de retificar a investigação e não o fizeram. Em primeiro lugar, a Corregedoria da Polícia Civil mostrou ser incapaz de conduzir a investigação a partir de 2002. A esse respeito, o perito João Trajano destacou que há fortes indícios de que esse órgão privilegie o espírito corporativo e se concentre em averiguar problemas administrativos ou disciplinares, e não priorize graves denúncias de violações de direitos humanos e abuso da força no cumprimento de suas funções. Em resumo, o perito afirmou que as corregedorias “não conseguem dar conta de sua missão investigadora e punitiva”.²⁴¹ Além disso, o Ministério Público tampouco cumpriu sua função de controle da atividade de investigação da polícia, e aprovou o arquivamento do inquérito sem verificar a completa falta de diligência e de independência nele presente durante mais de uma década. Por sua vez, o juiz chamado a decidir pelo arquivamento da investigação, em 2009, tampouco procedeu a um controle efetivo da investigação e se limitou a manifestar estar de acordo com a Promotoria, o que foi decisivo para a impunidade dos fatos e a falta de proteção judicial dos familiares das pessoas mortas em 18 de outubro de 1994.”

A alternativa D está incorreta. Foi requerido pelos Representantes medida simbólica de reconhecimento de responsabilidade do Estado, contudo, se opôs à realização do ato público de reconhecimento de responsabilidade, vejamos: “304. O Estado se opôs à realização de um ato público de reconhecimento de responsabilidade, e não se manifestou sobre a criação de um espaço que ofereça cursos de formação profissional e uma escola na comunidade. Tampouco apresentou objeções relativas às placas comemorativas, mas solicitou que o texto seja definido pelo Estado, sem necessidade do consentimento das vítimas. Caso a Corte não considere isso adequado, o Estado solicitou que a própria Corte defina o conteúdo dessa reparação simbólica. “Além disso, o Estado alegou que a indenização por dano moral às vítimas e seus familiares é indevida: “349. A Comissão solicitou que se adotem todas as medidas necessárias para garantir uma compensação adequada e completa tanto pelos danos morais como pelos danos materiais decorrentes das violações cometidas no presente caso, em favor dos familiares das 26 vítimas que morreram nas incursões policiais e em favor de L.R.J., C.S.S. e J.F.C. [...] 351. O Estado alegou que a indenização por dano moral às vítimas e seus familiares é indevida, uma vez que o pronunciamento da sentença já seria suficiente como satisfação de danos morais. Também destacou que os representantes das vítimas não demonstraram relação afetiva e de dependência econômica entre os

irmãos das vítimas diretas e as próprias vítimas, e que, por conseguinte, não podem ser considerados terceiros prejudicados.”

A alternativa E está incorreta. Ao contrário do que afirma a alternativa, a Corte assim asseverou que deve ser conduzidas linhas de investigação específicas a respeito da violência sexual, em conformidade com a legislação interna e, caso seja pertinente, a participação adequada durante a investigação e o julgamento em todas as etapas: “293. Finalmente, em relação aos fatos de violência sexual, tal como se dispôs em outras oportunidades relacionadas com esse tipo de caso,³²⁰ tanto a investigação como o processo penal posterior deverão incluir uma perspectiva de gênero, conduzir linhas de investigação específicas a respeito da violência sexual, em conformidade com a legislação interna e, caso seja pertinente, a participação adequada durante a investigação e o julgamento em todas as etapas. A investigação também deverá ser realizada por funcionários capacitados em casos similares e em atenção a vítimas de discriminação e violência de gênero. Além disso, será necessário assegurar-se de que as pessoas encarregadas da investigação e do processo penal, bem como, caso seja cabível, outras pessoas envolvidas, como testemunhas, peritos ou familiares da vítima, disponham das devidas garantias de segurança.”

QUESTÃO 12. No julgamento de mérito da ADPF 347, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu a situação de violação massiva de direitos fundamentais no sistema prisional brasileiro e declarou o chamado "estado de coisas inconstitucional" A decisão implicou a determinação de medidas voltadas à superação desse quadro e à efetivação dos direitos das pessoas privadas de liberdade.

Considerando o conteúdo da decisão e as medidas concretas efetivamente estabelecidas pelo Tribunal, assinale a opção correta.

a) O STF determinou que a União elabore o Plano Nacional de Reestruturação do Sistema Prisional, devendo notificar os Estados e Municípios para, no prazo de até 6 meses, manifestarem se aderirão ao Plano.

b) O STF deferiu pedido para que os presos em regime fechado fossem gradualmente transferidos a estabelecimentos privados de gestão compartilhada, desde que garantido o controle público e o respeito aos direitos humanos.

c) O STF determinou, entre outras medidas, que juízes e tribunais passem a fundamentar a não aplicação de medidas cautelares alternativas, que realizem audiências de custódia em até 24 horas e que União libere os recursos do Fundo Penitenciário Nacional.

d) O STF deferiu pedido para que o Conselho Nacional de Justiça, o Conselho Nacional do Ministério Público e a sociedade civil participem, com poder decisório, da formulação e do monitoramento das políticas de encarceramento, além das medidas emergenciais de reforma prisional.

e) O STF determinou que o Poder Executivo Federal elaborasse, em 90 dias, Plano Nacional de Descriminalização de Condutas de baixo potencial ofensivo, como forma de reduzir a população carcerária.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre a violação de Direitos Humanos no âmbito do Sistema Prisional brasileiro.

A alternativa A está incorreta. Com o Plano apresentado pela União, os Estados terão o prazo para elaboração de seus respectivos planos estaduais. Vejamos: “2. Diante disso, União, Estados e Distrito Federal, em conjunto com o Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Conselho Nacional de Justiça (DMF/CNJ), deverão elaborar planos a serem submetidos à homologação do Supremo Tribunal Federal, nos prazos e observadas as diretrizes e finalidades expostas no presente voto, especialmente voltados para o controle da superlotação carcerária, da má qualidade das vagas existentes e da entrada e saída dos presos.”

A alternativa B está incorreta. Não houve a referida determinação, mas sim, o reconhecimento do estado de coisas inconstitucional no sistema prisional. Vejamos: “O estado de desconformidade constitucional do sistema carcerário brasileiro expressa-se por meio: (i) da superlotação e da má-qualidade das vagas existentes, marcadas pelo déficit no fornecimento de bens e serviços essenciais que integram o mínimo existencial (Eixo 1); (ii) das entradas de novos presos no sistema de forma indevida e desproporcional, envolvendo autores primários e delitos de baixa periculosidade, que apenas contribuem para o agravamento da criminalidade (Eixo 2); e (iii) da permanência dos presos por tempo superior àquele previsto na condenação ou em regime mais gravoso do que o devido (Eixo 3).”

A alternativa C está correta. A alternativa está em consonância à determinação, vejamos: “[...] Adesão ao voto do relator originário quanto à procedência dos pedidos para declarar o estado de coisas inconstitucional do sistema carcerário brasileiro e determinar que: (i) juízes e tribunais motivem a não aplicação de medidas cautelares alternativas à privação da liberdade quando determinada ou mantida a prisão provisória; (ii) juízes fixem, quando possível, penas alternativas à prisão, pelo fato de a reclusão ser sistematicamente cumprida em condições mais severas do que as previstas em lei; (iii) juízes e tribunais levem em conta o quadro do sistema penitenciário brasileiro no momento de concessão de cautelares penais, na aplicação da pena e durante a execução penal; (iv) sejam realizadas audiências de custódia no prazo de 24hs, contadas do momento da prisão; [...]”

A alternativa D está incorreta. Ao contrário, julgou, ainda, improcedentes os pedidos de oitiva de entidades estatais e da sociedade civil acerca dos planos, bem como de sua homologação e monitoramento pelo STF.

A alternativa E está incorreta. Ao contrário, a partir da homologação do plano nacional, determinou-se em início prazo de seis meses para que Estados e Distrito Federal apresentem seus planos para superar o estado de coisas inconstitucional em até três anos.

QUESTÃO 13. A Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância representa importante marco normativo no combate às desigualdades raciais no âmbito interno e internacional. Considerando o conteúdo e os objetivos dessa Convenção, assinale a opção correta.

a) Constitui Tratado Internacional sobre direitos humanos que assume, nos termos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, hierarquia de norma supralegal que condiciona a interpretação da legislação ordinária e de atos normativos secundários, permitindo ainda uma interpretação cosmopolita da Constituição

b) Estabelece que as medidas especiais ou de ação afirmativa não constituem espécie de discriminação racial, desde que não se perpetuem quando alcançados seus objetivos e que não levem à manutenção de direitos separados para grupos diferentes.

c) Define a discriminação racial indireta como aquela decorrente de práticas racistas veladas que têm o objetivo ou intenção de estabelecer direitos desiguais para grupos sociais racionalizados, de modo a instituir um sistema de supremacia racial.

d) Define a discriminação múltipla ou agravada como a soma ou o conjunto de discriminações sofridas por pessoas racializadas em razão de seu pertencimento a determinado grupo racial, propondo medidas para o combate a essas diversas esferas de discriminação racial.

e) Define o racismo como a conduta criminoso praticada por indivíduos com dolo específico de afetar a honra objetiva e subjetiva de pessoas racializadas, estabelecendo o dever do Estado de combater estas práticas mediante medidas efetivas de criminalização e responsabilização penal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre o Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância

A alternativa A está incorreta. Ao contrário do que afirma, tem status de emenda constitucional, sendo incorporado com base no artigo 5º, §3º da CRFB/88.

A alternativa B está correta. De fato, está expressamente estabelecida na Convenção. Vejamos o disposto no artigo 5 do Decreto 10.932/2022: “Artigo 5 - Os Estados Partes comprometem-se a adotar as políticas especiais e ações afirmativas necessárias para assegurar o gozo ou exercício dos direitos e liberdades fundamentais das pessoas ou grupos sujeitos ao racismo, à discriminação racial e formas correlatas de intolerância, com o propósito de promover condições equitativas para a igualdade de oportunidades, inclusão e progresso para essas pessoas ou grupos. Tais medidas ou políticas não serão consideradas discriminatórias ou incompatíveis com o propósito ou objeto desta Convenção, não resultarão na manutenção de direitos separados para grupos distintos e não se estenderão além de um período razoável ou após terem alcançado seu objetivo.”

A alternativa C está incorreta. Conforme assim ensina o professor Vinicius Zopponi, esta decorre de critérios aparentemente neutros, mas que geram desvantagens particulares para um determinado grupo ou segmento racial. Vejamos o disposto na Convenção: “2. Discriminação racial indireta é aquela que ocorre, em qualquer esfera da vida pública ou privada, quando um dispositivo, prática ou critério aparentemente neutro tem a capacidade de acarretar uma desvantagem particular para pessoas pertencentes a um grupo específico, com base nas razões estabelecidas no Artigo 1.1, ou as coloca em desvantagem, a menos que esse dispositivo, prática ou critério tenha um objetivo ou justificativa razoável e legítima à luz do Direito Internacional dos Direitos Humanos.”

A alternativa D está incorreta. Trata-se de um agravamento na discriminação quando a distinção ou exclusão é decorrente da incidência simultânea de dois, ou mais critérios de discriminação, conforme assim explica o professor Vinicius Zopponi. Vejamos a definição pela Convenção: “3. Discriminação múltipla ou agravada é qualquer preferência, distinção, exclusão ou restrição baseada, de modo concomitante, em dois ou mais critérios dispostos no Artigo 1.1, ou outros reconhecidos em instrumentos internacionais, cujo objetivo ou resultado seja anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em condições de igualdade, de um ou mais direitos humanos e liberdades fundamentais consagrados nos instrumentos internacionais aplicáveis aos Estados Partes, em qualquer área da vida pública ou privada.”

A alternativa E está incorreta. A definição é distinta, nos termos da Convenção. Vejamos a definição prevista no artigo 1 da Convenção: “1. Discriminação racial é qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência, em qualquer área da vida pública ou privada, cujo propósito ou efeito seja anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em condições de igualdade, de um ou mais direitos humanos e liberdades fundamentais consagrados nos instrumentos internacionais aplicáveis aos Estados Partes. A discriminação racial pode basear-se em raça, cor, ascendência ou origem nacional ou étnica.”

QUESTÃO 14. Com base no entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no julgamento da ADI 4275/DF, sobre o direito das pessoas transexuais, transgêneras e travestis à requalificação civil de nome e gênero, assinale a afirmativa correta quanto aos requisitos e ao procedimento para o exercício desse direito.

a) A requalificação civil depende da apresentação de laudo médico e psicológico, que ateste a disforia de gênero e comprove a adequação física ou hormonal à identidade autodeclarada, conforme o princípio da veracidade registral.

b) O pedido de qualificação civil deve ser submetido ao Poder Judiciário, que verificará a adequação entre o gênero autodeclarado e o sexo biológico constante nos registros oficiais.

c) O procedimento de requalificação civil autodeclaratório é administrativo e, podendo ser requerido diretamente em cartório de registro civil, sem necessidade de cirurgia, laudos ou decisão judicial, mediante simples manifestação da vontade da pessoa interessada.

d) O STF condicionou a requalificação civil à alteração prévia dos documentos perante os órgãos previdenciários e de identidade profissional, a fim de evitar divergências cadastrais

e) A requalificação civil foi admitida apenas para pessoas maiores de 21 anos, devendo as demais pessoas transexuais, transgêneras e travestis obter prévia autorização judicial, como medida de proteção da personalidade em desenvolvimento.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre Direitos da População LGBTQIAPN+.

A alternativa A está incorreta. Para a requalificação civil, a pessoa transgênero pode assim fazê-lo independentemente de procedimento cirúrgico e laudos de terceiros, por se tratar de tema relativo ao direito fundamental ao livre desenvolvimento da personalidade.

A alternativa B está incorreta. Trata-se de direito fundamental subjetivo à alteração do prenome e da classificação de gênero no registro civil, que poderá ocorrer tanto pela via administrativa quanto judicial.

A alternativa C está correta. A pessoa transgênero que comprove sua identidade de gênero dissonante daquela que lhe foi designada ao nascer por autoidentificação firmada em declaração escrita desta sua vontade dispõe do direito fundamental subjetivo à alteração do prenome e da classificação de gênero no registro civil pela via administrativa ou judicial, independentemente de procedimento cirúrgico e laudos de terceiros, por se tratar de tema relativo ao direito fundamental ao livre desenvolvimento da personalidade.

A alternativa D está incorreta. Não há essa exigência, mas pelo contrário. A identidade de gênero é manifestação da própria personalidade da pessoa humana e, como tal, cabe ao Estado apenas o papel de reconhecê-la, nunca de constituí-la.

A alternativa E está incorreta. O direito à igualdade sem discriminações abrange a identidade ou expressão de gênero, não havendo limitação de idade.

QUESTÃO 15. A proteção internacional dos direitos dos povos indígenas abrange tanto instrumentos normativos, como a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) quanto decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos Corte IDH que consolidam entendimentos sobre o direito à terra, a consulta prévia e à autodeterminação.

Considerando essas normas e a jurisprudência interamericana, assinale a opção correta sobre os direitos dos povos indígenas.

a) No caso Povo Indígena Xucuru vs. Brasil a Corte IDH determinou a desintrusão e a garantia do domínio pleno e efetivo do território, fixando o prazo de até 18 meses, a partir da notificação da sentença.

b) Nos termos da Convenção OIT nº 169, estabeleceu-se que a consulta aos povos interessados deve ocorrer imediatamente após a adoção da medida estatal.

c) No caso Povo Indígena Xucuru vs. Brasil, a Corte IDH admitiu a substituição do território reconhecido por terras não contíguas ao território titulado, diante de dificuldades fundiárias.

d) Segundo a Convenção OIT nº 169, dispôs-se que os direitos sobre recursos naturais em terras indígenas limitam-se aos recursos superficiais, sem participação na exploração de riquezas do subsolo.

e) Nos termos da Convenção OIT nº 169, previu-se que os deslocamentos por interesse público podem ser decidido unilateralmente, desde que mediante a devida indenização pecuniária e independentemente do consentimento dos povos afetados.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre os direitos dos povos indígenas.

A alternativa A está correta. É exatamente a determinação da Corte, vejamos: “194. Em especial, cabe ao Estado realizar a desintrusão do território indígena Xucuru, que permanece na posse de terceiros não indígenas, e efetuar os pagamentos pendentes de indenizações por benfeitorias de boa-fé. Essa obrigação de desintrusão compete ao Estado de ofício e com extrema diligência. Nesse sentido, o Estado deve remover qualquer tipo de obstáculo ou interferência sobre o território em questão. Em especial, mediante a garantia do domínio pleno e efetivo do povo Xucuru sobre seu território, em prazo não superior a 18 meses, a partir da notificação da presente Sentença.”

A alternativa B está incorreta. Não há uma determinação de consulta em momento imediato, com assim ressalta a alternativa, pois a consulta deverá ser feita através de instrumento apropriados e por instituições representativas, vejamos o disposto no artigo 6º da Convenção: “Ao aplicar as disposições da presente Convenção, os governos deverão: a) consultar os povos interessados, mediante procedimentos apropriados e, particularmente, através de suas instituições representativas, cada vez que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente;”

A alternativa C está incorreta. Pelo contrário, a Corte IDH condenou o Brasil por violar o direito à propriedade coletiva do povo Xucuru e determinou que o Estado deve garantir o direito de propriedade coletiva sobre seu território ancestral, vejamos: “Recomendações.– Por conseguinte, a Comissão recomendou ao Estado o que se segue. a. Adotar, com a brevidade possível, as medidas necessárias, inclusive as medidas legislativas, administrativas ou de outra natureza, indispensáveis à realização do saneamento efetivo do território ancestral do Povo Indígena Xucuru, de acordo com seu direito consuetudinário, valores, usos e costumes. Consequentemente, garantir aos membros do povo que possam continuar vivendo de maneira pacífica seu modo de vida tradicional, conforme sua identidade cultural, estrutura social, sistema econômico, costumes, crenças e tradições particulares.”

A alternativa D está incorreta. Nos termos do artigo 15 da referida convenção, é direito dos povos indígenas a participar sempre que for possível dos benefícios que essas atividades produzam, o que inclui o subsolo. Vejamos: “1. Os direitos dos povos interessados aos recursos naturais existentes nas suas terras deverão ser especialmente protegidos. Esses direitos abrangem o direito desses povos a participarem da utilização, administração e conservação dos recursos mencionados. 2. Em caso de pertencer ao Estado a propriedade dos minérios ou dos recursos do subsolo, ou de ter direitos sobre outros recursos, existentes nas terras, os governos deverão estabelecer ou manter procedimentos com vistas a consultar os povos interessados, a fim de se determinar se os interesses desses povos seriam prejudicados, e em que medida, antes de se empreender ou autorizar qualquer programa de prospecção ou exploração dos recursos existentes nas suas terras. Os povos interessados deverão participar sempre que for possível dos benefícios que essas atividades produzam, e receber indenização equitativa por qualquer dano que possam sofrer como resultado dessas atividades.”

A alternativa E está incorreta. Ao contrário. Conforme determina o artigo 16 da referida Convenção, quando o traslado e o reassentamento desses povos sejam considerados necessários, este só poderá

ocorrer quando consentidos de forma livre e contando com o pleno conhecimento de causa. Vejamos: “2. Quando, excepcionalmente, o traslado e o reassentamento desses povos sejam considerados necessários, só poderão ser efetuados com o consentimento dos mesmos, concedido livremente e com pleno conhecimento de causa. Quando não for possível obter o seu consentimento, o traslado e o reassentamento só poderão ser realizados após a conclusão de procedimentos adequados estabelecidos pela legislação nacional, inclusive enquetes públicas, quando for apropriado, nas quais os povos interessados tenham a possibilidade de estar efetivamente representados.”

QUESTÃO 16. No julgamento do referendo da medida cautelar na ADPF 976 Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu violação sistemática de direitos fundamentais da população em situação de rua e validou a adoção de medidas estruturais voltadas à proteção dessa coletividade.

Considerando o teor da decisão e as providências efetivamente determinadas pelo Tribunal, assinale a opção que indica corretamente medida imposta pelo STF.

a) Determinação para que a União, os Estados e os Municípios criem, em até 12 meses, um Plano Nacional Integrado para Superação da Situação de Rua, competindo seu monitoramento ao Tribunal de Contas da União.

b) Ordem para que todos os entes federativos se abstenham de remover pessoas em situação de rua ou apreender seus pertences em ações de zeladoria urbana sem prévia comunicação, garantia de integridade e definição de protocolos de conduta dos agentes públicos.

c) Criação, no âmbito do Ministério Público e da Defensoria Pública, de forças-tarefa permanentes para monitorar violações de direitos nas ações de limpeza urbana, com obrigação de relatórios semestrais encaminhados ao Conselho Nacional de Justiça.

d) Implantação obrigatória de abrigos emergenciais climatizados nas capitais estaduais e nos municípios com mais de 500 mil habitantes, com alocação prioritária de recursos das sobras orçamentárias do Legislativo e do Judiciário.

e) Obrigação de incluir módulos específicos sobre a população em situação de rua nas pesquisas censitárias e nos registros do IBGE, com atualização anual de dados qualitativos e quantitativos supervisionada pelo Ministério do Desenvolvimento Social.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre os direitos da população em situação de rua.

A alternativa A está incorreta. O prazo está incorreto. Conforme decisão, determinou-se o prazo de 120 dias, vejamos: “I) A formulação pela PODER EXECUTIVO FEDERAL, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, do PLANO DE AÇÃO E MONITORAMENTO PARA A EFETIVA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA, com a participação, dentre outros órgãos, do Comitê intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para População em Situação

de Rua (CIAMP-Rua), do Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH), da Defensoria Pública da União (DPU) e do Movimento Nacional da População em Situação de Rua.”

A alternativa B está correta. A alternativa corresponde a determinação expressa, a saber: “II.3) Proibam o recolhimento forçado de bens e pertences, assim como a remoção e o transporte compulsório de pessoas em situação de rua;”

A alternativa C está incorreta. Não há determinação nesse sentido.

A alternativa D está incorreta. Dentre as medidas impostas pelo STF, está o dever dos poderes executivos municipais e distrital, bem como, dos poderes executivos federais e estaduais para que efetivem medidas que garantam a segurança pessoal e dos bens das pessoas em situação de rua nos abrigos institucionais existentes. Em caso de carência de vagas, a imediata destinação emergencial de vagas na rede hoteleira nas localidades onde houver carência de vagas em abrigos institucionais já existente, vejamos: “(II) Aos PODERES EXECUTIVOS MUNICIPAIS E DISTRITAL, bem como onde houver atuação, aos PODERES EXECUTIVOS FEDERAL E ESTADUAIS que, no âmbito de suas zeladorias urbanas e nos abrigos de suas respectivas responsabilidades: II.1) Efetivem medidas que garantam a segurança pessoal e dos bens das pessoas em situação de rua dentro dos abrigos institucionais existentes; e) a imediata destinação emergencial de vagas na rede hoteleira nas localidades onde houver carência de vagas em abrigos institucionais já existentes, garantindo o ressarcimento dos custos ao estabelecimento por parte dos poderes federais, estaduais, distrital e municipais;”

A alternativa E está incorreta. Não há uma obrigação instituída nesse sentido. Mas há um incontroverso reconhecimento das pesquisas censitárias como instrumento base para a elaboração de políticas destinadas à população em situação de rua.

QUESTÃO 17. Após tomar posse no cargo de Analista do Ministério Público do Estado do Espírito Santo, Carlos participou, na qualidade de ouvinte, de uma palestra ministrada por um Promotor de Justiça da referida instituição, cuja temática central envolvia aspectos jurídicos e administrativos relacionados à celebração de consórcios públicos. Considerando o conteúdo discutido e as disposições da Lei nº 11.107/2005, que estabelecem as normas gerais sobre contratos de consórcios públicos, avalie as assertivas a seguir e assinale a opção incorreta.

a) Os consórcios públicos poderão emitir documentos de cobrança e exercer atividades de arrecadação de tarifas e outros preços públicos pela prestação de serviços ou pelo uso ou outorga de uso de bens públicos por eles administrados ou, mediante autorização específica, pelo ente da Federação consorciado.

b) O consórcio público, para o cumprimento de seus objetivos, poderá firmar convênios, contratos, acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções sociais ou econômicas de outras entidades e órgãos do governo.

c) A União somente participará de consórcios públicos em que também façam parte todos os Estados em cujos territórios estejam situados os Municípios consorciados.

d) Os objetivos dos consórcios públicos serão determinados pelos entes da Federação que se consorciarem, observados os limites constitucionais.

e) O consórcio público constituirá órgão público ou pessoa jurídica de direito privado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema Consórcios Públicos.

A alternativa A está incorreta, pois traz exatamente o texto do art. 2º, § 2º, da Lei 11.107/2005 (lembre-se que o enunciado pede a alternativa de teor incorreto!). Vejamos: “§ 2º Os consórcios públicos poderão emitir documentos de cobrança e exercer atividades de arrecadação de tarifas e outros preços públicos pela prestação de serviços ou pelo uso ou outorga de uso de bens públicos por eles administrados ou, mediante autorização específica, pelo ente da Federação consorciado.”

A alternativa B está incorreta, pois traz exatamente o texto do art. 2º, § 1º, inciso I, da Lei 11.107/2005 (lembre-se que o enunciado pede a alternativa de teor incorreto!). Vejamos: “§ 1º Para o cumprimento de seus objetivos, o consórcio público poderá: I – firmar convênios, contratos, acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções sociais ou econômicas de outras entidades e órgãos do governo;”

A alternativa C está incorreta, pois traz exatamente o texto do art. 1º, § 2º, da Lei 11.107/2005 (lembre-se que o enunciado pede a alternativa de teor incorreto!). Vejamos: “§ 2º A União somente participará de consórcios públicos em que também façam parte todos os Estados em cujos territórios estejam situados os Municípios consorciados.”

A alternativa D está incorreta, pois traz exatamente o texto do art. 2º, caput, da Lei 11.107/2005 (lembre-se que o enunciado pede a alternativa de teor incorreto!). Vejamos: “Art. 2º Os objetivos dos consórcios públicos serão determinados pelos entes da Federação que se consorciarem, observados os limites constitucionais.”

A alternativa E está correta, pois é a única alternativa de teor incorreto (lembre-se que o enunciado pede a alternativa de teor incorreto!). Os consórcios são associações públicas e não órgãos públicos. Logo, conclui-se que seu texto vai de encontro ao art. 1º, § 1º, da Lei 11.107/2005, vejamos: “§ 1º O consórcio público constituirá associação pública ou pessoa jurídica de direito privado.”

QUESTÃO 18. O Governador do Estado do Espírito Santo demonstrou interesse em proceder desapropriação de um grande terreno pertencente ao Município de Vitória, por motivo de utilidade pública. Dessa forma, o referido agente político solicitou estudos de viabilidade sobre a medida almejada. Nesse cenário, considerando as disposições do Decreto-Lei nº 3.365/1941, é correto afirmar que o Estado do Espírito Santo:

a) Poderá proceder à desapropriação almejada, desde que sejam preenchidos os requisitos legais, inclusive a autorização do Presidente do Tribunal de Justiça do referido Estado da federação.

b) Não poderá proceder à desapropriação almejada, porquanto a expropriação de bens públicos se restringe às hipóteses de interesse social.

c) Poderá proceder à desapropriação almejada, desde que sejam preenchidos os requisitos legais, inclusive a autorização legislativa.

d) Não poderá proceder à desapropriação almejada, já que somente a União pode proceder à expropriação de bens públicos.

e) Não poderá proceder à desapropriação almejada, porquanto não é juridicamente cabível a expropriação de bens públicos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema Desapropriação.

A alternativa A está incorreta. O DL 3.365/41 não fala em autorização do Presidente do TJ. Na verdade, fala apenas em autorização legislativa. Conforme seu art. 2º, § 2º: “§ 2º Será exigida autorização legislativa para a desapropriação dos bens de domínio dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal pela União e dos bens de domínio dos Municípios pelos Estados.”

A alternativa B está incorreta. O próprio DL 3.365/41 trata das hipóteses de desapropriação por utilidade pública, não havendo restrição a casos de interesse social.

A alternativa C está correta. Conforme art. 2º, caput e § 2º, do DL 3.365/41: “Art. 2º Mediante declaração de utilidade pública, todos os bens poderão ser desapropriados pela União, pelos Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios. § 2º Será exigida autorização legislativa para a desapropriação dos bens de domínio dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal pela União e dos bens de domínio dos Municípios pelos Estados. “

Ressalte-se que existe a possibilidade do parágrafo 2º-A, na qual a desapropriação ocorre sem necessidade de autorização legislativa. Vejamos: “§ 2º-A. Será dispensada a autorização legislativa a que se refere o § 2º quando a desapropriação for realizada mediante acordo entre os entes federativos, no qual serão fixadas as respectivas responsabilidades financeiras quanto ao pagamento das indenizações correspondentes.”

A alternativa D está incorreta. Todos os entes podem desapropriar. Conforme art. 2º, caput, do DL 3.365/41: “Art. 2º Mediante declaração de utilidade pública, todos os bens poderão ser desapropriados pela União, pelos Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios.”

A alternativa E está incorreta. É sim cabível a desapropriação de bens públicos, conforme art. 2º, § 2º, já transcrito na explicação das alternativas A e C.

QUESTÃO 19. Carlos, Maria, Lucas e Sofia, moradores do Município de Vila Velha (ES), procuraram a Defensoria Pública Estadual para regularizar a situação dos imóveis onde residem. Durante o atendimento, foram informados da possibilidade de reconhecimento da propriedade por meio do instituto da Usucapião especial de imóvel urbano prevista no Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001), bem como sobre as consequências legais dele decorrentes. Considerando as disposições da Lei nº 10.257/2001 sobre a usucapião, é incorreto afirmar que:

a) Na pendência da ação de usucapião especial urbana, devem ser sobrestadas quaisquer outras ações, petições ou possessórias, que venham a ser propostas relativamente ao imóvel usucapiendo.

b) A usucapião especial de imóvel urbano pode ser invocada como matéria de defesa, valendo a sentença que a reconhecer como título para registro no cartório de registro de imóveis.

c) O possuidor, isoladamente ou em litisconsórcio originário ou superveniente, é parte legítima para a propositura da ação de usucapião especial urbana.

d) O autor da ação de usucapião especial urbana faz jus os benefícios da justiça gratuita e da assistência judiciária gratuita, inclusive perante o cartório de registro de imóveis.

e) Na ação de usucapião especial urbana, a intervenção do Ministério Público é facultativa.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema Usucapião Especial Urbana.

A alternativa A está incorreta, pois traz exatamente o texto do art. 11 do Estatuto das Cidades (lembre-se que o enunciado pede a alternativa de teor incorreto!). Vejamos: “Art. 11. Na pendência da ação de usucapião especial urbana, ficarão sobrestadas quaisquer outras ações, petições ou possessórias, que venham a ser propostas relativamente ao imóvel usucapiendo.”

A alternativa B está incorreta, pois traz exatamente o texto do art. 13 do Estatuto das Cidades (lembre-se que o enunciado pede a alternativa de teor incorreto!). Vejamos: “Art. 13. A usucapião especial de imóvel urbano poderá ser invocada como matéria de defesa, valendo a sentença que a reconhecer como título para registro no cartório de registro de imóveis.”

A alternativa C está incorreta, pois traz exatamente o texto do art. 12, inciso I, do Estatuto das Cidades (lembre-se que o enunciado pede a alternativa de teor incorreto!). Vejamos: “Art. 12. São partes legítimas para a propositura da ação de usucapião especial urbana: I – o possuidor, isoladamente ou em litisconsórcio originário ou superveniente;”

A alternativa D está incorreta, pois traz exatamente o texto do art. 12, § 2º, do Estatuto das Cidades (lembre-se que o enunciado pede a alternativa de teor incorreto!). Vejamos: “§ 2º O autor terá os benefícios da justiça e da assistência judiciária gratuita, inclusive perante o cartório de registro de imóveis.”

A alternativa E está correta, pois é a única de teor incorreto (lembre-se que o enunciado pede a alternativa de teor incorreto!). De acordo com o art. 12, § 1º, do Estatuto das Cidades: “§ 1º Na ação de usucapião especial urbana é obrigatória a intervenção do Ministério Público.”

QUESTÃO 20. A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei nº 13.709/2018) estabelece que o tratamento de dados pessoais por pessoas jurídicas de direito público deve ser realizado para o atendimento de finalidades públicas, na persecução do interesse público, com o objetivo de executar as competências legais ou cumprir as atribuições legais do serviço público. Considerando as normas da LGPD aplicáveis ao tratamento e ao compartilhamento de dados pessoais pelo Poder Público, analise as disposições a seguir.

I. Os dados deverão ser mantidos em formato interoperável e estruturado para o uso compartilhado com vistas à execução de políticas públicas, à prestação de serviços públicos, a descentralização da atividade pública e à disseminação e ao acesso das informações pelo público em geral.

II. O uso compartilhado de dados pessoais pelo Poder Público deve atender a finalidades específicas de execução de políticas públicas e atribuição legal pelos órgãos e pelas entidades públicas, respeitados os princípios de proteção de dados pessoais elencados em lei.

III. É vedado ao Poder Público transferir a entidades privadas dados pessoais constantes de bases de dados a que tenha acesso, inclusive em casos de execução descentralizada de atividade pública que exija a transferência, exclusivamente para esse fim específico e determinado.

Está correto o que se afirma em:

a) I, apenas.

b) II, apenas.

c) III, apenas.

d) I e II, apenas.

e) I, II e III.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei nº 13.709/2018).

O Item I está correto. Conforme art. 25 da LGPD: “Art. 25. Os dados deverão ser mantidos em formato interoperável e estruturado para o uso compartilhado, com vistas à execução de políticas públicas, à prestação de serviços públicos, à descentralização da atividade pública e à disseminação e ao acesso das informações pelo público em geral.”

O Item II está correto. Conforme art. 26 da LGPD: “Art. 26. O uso compartilhado de dados pessoais pelo Poder Público deve atender a finalidades específicas de execução de políticas públicas e atribuição legal pelos órgãos e pelas entidades públicas, respeitados os princípios de proteção de dados pessoais elencados no art. 6º desta Lei.”

O Item III está incorreto. Conforme art. 26, § 1º, inciso I, da LGPD: “§ 1º É vedado ao Poder Público transferir a entidades privadas dados pessoais constantes de bases de dados a que tenha acesso, exceto: I - em casos de execução descentralizada de atividade pública que exija a transferência, exclusivamente para esse fim específico e determinado, observado o disposto na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação).”

QUESTÃO 21. Após um longo e complexo processo licitatório, o Município de Vitória (ES) concluiu a fase de julgamento e declarou vencedora a sociedade empresária Alfa, cuja proposta foi considerada a mais vantajosa para a Administração. Encerradas as etapas recursais, iniciou-se o procedimento de convocação da licitante para a formalização do contrato administrativo correspondente. Nesse cenário, considerando as disposições da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021), avalie as afirmativas a seguir, referentes à convocação e à contratação do licitante vencedor, e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

() A Administração convocará regularmente o licitante vencedor para assinar o termo de contrato, ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo e nas condições estabelecidas no edital de licitação, sob pena de decair o direito à contratação sem prejuízo das sanções previstas na legislação de regência.

() O prazo de convocação do licitante vencedor poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

() Caso o convocado não assine o termo de contrato, ou não aceite nem retire o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, será facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

As afirmativas são, respectivamente:

a) V – V – V

b) F – V – F

c) F – F – V

d) F – F – F

e) V – F – V

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema Licitações e Contratos.

O Item I está correto. Conforme art. 90 da Lei 14.133/2021: “Art. 90. A Administração convocará regularmente o licitante vencedor para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo e nas condições estabelecidas no edital de licitação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei.”

O Item II está correto. Conforme art. 90, § 1º, da Lei 14.133/2021: “§ 1º O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.”

O Item III está correto. Conforme art. 90, § 2º, da Lei 14.133/2021: “§ 2º Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.”

QUESTÃO 22. O saneamento básico compreende o conjunto de serviços públicos, infraestruturas e instalações operacionais destinados ao abastecimento de água potável, ao esgotamento sanitário, à limpeza urbana e ao manejo de resíduos sólidos, bem como à drenagem e ao manejo das águas pluviais urbanas. Em razão de sua importância para a implementação dos direitos fundamentais previstos no texto constitucional, a Política Nacional De Saneamento Básico busca a universalização do acesso a esses serviços. À luz das disposições da Lei nº 11.445/2007, com as alterações introduzidas pela Lei nº 14.026/2020, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, avalie as assertivas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

() Não constitui serviço público a ação de saneamento executada por meio de soluções individuais, desde que o usuário não dependa de terceiros para operar os serviços, bem como as ações e serviços de saneamento básico de responsabilidade privada, incluindo o manejo de resíduos de responsabilidade do gerador.

() O lixo proveniente de atividades comerciais, industriais e de serviços cuja responsabilidade pelo manejo não seja atribuída ao gerador pode, por decisão do poder público, ser considerado resíduo sólido urbano.

() Os recursos hídricos, por constituírem elemento essencial à prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, integram o conjunto de serviços públicos de saneamento básico.

As assertivas são, respectivamente:

a) V – V – F

b) F – V – F

c) F – F – V

d) F – F – F

e) V – F – V

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema Política Nacional De Saneamento Básico (Lei nº 14.026/2020).

O Item I está correto. Conforme art. 5º da Lei nº 11.445/07: “Art. 5º Não constitui serviço público a ação de saneamento executada por meio de soluções individuais, desde que o usuário não dependa de terceiros para operar os serviços, bem como as ações e serviços de saneamento básico de responsabilidade privada, incluindo o manejo de resíduos de responsabilidade do gerador.”

O Item II está correto. Conforme art. 6º da Lei nº 11.445/07: “Art. 6º O lixo originário de atividades comerciais, industriais e de serviços cuja responsabilidade pelo manejo não seja atribuída ao gerador pode, por decisão do poder público, ser considerado resíduo sólido urbano.”

O Item III está incorreto. Conforme art. 4º da Lei nº 11.445/07: “Art. 4º Os recursos hídricos não integram os serviços públicos de saneamento básico.”

QUESTÃO 23. Durante a campanha para as eleições municipais, Ana, então Prefeita do Município Beta e candidata à reeleição, permitiu o uso de bem imóvel de propriedade desse ente federativo pelo Partido Político Alfa, ao qual estava filiada, em benefício direto de sua candidatura. Diante desses fatos, o Partido Político Sigma ingressou com representação em face de Ana.

O processo teve o seu curso normal e logo após a proclamação dos candidatos eleitos, tendo sido Ana reeleita para um segundo mandato em primeiro turno de votação, o expediente foi encaminhado ao Ministério Público para emissão de parecer.

Considerando as disposições da Lei nº 9.504/1997 e o momento processual em que o parecer foi solicitado, assinale a opção que indica a manifestação correta do Promotor Eleitoral.

a) Está configurada a perda do objeto.

b) A cassação do diploma de Ana pode ser decretada independentemente do ajuizamento de outra ação.

c) A sanção de multa é única passível de ser aplicada, devendo ser ajuizada ação própria para se discutir a cassação do diploma de Ana.

d) A representação somente poderá redundar na cassação do diploma, caso a conduta de Ana tem igualmente configurado abuso de poder político.

e) A cessão de bem público a partido político, no curso do processo eleitoral, é permitida pela legislação eleitoral, logo, Ana não praticou ilícito eleitoral.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre atuação do Ministério Público Eleitoral em caso de representação.

A alternativa A está incorreta. Não podemos afirmar se houve ou não a perda do objeto. Ademais, a eleição e diplomação do candidato não retiram a ilicitude da conduta.

A alternativa B está incorreta. Não, ao prescindir de ação de investigação judicial eleitoral, para constatar a gravidade, vejamos: “Art. 30-A. Qualquer partido político ou coligação poderá representar à Justiça Eleitoral, no prazo de 15 (quinze) dias da diplomação, relatando fatos e indicando provas, e pedir a abertura de investigação judicial para apurar condutas em desacordo com as normas desta Lei, relativas à arrecadação e gastos de recursos.”

A alternativa C está correta. Na via processual simples da Representação, o Promotor Eleitoral deve se manifestar pela aplicação da multa, indicando que a cassação exige a Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE) ou a discussão sob o prisma do abuso de poder em ação própria. No caso de Ana, o Partido Sigma ingressou com uma Representação (rito do Art. 73). Mesmo que a conduta de Ana seja ilícita, o rito processual escolhido (Representação) é o que leva, primariamente, à multa. Vejamos: da Lei nº 9.504/97: “Art. 73. São proibidas aos agentes públicos, servidores ou não, as seguintes condutas tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais: I - ceder ou usar, em benefício de candidato, partido político ou coligação, bens móveis ou imóveis pertencentes à administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, ressalvada a realização de convenção partidária;”.

A alternativa D está incorreta. Aqui temos a ampliação do objeto da ação eleitoral. A cumulação é possível desde que a representação obedeça ao mesmo rito da AIJE. Nesse sentido, a mera representação (rito simplificado) não basta.

A alternativa E está incorreta. O uso de bens públicos móveis ou imóveis em benefício de candidato, partido ou coligação é expressamente vedado, nos termos do Art. 73, I, da Lei nº 9.504/97: “Art. 73. São proibidas aos agentes públicos, servidores ou não, as seguintes condutas tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais: I - ceder ou usar, em benefício de candidato, partido político ou coligação, bens móveis ou imóveis pertencentes à administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, ressalvada a realização de convenção partidária;”. O bem público pode ser utilizada para atividades partidárias, desde que não seja utilizado na campanha eleitoral, como é o caso da casa.

QUESTÃO 24. Maria pretendia ser candidata ao cargo de vereadora no Município Alfa pelo Partido Político Delta. Joana, que não era correligionária de qualquer agremiação partidária, mas que tinha grande admiração por Maria - embora não se conhecessem pessoalmente -, criou um grupo em aplicativo de mensagens eletrônicas, reunindo algumas pessoas que atuavam na mesma área profissional da candidata. Nesse grupo, Joana informou que ofereceria vale

combustível aos integrantes do grupo, em seu posto de gasolina, caso Maria fosse eleita, condicionando o benefício ao empenho dos eleitores em convencer outras pessoas a votarem nela.

Ao tomar conhecimento da iniciativa, Maria agradeceu publicamente a Joana pela ação.

Diante desses fatos, o Promotor Eleitoral concluiu, de forma correta, que

a) como apenas Maria é candidata, somente ela pode figurar no polo passivo da ação de captação ilícita de votos.

b) considerando o momento da prática da conduta não é cabível o ajuizamento da ação de captação ilícita de votos.

c) como Maria não praticou a conduta, somente Joana pode figurar no polo passivo da ação de captação ilícita de votos.

d) considerando o reduzido número de pessoas alcançadas pela conduta de Joana, o foi caracterizado um ilícito eleitoral.

e) Joana, autora da conduta, e Maria, candidata beneficiada e que tinha conhecimento dos fatos, devem figurar no polo passivo da ação de captação ilícita de votos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre campanha eleitoral, mais especificamente acerca da captação de sufrágio.

A alternativa A está incorreta. O autor material do ilícito é a Joana, ela também deve figurar no polo passivo, independentemente de ser ou não candidata, pois ela é a responsável pela conduta e pode ser punida com multa, vejamos: “Art. 41. A propaganda exercida nos termos da legislação eleitoral não poderá ser objeto de multa nem cerceada sob alegação do exercício do poder de polícia ou de violação de postura municipal, casos em que se deve proceder na forma prevista no art. 40.”

A alternativa B está incorreta. A captação ilícita de votos é cabível desde o registro da candidatura até o dia da eleição. Como a conduta ocorreu durante a campanha, é cabível o ajuizamento da ação, nos termos do art. 41-A, §3º da Lei das Eleições: “§ 3 A representação contra as condutas vedadas no caput poderá ser ajuizada até a data da diplomação.”

A alternativa C está incorreta. Maria é a principal atingida pela sanção de cassação (Art. 41-A), pois é a candidata beneficiada que teve conhecimento e anuiu com o ato. A responsabilidade atinge ambos.

A alternativa D está incorreta. Basta a comprovação do ato de oferecer a vantagem com o fim específico de obter o voto, uma vez que o ilícito eleitoral de captação de sufrágio é formal, conforme assim prevê o art. 41-A, §1º: “§ 1o Para a caracterização da conduta ilícita, é desnecessário o pedido explícito de votos, bastando a evidência do dolo, consistente no especial fim de agir.”

A alternativa E está correta. Nos termos do art. 41-A, Maria ofereceu um benefício de natureza econômica em detrimento do livre exercício do voto. Vejamos: “Art. 41-A. Ressalvado o disposto no art. 26 e seus incisos, constitui captação de sufrágio, vedada por esta Lei, o candidato doar, oferecer, prometer, ou entregar, ao eleitor, com o fim de obter-lhe o voto, bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive emprego ou função pública, desde o registro da candidatura até o dia da eleição, inclusive, sob pena de multa de mil a cinquenta mil Ufir, e cassação do registro ou do diploma, observado o procedimento previsto no art. 22 da Lei Complementar no 64, de 18 de maio de 1990.”

QUESTÃO 25. O Partido Político Alfa requereu o registro dos candidatos que concorreram na eleição para vereador do Município Sigma. Desse total, 30% (trinta por cento) eram do sexo feminino. No curso da campanha eleitoral, observou-se que as candidatas não realizaram propaganda eleitoral, e no dia da eleição, tiveram votação inexpressiva, sendo que a grande maioria não contou com um único voto.

Os fatos foram levados ao conhecimento do Promotor Eleitoral, o qual concluiu corretamente que

a) a legislação de regência assegura a cota de gênero, exigência de natureza formal e de ordem quantitativa, não estando conectada ao desempenho, logo, não ocorreu a ilicitude.

b) conforme o momento processual, é cabível o ajuizamento de ação judicial eleitoral ou de ação de impugnação de mandato eletivo, as quais acarretarão a inelegibilidade dos que conheciam a fraude ou foram beneficiados.

c) como a eleição já foi realizada, somente é cabível o ajuizamento da ação de impugnação de mandato eletivo, na qual configurarão, no polo passivo, apenas as candidatas e os dirigentes de Alfa que participaram do ilícito.

d) em razão da inobservância das regras de registro e de campanha, somente é cabível o ajuizamento de ação judicial eleitoral, na qual configurarão, no polo passivo, apenas as candidatas e os dirigentes de Alfa que participaram do ilícito.

e) o ajuizamento de ação de impugnação de mandato eletivo é cabível, o que pode acarretar a desconstituição dos mandatos dos candidatos eleitos por Alfa e de seus suplentes, quer tenham conhecimento da fraude, quer sejam apenas favorecidos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre fraude à cota de gênero, nos termos da Súmula 73 do TSE.

A alternativa A está incorreta. A fraude ocorre quando a exigência formal é cumprida, mas a finalidade material (incentivo à participação feminina) é violada. A votação inexpressiva ou zerada, a ausência de campanha e a falta de recursos gastos são elementos de prova que demonstram a ilicitude da candidatura fictícia (Súmula TSE nº 73).

A alternativa B está incorreta. A sanção principal e mais grave decorrente da fraude é a cassação do Demonstrativo de Regularidade de Atos Partidários (DRAP) e a cassação de todos os mandatos obtidos pelo partido/coligação na eleição proporcional, consoante a Súmula TSE nº 73: “(a) a cassação do Demonstrativo de Regularidade de Atos Partidários (Drap) da legenda e dos diplomas dos candidatos a ele vinculados, independentemente de prova de participação, ciência ou anuência deles; (b) a inelegibilidade daqueles que praticaram ou anuíram com a conduta, nas hipóteses de Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE);”

A alternativa C está incorreta. A sanção de cassação dos mandatos atinge todos os eleitos e suplentes da chapa proporcional, independentemente de prova de sua participação, ciência ou anuência na fraude, conforme inteligência da Súmula nº 73 do TSE.

A alternativa D está incorreta. A cassação decorrente da fraude afeta todos os eleitos e seus suplentes, pois o vício contaminou o processo de registro e o cálculo dos quocientes eleitoral e partidário. Vejamos a Súmula 73 TSE: “(c) a nulidade dos votos obtidos pelo partido, com a recontagem dos quocientes eleitoral e partidário (art. 222 do Código Eleitoral), inclusive para fins de aplicação do art. 224 do Código Eleitoral.”

A alternativa E está correta. Nos termos da Súmula 73 do TSE: “A fraude à cota de gênero, consistente no desrespeito ao percentual mínimo de 30% (trinta por cento) de candidaturas femininas, nos termos do art. 10, § 3º, da Lei n. 9.504/97, configura-se com a presença de um ou alguns dos seguintes elementos, quando os fatos e as circunstâncias do caso concreto assim permitirem concluir: (1) votação zerada ou inexpressiva; (2) prestação de contas zerada, padronizada ou ausência de movimentação financeira relevante; e (3) ausência de atos efetivos de campanhas, divulgação ou promoção da candidatura de terceiros. O reconhecimento do ilícito acarretará: (a) a cassação do Demonstrativo de Regularidade de Atos Partidários (Drap) da legenda e dos diplomas dos candidatos a ele vinculados, independentemente de prova de participação, ciência ou anuência deles; (b) a inelegibilidade daqueles que praticaram ou anuíram com a conduta, nas hipóteses de Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE); (c) a nulidade dos votos obtidos pelo partido, com a recontagem dos quocientes eleitoral e partidário (art. 222 do Código Eleitoral), inclusive para fins de aplicação do art. 224 do Código Eleitoral.”

QUESTÃO 26. Em 2006, Pedro celebrou contrato verbal de comodato com seu tio Jorge, proprietário de um sítio de 5 hectares localizado no interior do Estado, permitindo-lhe residir no local e realizar pequenas plantações para subsistência pelo prazo de quarenta e oito meses. Em 2011 Jorge faleceu, deixando 3 herdeiras: Tieta, Flor e Maria, que jamais ingressaram com ação reivindicatória. Pedro permaneceu no imóvel, construiu uma casa de alvenaria e passou a explorá-lo economicamente, plantando e vendendo hortaliças em feiras locais. Em 2020, Pedro transferiu onerosamente parte da posse do terreno (1 hectare) a Dorival, mediante contrato particular não registrado e este passou a exercer posse mansa e produtiva sobre a fração. Em 2025, Tieta propôs ação reivindicatória em face de Dorival, que, em contestação, alegou a usucapião. Em réplica, a autora sustentou a impossibilidade da usucapião, pois a posse teve origem em comodato verbal e, por tanto, seria precária, sustentando que este deveria responder por todos os prejuízos, inclusive frutos percebidos e não percebidos.

Considerando a narrativa, à luz do Código Civil, da Constituição Federal e da jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça, assinale a afirmativa correta quanto à natureza da

posse exercida por Pedro e Dorival, bem como à possibilidade de reconhecimento da usucapião no caso descrito.

a) Pedro não pode invocar usucapião, visto que sua posse é precária por origem e o decurso do tempo não convalida a precariedade; apenas a renúncia expressa dos herdeiros poderia torná-la justa.

b) A morte do comodante extinguiu o comodato, convertendo a posse de Pedro em posse *ad usucapionem*, o que autoriza o reconhecimento da usucapião extraordinária após o decurso de 15 anos.

c) A transferência de posse para Dorival interrompeu o prazo de prescrição aquisitiva, pois configura ato inequívoco de oposição à propriedade dos herdeiros, incompatível com a continuidade da posse *ad usucapionem*.

d) O possuidor derivado pode adquirir o bem por usucapião extraordinária, mas apenas se demonstrar justo título e boa-fé, requisitos cumulativos e indispensáveis em qualquer modalidade.

e) A usucapião extraordinária não pode ser alegada como meio de defesa, sendo também inadmissível em casos de composesse, de modo que a usucapião de Dorival dependeria da anuência expressa de Pedro.

Comentários

Esta questão é passível de recurso, pois não apresenta alternativa correta. A questão tratou da posse. O ponto crucial para a resolução é entender o que aconteceu com a posse de Pedro após o término do contrato de comodato e a morte do proprietário.

A alternativa A está incorreta. A premissa de que a precariedade nunca se convalida é a regra geral, mas ela admite exceções. A jurisprudência e a doutrina reconhecem a possibilidade da interversio possessionis, que é exatamente o que ocorreu no caso. A posse de Pedro, que era precária, transformou-se em posse *ad usucapionem* por meio de atos exteriores e inequívocos de oposição ao direito do proprietário (construção, exploração econômica) e pela inércia prolongada dos herdeiros. Portanto, Pedro pode invocar a usucapião. Veja a literalidade do CC/2002: “Art. 1.203. Salvo prova em contrário, entende-se manter a posse o mesmo caráter com que foi adquirida”. Enunciado nº 237 do Conselho da Justiça Federal: “É cabível a modificação do título da posse – interversio possessionis – na hipótese em que o até então possuidor direto demonstrar ato exterior e inequívoco de oposição ao antigo possuidor indireto, tendo por efeito a caracterização do animus domini”.

A alternativa B está incorreta. Veja que o enunciado informa que o contrato de comodato foi feito em 2006, com prazo de duração de 48 meses (4 anos). Portanto, em 2011, quando Jorge falece, o comodato já havia sido extinguido, por decurso do prazo (já haviam se passado 5 anos). Nessa perspectiva, é incorreto afirmar que comodato se extinguiu pela morte do tio de Pedro, pois quando a morte ocorreu, o comodato já estava extinto.

A alternativa C está incorreta. A transferência da posse é, na verdade, um ato que reforça a intenção de dono (*animus domini*), sendo totalmente compatível com a usucapião. Longe de interromper o prazo, a

lei expressamente permite que o sucessor Dorival some o tempo de posse do antecessor Pedro para atingir o lapso temporal necessário, nos termos do CC/2002: “Art. 1.243. O possuidor pode, para o fim de contar o tempo exigido pelos artigos antecedentes, acrescentar à sua posse a dos seus antecessores (art. 1.207), contanto que todas sejam contínuas, pacíficas e, nos casos do art. 1.242, com justo título e de boa-fé”.

A alternativa D está incorreta. A principal característica da usucapião extraordinária (Art. 1.238) é justamente a dispensa dos requisitos de justo título e boa-fé. Esses elementos são exigidos apenas para a usucapião ordinária (Art. 1.242). Veja literalidade do CC/2002: “Art. 1.238. Aquele que, por quinze anos, sem interrupção, nem oposição, possuir como seu um imóvel, adquire-lhe a propriedade, independentemente de título e boa-fé; podendo requerer ao juiz que assim o declare por sentença, a qual servirá de título para o registro no Cartório de Registro de Imóveis. Art. 1.242. Adquire também a propriedade do imóvel aquele que, contínua e incontestadamente, com justo título e boa-fé, o possuir por dez anos”.

A alternativa E está incorreta, pois a usucapião pode ser arguida como matéria de defesa em ações petitórias, como a reivindicatória. Além disso, a usucapião é, sim, admissível em casos de composses (embora o caso não seja de composses entre Pedro e Dorival, mas de sucessão de posse). E por último, veja que o direito de Dorival de usucapir não depende de "anuência expressa" de Pedro, mas sim do preenchimento dos requisitos legais, incluindo a soma das posses, que é um direito conferido por lei. Nos termos da Súmula 237 do Supremo Tribunal Federal (STF): "O usucapião pode ser arguido em defesa."

QUESTÃO 27. Betinho e Capitu mantiveram um relacionamento afetivo duradouro, público e contínuo entre 2017 e 2024, sem celebração de contrato escrito ou registro em cartório. Durante esse período, adquiriram onerosamente um imóvel e um veículo. Betinho, contudo, mantinha paralelamente um relacionamento afetivo antigo com Helena, com quem teve um filho e cujo vínculo também possuía publicidade no círculo social e familiar. Após o falecimento de Betinho, Capitu ajuizou ação de reconhecimento e dissolução de união estável, pleiteando meação sobre os bens adquiridos durante o relacionamento e reconhecimento da união estável verbal.

Considerando o Código Civil e a jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça (STJ), assinale a afirmativa correta quanto à possibilidade de reconhecimento da união estável entre Betinho e Capitu e à partilha dos bens adquiridos durante o relacionamento.

a) A ausência de contrato escrito e de registro em cartório impede o reconhecimento da união estável e a definição de regime de bens, sendo necessária a prova de coabitação permanente.

b) Inexistindo contrato escrito, a união estável é reconhecível judicialmente, aplicando-se, por presunção legal, o regime da comunhão parcial de bens.

c) O reconhecimento de uniões estáveis simultâneas é possível, desde que haja boa-fé de ambos os companheiros e inexistência de casamento formal.

d) A coabitação é requisito essencial para a caracterização da união estável, de modo que a ausência de convivência sob o mesmo teto impede a configuração da entidade familiar.

e) A ausência de formalização contratual da união estável impede a partilha de bens adquiridos onerosamente durante o relacionamento, por falta de título jurídico válido.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão tratou da união estável.

A alternativa A está incorreta. A alternativa contém dois erros crassos. Primeiro, a união estável é uma situação de fato que não exige formalização por contrato escrito ou registro para existir e ser reconhecida. Segundo, a coabitação não é um requisito essencial para a configuração da união estável. Nos termos da Súmula 382 do Supremo Tribunal Federal: "A vida em comum sob o mesmo teto, more uxório, não é indispensável à caracterização do concubinato." Embora a súmula use o termo "concubinato", ela é aplicada por analogia para afastar a exigência de coabitação na união estável. No mesmo sentido, o STJ dispõe: "A coabitação não é elemento indispensável à caracterização da união estável". Precedentes: AgRg no AREsp 649786/GO, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 04/08/2015, DJe 18/08/2015; AgRg no AREsp 223319/RS, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 18/12/2012, DJe 04/02/2013; AgRg no AREsp 59256/SP, Rel. Ministro MASSAMI UYEDA, TERCEIRA TURMA, julgado em 18/09/2012, DJe 04/10/2012; AgRg nos EDcl no REsp 805265/AL, Rel. Ministro VASCO DELLA GIUSTINA (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/RS), TERCEIRA TURMA, julgado em 14/09/2010, DJe 21/09/2010; REsp 1096324/RS, Rel. Ministro HONILDO AMARAL DE MELLO CASTRO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/AP), QUARTA TURMA, julgado em 02/03/2010, DJe 10/05/2010; REsp 275839/SP, Rel. Ministro ARI PARGENDLER, Relatora para Acórdão Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 02/10/2008, DJe 23/10/2008.

A alternativa B está correta. Esta alternativa descreve corretamente a regra geral aplicável às uniões estáveis, embora sua aplicação ao caso concreto de Capitu seja inviabilizada pela simultaneidade. Dentre as opções apresentadas, esta é a única que contém uma afirmação juridicamente precisa e correta sobre o instituto da união estável. Se uma união estável é reconhecida e não há contrato dispondo de forma diversa, o regime de bens aplicado é o da comunhão parcial. Veja literalidade do CC/2002: "Art. 1.725. Na união estável, salvo contrato escrito entre os companheiros, aplica-se às relações patrimoniais, no que couber, o regime da comunhão parcial de bens."

A alternativa C está incorreta. Esta alternativa contraria frontalmente a jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça. A existência de uma união estável ou casamento prévio impede o reconhecimento de um novo vínculo familiar para o mesmo período, independentemente da boa-fé. Nos termos da Tese de Repercussão Geral do STF, Tema 529: "A preexistência de casamento ou de união estável de um dos conviventes, ressalvada a exceção do artigo 1.723, § 1º, do Código Civil, impede o reconhecimento de novo vínculo referente ao mesmo período, inclusive para fins previdenciários, em virtude da consagração do dever de fidelidade e da monogamia pelo ordenamento jurídico-constitucional brasileiro". Veja o que a jurisprudência do STJ dispõe nesse sentido: "Não é possível o reconhecimento de uniões estáveis simultâneas. AgRg no AREsp 609856/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 28/04/2015, DJe 19/05/2015; AgRg no AREsp 395983/MS, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 23/10/2014, DJe 07/11/2014; REsp 1348458/MG, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 08/05/2014, DJe 25/06/2014; REsp 912926/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 22/02/2011, DJe 07/06/2011; AgRg no Ag 1130816/MG, Rel. Ministro VASCO

DELLA GIUSTINA (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/RS), TERCEIRA TURMA, julgado em 19/08/2010, DJe 27/08/2010. (VIDE INFORMATIVO DE JURISPRUDÊNCIA N. 464)”.

A alternativa D está incorreta. Conforme já explicado na análise da alternativa "a", a coabitação não é um requisito indispensável para a configuração da união estável. A Súmula 382 do STF é clara a esse respeito.

A alternativa E está incorreta. A alternativa inverte a lógica da lei. A ausência de contrato não impede a partilha; pelo contrário, ela determina a aplicação do regime supletivo da comunhão parcial de bens, garantindo a meação dos bens adquiridos onerosamente na constância da união. O "título jurídico válido" para a partilha é a própria sentença que reconhece a união estável. Veja literalidade do CC/2002: “Art. 1.725. Na união estável, salvo contrato escrito entre os companheiros, aplica-se às relações patrimoniais, no que couber, o regime da comunhão parcial de bens”.

QUESTÃO 28. Em janeiro de 2025, Rogério, empresário do ramo alimentício, inaugurou uma pequena fábrica de produtos artesanais no interior de Minas Gerais. Alguns meses após o início das atividades, foi autuado pela vigilância sanitária por descumprir normas sobre rotulagem e conservação de alimentos, em vigor desde 2023.

Surpreso, Rogério apresentou defesa alegando a sua mais estrita boa-fé, justificando o erro por total desconhecimento da norma e, sendo assim, sustentando que não poderia ser penalizado, pois nunca havia sido formalmente notificado sobre a alteração legislativa.

Considerando a situação descrita e as disposições da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), assinale a opção correta quanto à alegação de desconhecimento da lei e sua repercussão na responsabilidade do empresário.

- a) A alegação de desconhecimento é válida, pois o princípio da publicidade exige prova de que o sujeito teve efetiva ciência da norma para que ela produza efeitos.**
- b) O desconhecimento da lei é escusa apenas quando se trata de leis penais, sendo possível invocar boa-fé nas demais esferas jurídicas.**
- c) A ausência de conhecimento direto da norma não exime ninguém de cumpri-la, pois a lei se presume conhecida de todos desde sua publicação oficial.**
- d) O desconhecimento da lei pode ser alegado se comprovado que a norma não foi amplamente divulgada pela imprensa oficial, cabendo ao Poder Público provar a efetiva publicação.**
- e) Somente as pessoas jurídicas estão obrigadas a conhecer a lei; as pessoas físicas podem invocar a ignorância normativa em situações excepcionais de boa-fé.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão tratou da LINDB.

A alternativa A está incorreta. A alternativa inverte o sentido do princípio da publicidade. Este princípio estabelece que uma lei, para que possa ser exigida de todos e se tornar obrigatória, deve primeiro ser levada ao conhecimento público por meio de um canal oficial. A publicação formal da lei é o ato que a torna existente para o mundo jurídico e deflagra o início de sua vigência. Veja literalidade da LINDB: “Art. 1º Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada”. Este artigo condiciona o início da vigência da lei à sua publicação oficial.

As alternativas B e E estão incorretas. O princípio da obrigatoriedade da lei, previsto na LINDB, é uma norma de aplicação geral para todo o ordenamento jurídico, não se restringindo a ramos específicos. A LINDB não faz qualquer ressalva quanto a ramos específicos do direito: “Art. 3º Ninguém se escusa de cumprir a lei, alegando que não a conhece”.

A alternativa C está incorreta. Esta alternativa descreve com precisão o princípio da obrigatoriedade da lei. A partir do momento em que a norma de 2023 foi publicada e entrou em vigor, Rogério, como qualquer outro cidadão e especialmente como um empresário do ramo, estava obrigado a cumpri-la. O Direito brasileiro não adota a perspectiva, em regra, de que é possível alegar desconhecimento da lei para justificar determinada conduta. A lei é imperativa e deixar de segui-la não é opção. Assim, ignorantia juris neminem excusat, a ignorância da lei não escusa ninguém de seu cumprimento. Nesse sentido, o art. 3º da LINDB estabelece com clareza solar que ninguém se escusa de cumprir a lei, alegando que não a conhece. Veja a literalidade da LINDB: “Art. 3º Ninguém se escusa de cumprir a lei, alegando que não a conhece”.

A alternativa D está incorreta. A exigência legal é a publicação na imprensa oficial, e não a “ampla divulgação”. Se a norma foi devidamente publicada no órgão competente, ela é válida e obrigatória. Veja literalidade da LINDB, que estabelece a publicação oficial como o marco para a vigência da lei: “Art. 1º. Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada.”

QUESTÃO 29. O setor de marketing da varejista Vestimentas Felizes S.A. lançou duas campanhas publicitárias.

- A Campanha I veiculou a informação de que um novo modelo de televisor 4K vendido na loja possuía “tela com tecnologia OLED”, quando, na verdade, tratava-se de tecnologia LED simples, de qualidade notoriamente inferior.
- A Campanha II veiculou anúncios com apelo explícito ao público infantil, utilizando personagens animados populares para incentivar crianças de 5 a 8 anos a comprarem um cereal matinal ultraprocessado, alegando que o produto proporcionaria “superpoderes de concentração”.

O Ministério Público Estadual, após avaliar as condutas veiculadas nas duas campanhas publicitárias, ajuizou Ação Civil Pública para combater as práticas ilícitas, e requerer contrapropaganda e obter indenização por danos morais coletivos. Com base no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990) e na classificação dos direitos transindividuais, assinale a afirmativa correta.

a) A Campanha I caracteriza publicidade abusiva, pois fere valores sociais básicos ao manipular a confiança. O bem jurídico violado é classificado como interesse coletivo.

b) A Campanha II caracteriza publicidade enganosa, pois a promessa de "superpoderes" é objetivamente falsa. O ônus de provar a veracidade da alegação cabe exclusivamente aos consumidores lesados.

c) A Campanha I configura publicidade enganosa e a Campanha II configura publicidade abusiva. Ambas as práticas violam um bem jurídico de natureza indivisível, sendo determinados os consumidores lesados.

d) A Campanha I configura publicidade enganosa e a Campanha II configura publicidade abusiva. O direito violado em ambos os casos, para fins de defesa coletiva, é classificado como interesse individual homogêneo.

e) A Campanha I configura publicidade enganosa, sendo que as campanhas violam o direito fundamental contra a publicidade ilegal, cuja tutela é exercida pelo Ministério Público na defesa de direitos difusos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema Publicidade.

A alternativa A está incorreta. A Campanha I caracteriza publicidade enganosa, pois induz o consumidor em erro a respeito da qualidade do produto, conforme § 1º do art. 37 do CDC: “§ 1º É enganosa qualquer modalidade de informação ou comunicação de caráter publicitário, inteira ou parcialmente falsa, ou, por qualquer outro modo, mesmo por omissão, capaz de induzir em erro o consumidor a respeito da natureza, características, qualidade, quantidade, propriedades, origem, preço e quaisquer outros dados sobre produtos e serviços.”

A alternativa B está incorreta. A Campanha II caracteriza publicidade abusiva, pois se utiliza se aproveite da deficiência de julgamento e experiência da criança; ademais, induz o consumidor a se comportar de forma prejudicial à sua saúde, tendo em vista o ultraprocessamento do alimento, conforme § 2º do art. 37 do CDC: “§ 2º É abusiva, dentre outras a publicidade discriminatória de qualquer natureza, a que incite à violência, explore o medo ou a superstição, se aproveite da deficiência de julgamento e experiência da criança, desrespeita valores ambientais, ou que seja capaz de induzir o consumidor a se comportar de forma prejudicial ou perigosa à sua saúde ou segurança.”

A alternativa C está incorreta. Os direitos difusos são de titulares indeterminados, não determinados. Conforme art. 81, parágrafo único, inciso I, do CDC: “Art. 81. A defesa dos interesses e direitos dos consumidores e das vítimas poderá ser exercida em juízo individualmente, ou a título coletivo. Parágrafo único. A defesa coletiva será exercida quando se tratar de: I - interesses ou direitos difusos, assim entendidos, para efeitos deste código, os transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato;”

A alternativa D está incorreta. O direito violado é difuso (atinge o grupo de forma indivisível e indeterminada), e não individual homogêneo (que diz respeito a direitos individuais com origem

comum, mas divisíveis e de titulares determinados/determináveis), conforme art. 81, parágrafo único, inciso I, do CDC, acima transcrito.

A alternativa E está correta. Conforme já explicado na justificativa da alternativa A, de fato, a publicidade I é classificada como enganosa, na forma do art. 37, § 1º, do CDC. Ademais, importante mencionar que a defesa desse direito (contra a publicidade ilegal) pela via da Ação Civil Pública é a forma de tutela dos direitos difusos dos consumidores, sendo o Ministério Público um dos legitimados para essa defesa, conforme art. 82, I, do CDC, a seguir: “Art. 82. Para os fins do art. 81, parágrafo único, são legitimados concorrentemente: I - o Ministério Público”.

QUESTÃO 30. Ana, de 3 (três) anos de idade, filha de Ernesto e Camila (que nunca coabitaram), está sob a guarda exclusiva de sua mãe. Ernesto, desempregado e sem comprovação de renda fixa há mais de dois anos, nunca prestou alimentos à filha. Camila trabalha como diarista, percebendo aproximadamente um salário-mínimo por mês, valor insuficiente para suprir integralmente as necessidades básicas da criança.

Diante da insuficiência materna e da omissão paterna, Ana, representada por sua mãe, ajuizou Ação de Alimentos em face de seu pai (Ernesto) e de seus avós paternos, Thaís e Armínio. Em suas defesas, Ernesto alegou ausência de renda formal, e os avós sustentaram que a obrigação alimentar é exclusiva dos genitores.

Considerando o ordenamento jurídico brasileiro (arts. 1.696 e 1.698 do Código Civil) e a jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que:

a) a obrigação alimentar dos avós é solidária com a dos pais, podendo ser exigida diretamente, sem necessidade de prévia comprovação da impossibilidade dos genitores.

b) a obrigação dos avós é primária, pois o dever de sustento decorre da linha ascendente em qualquer grau, podendo os avós serem demandados diretamente em substituição aos pais inadimplentes.

c) a obrigação dos avós restringe-se à linha materna, em virtude da guarda exclusiva, sendo vedada a cumulação com a dos avós paternos, sob pena de bis in idem.

d) a obrigação avoenga é eventual e depende de prova de vínculo afetivo entre o neto e o avô, sendo irrelevante o vínculo de parentesco biológico, além da impossibilidade econômica paterna.

e) a obrigação dos avós é subsidiária e complementar, somente se configurando quando demonstrada a impossibilidade total ou parcial dos pais em prover o sustento.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão tratou dos alimentos avoengos.

A alternativa A está incorreta. A obrigação não é solidária. Na solidariedade, o credor pode exigir a dívida integral de qualquer um dos devedores. A jurisprudência do STJ é pacífica em afirmar que a obrigação alimentar dos avós é subsidiária e complementar, e não solidária. Veja literalidade da Súmula 596 do STJ: "A obrigação alimentar dos avós tem natureza complementar e subsidiária, somente se configurando no caso de impossibilidade total ou parcial de seu cumprimento pelos pais."

A alternativa B está incorreta. A obrigação primária e principal de sustento dos filhos é dos pais, como decorrência do poder familiar. A obrigação dos avós é secundária, ou seja, só surge diante da falha dos genitores. Eles não podem ser demandados "diretamente em substituição" sem que antes se esgotem as possibilidades de cobrança dos pais ou se demonstre a incapacidade destes. O CC/2002, ao usar a expressão "uns em falta de outros" estabelece a ordem de subsidiariedade: "Art. 1.696. O direito à prestação de alimentos é recíproco entre pais e filhos, e extensivo a todos os ascendentes, recaindo a obrigação nos mais próximos em grau, uns em falta de outros".

A alternativa C está incorreta. A obrigação alimentar é extensiva a todos os ascendentes, tanto da linha materna quanto da paterna. A guarda exclusiva pela mãe não isenta a família do pai de suas responsabilidades. Pelo contrário, o CC/2002 prevê que, havendo múltiplos obrigados, todos podem ser chamados a contribuir na proporção de seus recursos: "Art. 1.698. Se o parente, que deve alimentos em primeiro lugar, não estiver em condições de suportar totalmente o encargo, serão chamados a concorrer os de grau imediato; sendo várias as pessoas obrigadas a prestar alimentos, todas devem concorrer na proporção dos respectivos recursos, e, intentada a ação contra uma delas, poderão as demais ser chamadas a integrar a lide".

A alternativa D está incorreta. A obrigação alimentar decorre do dever de mútua assistência entre parentes, conforme estabelecido no CC/2002 (art. 1.694 e seguintes). O fundamento é o vínculo de parentesco biológico ou socioafetivo, e não a existência de um relacionamento afetivo próximo entre avós e netos. A lei não exige prova de afeto para que a obrigação alimentar seja constituída. O simples fato de serem avós e netos, dentro da linha de parentesco, já estabelece a base legal para a potencial obrigação, desde que preenchidos os demais requisitos. O STJ, no RHC 178818 SP reforça que o direito à percepção de alimentos: "subjaz na relação de parentesco e na necessidade do alimentando". A discussão sobre afeto é irrelevante para a constituição do dever legal.

A alternativa E está correta, pois descreve perfeitamente o entendimento consolidado do STJ e a correta interpretação do Código Civil. A responsabilidade dos avós é subsidiária, porque só surge "em falta" dos pais. E também é complementar, porque pode ser acionada para complementar o valor que o pai ou a mãe não consegue pagar integralmente. No caso apresentado, a impossibilidade dos pais está demonstrada: Ernesto está desempregado e omissos as suas obrigações, e Camila tem renda insuficiente. Portanto, estão presentes os requisitos para acionar a responsabilidade dos avós paternos. Veja literalidade da Súmula 596 do STJ: "A obrigação alimentar dos avós tem natureza complementar e subsidiária, somente se configurando no caso de impossibilidade total ou parcial de seu cumprimento pelos pais."

QUESTÃO 31. Uma universidade pública estadual (controladora), cujo encarregado de dados é William, recebeu um pedido da docente Julieta para a retificação de seus dados pessoais. O pedido incluía a atualização de seu endereço, telefone e a alteração de seu nome, uma vez que, após o divórcio, ela voltou a adotar o nome de sua família biológica.

William respondeu ser impossível realizar a alteração, alegando que a universidade enfrenta falta de equipe técnica para atender a todas as demandas de retificação e correção. Diante da negativa, Julieta apresentou uma reclamação à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

Considerando a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e a atuação da ANPD, assinale a afirmativa correta quanto às medidas cabíveis diante da negativa do encarregado de dados em retificar as informações pessoais da docente.

- a) A recusa é indevida e viola o direito de retificação da titular, sendo que a ANPD é competente para fiscalizar e aplicar sanções em caso de descumprimento, inclusive por órgãos públicos.
- b) A ANPD deverá rejeitar a reclamação, pois a LGPD não se aplica a dados tratados por universidades públicas para fins de registro acadêmico e funcional.
- c) O encarregado agiu corretamente, pois, diante da limitação orçamentária e de pessoal do Poder Público, a alteração de dados torna-se inexecutável.
- d) O direito de retificação de dados incorretos e desatualizados, previsto na LGPD, não se aplica à alteração de nome civil decorrente de divórcio.
- e) A reclamação de Julieta é inexecutável, pois o direito de retificação de dados pessoais em poder de órgãos públicos pode ser exercido em caso de dados sensíveis.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão tratou da LGPD.

A alternativa A está correta. A LGPD garante ao titular o direito de corrigir seus dados. A alegação de "falta de equipe técnica" é uma justificativa administrativa interna que não pode se sobrepor a um direito garantido por lei. O controlador tem o dever de se estruturar para cumprir a legislação. A LGPD se aplica plenamente aos órgãos públicos. A ANPD foi criada justamente para ser o órgão central de fiscalização, com competência para supervisionar e aplicar sanções a qualquer agente de tratamento, seja ele público ou privado, que descumpra a lei. Veja literalidade da lei: "Art. 18. O titular dos dados pessoais tem direito a obter do controlador, em relação aos dados do titular por ele tratados, a qualquer momento e mediante requisição: III - correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados; Art. 55-J. Compete à ANPD: IV - fiscalizar e aplicar sanções em caso de tratamento de dados em descumprimento à legislação, mediante processo administrativo que assegure o contraditório, a ampla defesa e o direito de recurso;"

A alternativa B está incorreta. A LGPD se aplica, sim, a órgãos públicos. O tratamento de dados de servidores e alunos por uma universidade pública é uma atividade de tratamento de dados pessoais plenamente abrangida pela lei. Veja literalidade da LGPD: "Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural". Veja que existem algumas exceções à aplicação da lei previstas do art. 4º da LGPD (segurança pública, defesa nacional, etc.) mas que não se aplicam a este caso.

A alternativa C está incorreta. Dificuldades orçamentárias ou de pessoal são problemas de gestão interna do órgão público e não constituem uma justificativa legal para o descumprimento de um direito do cidadão. Na LGPD não nenhuma previsão que justifique o não cumprimento da lei.

A alternativa D está incorreta. O direito à retificação abrange exatamente situações como essa. Após o divórcio e a alteração legal do nome, o nome de casada que consta no registro da universidade passa a ser um dado desatualizado e inexato. Portanto, a titular tem todo o direito de solicitar sua correção para que os registros reflitam sua identidade civil atual, nos termos do art. 18, inciso III, da LGPD, acima transcrito.

A alternativa E está incorreta. O direito à retificação, assim como os demais direitos previstos no Art. 18 da LGPD, aplica-se a todos os dados pessoais, e não apenas aos dados pessoais sensíveis. A lei não faz essa distinção para o exercício do direito de correção.

QUESTÃO 32. Após o divórcio de Carolina e Rafael, pais de Lucas, de 8 anos, o juiz fixou a guarda compartilhada do menor, determinando que o tempo de convivência seria dividido de forma equilibrada entre ambos, tendo como base de moradia a cidade de Curitiba, onde Carolina reside e Lucas estuda.

Meses depois, Rafael mudou-se para Florianópolis e passou a descumprir reiteradamente o acordo, deixando de devolver Lucas nas datas estipuladas e tomando decisões unilaterais sobre a rotina escolar e médica do filho.

Diante dessa conduta, Carolina requereu judicialmente a modificação do regime de guarda, pleiteando a guarda unilateral, sustentando que o comportamento do pai violava os princípios da boa-fé, da cooperação parental e do melhor interesse da criança.

O magistrado designou audiência, ouviu ambos os genitores e a equipe técnica, e, embora constatando que ambos são aptos ao exercício do poder familiar, manteve a guarda compartilhada, limitando-se a advertir Rafael, sem impor sanções.

Inconformada, Carolina interpôs recurso, sustentando que o descumprimento imotivado do regime compartilhado impõe a reavaliação judicial e a possível atribuição de guarda unilateral.

Com base no Código Civil, assinale a afirmativa correta acerca das consequências do descumprimento do regime de guarda compartilhada.

- a) O descumprimento reiterado das cláusulas da guarda compartilhada não autoriza a modificação do regime, pois, estando ambos os genitores aptos, o juiz é obrigado a mantê-la.**
- b) O juiz pode alterar o regime de guarda, inclusive para o modelo unilateral, quando houver descumprimento imotivado ou alteração de circunstâncias relevantes, sempre considerando o melhor interesse da criança.**

c) A mudança de domicílio de um dos genitores não constitui motivo suficiente para reavaliação da guarda compartilhada, pois a cidade-base deve permanecer a mesma fixada na sentença, independentemente de alterações posteriores.

d) A guarda compartilhada somente pode ser modificada mediante consenso entre os pais, sendo vedada a alteração por decisão judicial unilateral, sob pena de violação ao princípio da autonomia da vontade.

e) O juiz não pode aplicar sanções ou alterar o regime de guarda por descumprimento imotivado, devendo apenas advertir o genitor faltoso, pois as sanções parentais carecem de previsão legal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão tratou do descumprimento do regime de guarda compartilhada.

A alternativa A está incorreta. A aptidão de ambos os genitores é um pressuposto para a guarda compartilhada, mas não a torna uma obrigação imutável. O descumprimento reiterado e imotivado por uma das partes é, sim, um motivo que autoriza e, por vezes, impõe a reavaliação e modificação do regime. A lei prevê expressamente a possibilidade de intervenção judicial nesses casos. Veja literalidade do CC/2002: “Art. 1.586. Havendo motivos graves, poderá o juiz, em qualquer caso, a bem dos filhos, regular de maneira diferente da estabelecida nos artigos antecedentes a situação deles para com os pais”.

A alternativa B está correta. A guarda não é um instituto estático; ela pode e deve ser revista sempre que houver uma mudança significativa nas circunstâncias. A conduta de Rafael (mudança de cidade sem consenso e descumprimento do regime de convivência) configura tanto uma alteração de circunstâncias quanto um descumprimento imotivado, justificando plenamente a reavaliação e a possível alteração para a guarda unilateral, visando proteger a estabilidade e o bem-estar de Lucas. Veja literalidade do CC/2002: “Art. 1.584, §4 “A alteração não autorizada ou o descumprimento imotivado de cláusula de guarda unilateral ou compartilhada poderá implicar a redução de prerrogativas atribuídas ao seu detentor. Art. 1.586. Havendo motivos graves, poderá o juiz, em qualquer caso, a bem dos filhos, regular de maneira diferente da estabelecida nos artigos antecedentes a situação deles para com os pais.”

A alternativa C está incorreta. A mudança de domicílio para uma cidade distante é um dos motivos mais relevantes para a reavaliação da guarda compartilhada, pois pode inviabilizar na prática a convivência e a tomada conjunta de decisões. Neste caso, a mudança de domicílio do pai acarretou descumprimentos reiterados do acordo de convivência. Portanto, considerando que o descumprimento do acordo de regulação de guarda, o juiz poderá regular a guarda de maneira diferente da já estabelecida. Veja literalidade do CC/2002: “Art. 1.583 § 3º Na guarda compartilhada, a cidade considerada base de moradia dos filhos será aquela que melhor atender aos interesses dos filhos. Art. 1.584. § 4º A alteração não autorizada ou o descumprimento imotivado de cláusula de guarda unilateral ou compartilhada poderá implicar a redução de prerrogativas atribuídas ao seu detentor. Art. 1.586. Havendo motivos graves, poderá o juiz, em qualquer caso, a bem dos filhos, regular de maneira diferente da estabelecida nos artigos antecedentes a situação deles para com os pais.”.

A alternativa D está incorreta. Esta afirmação é o oposto do que prevê a lei. O Poder Judiciário existe justamente para solucionar conflitos quando não há consenso. O juiz tem o poder-dever de decidir,

mesmo contra a vontade de um dos pais, buscando sempre o melhor interesse do menor. Veja literalidade da lei: “Art. 1.584. A guarda, unilateral ou compartilhada, poderá ser: I – requerida, por consenso, pelo pai e pela mãe, ou por qualquer deles, em ação autônoma de separação, de divórcio, de dissolução de união estável ou em medida cautelar; II – decretada pelo juiz, em atenção a necessidades específicas do filho, ou em razão da distribuição de tempo necessário ao convívio deste com o pai e com a mãe”.

A alternativa E está incorreta. A lei prevê que o descumprimento imotivado do acordo de guarda poderá implicar mudanças nas prerrogativas do detentor da guarda: “Art. 1.584. § 4º A alteração não autorizada ou o descumprimento imotivado de cláusula de guarda unilateral ou compartilhada poderá implicar a redução de prerrogativas atribuídas ao seu detentor”.

QUESTÃO 33. Joaquim, credor de uma dívida pessoal não empresarial de R\$ 800.000,00 de Maria, ajuizou execução, que restou infrutífera. Após investigação, Joaquim descobriu que Maria é sócia majoritária de três empresas que atuam no mesmo ramo de atividade, compartilham sede e funcionários, mas não possuem registro formal de grupo econômico.

Verificou-se ainda que, nos últimos anos, Maria esvaziou seu patrimônio pessoal, transferindo 95% de seus bens para uma das empresas de que é sócia controladora, denominada Alpha Participações Ltda.

Diante disso, Joaquim requereu a desconsideração da personalidade jurídica para atingir todas as empresas controladas por Maria.

Com base no ordenamento jurídico brasileiro, especialmente no art. 50 do Código Civil e seus parágrafos, assinale a afirmativa correta quanto aos pressupostos, à extensão e aos efeitos da desconsideração da personalidade jurídica no caso apresentado.

- a) A simples existência de um grupo econômico de fato é suficiente para estender os efeitos da desconsideração a todas as empresas controladas por Maria, desde que demonstrada a confusão patrimonial.
- b) O juiz poderá aplicar a desconsideração inversa da personalidade jurídica para atingir o patrimônio transferido à Alpha Participações Ltda., desde que comprovado o abuso da personalidade jurídica.
- c) A desconsideração é válida contra todas as empresas controladas por Maria, pois elas funcionam no mesmo endereço, caracterizando o grupo econômico formal que justifica a intervenção judicial.
- d) No caso de desconsideração inversa, adota-se a teoria menor bastando a simples demonstração da inadimplência e da existência de grupo econômico fático.
- e) Por se tratar de medida protetiva à pessoa natural, a desconsideração da personalidade jurídica, em caso de desvio de finalidade dolosa, pode ser decretada de ofício pelo magistrado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre desconconsideração inversa da personalidade jurídica.

A alternativa A está incorreta. O erro dessa alternativa, conforme o §4º do art. 50 do CC, é considerar somente a condição de grupo econômico. Vejamos: “§ 4º A mera existência de grupo econômico sem a presença dos requisitos de que trata o caput deste artigo não autoriza a desconconsideração da personalidade da pessoa jurídica.”

A alternativa B está correta. Essa alternativa corresponde a literalidade o art. 50, §3º do CC, vejamos: “Art. 50. Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial, pode o juiz, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, desconsidere-la para que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares de administradores ou de sócios da pessoa jurídica beneficiados direta ou indiretamente pelo abuso. § 1º Para os fins do disposto neste artigo, desvio de finalidade é a utilização da pessoa jurídica com o propósito de lesar credores e para a prática de atos ilícitos de qualquer natureza. § 2º Entende-se por confusão patrimonial a ausência de separação de fato entre os patrimônios, caracterizada por: I - cumprimento repetitivo pela sociedade de obrigações do sócio ou do administrador ou vice-versa; II - transferência de ativos ou de passivos sem efetivas contraprestações, exceto os de valor proporcionalmente insignificante; e III - outros atos de descumprimento da autonomia patrimonial. § 3º O disposto no caput e nos §§ 1º e 2º deste artigo também se aplica à extensão das obrigações de sócios ou de administradores à pessoa jurídica.”

A alternativa C está incorreta. A desconconsideração da personalidade jurídica não abrange todas as empresas do grupo econômico, mas somente àquelas que tiveram envolvimento na fraude, conforme a inteligência do art. 50, §4 do CC.

A alternativa D está incorreta. Como regra geral, o ordenamento jurídico brasileiro adota a teoria maior da desconconsideração da personalidade jurídica, prevista no artigo 50 do Código Civil. O dispositivo preceitua que a desconconsideração somente pode ser autorizada mediante clara comprovação de que houve abuso da personalidade, seja por desvio de finalidade da pessoa jurídica (PJ), seja por confusão patrimonial entre os seus bens e os dos sócios. Vejamos: “Art. 50. Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial, pode o juiz, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, desconsidere-la para que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares de administradores ou de sócios da pessoa jurídica beneficiados direta ou indiretamente pelo abuso.”

A alternativa E está incorreta. Ao contrário do que afirma a alternativa, o juiz PODE, a requerimento da parte ou do MP, não de ofício. Vejamos o art. 50 do CC: “Vejamos: “Art. 50. Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial, pode o juiz, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, desconsidere-la para que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares de administradores ou de sócios da pessoa jurídica beneficiados direta ou indiretamente pelo abuso.”

QUESTÃO 34. Em 2020, Inês e Javier, ambos espanhóis, sendo ela residente e domiciliada em Barcelona (Espanha) e ele em Florença (Itália), decidiram casar-se durante uma estadia temporária no Brasil, sem realizar pacto antenupcial. Concluída a celebração, o casal fixou o primeiro domicílio conjugal em Buenos Aires, lá permanecendo por quatro anos. Em 2024, mudaram-se para Curitiba, onde residem até o momento.

Considerando a situação apresentada e conforme as disposições da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), assinale a afirmativa correta quanto à lei aplicável ao regime de bens do casal.

- a) O casamento celebrado no Brasil sujeita-se integralmente à lei brasileira, inclusive quanto à invalidade e ao regime de bens, pois o local da celebração prevalece sobre o domicílio dos nubentes.
- b) Os impedimentos e as formalidades da celebração regem-se pela lei brasileira, por ter ocorrido o casamento no Brasil; porém, a invalidade do matrimônio e o regime de bens são regidos pela lei do primeiro domicílio conjugal, que, no caso, é a lei argentina.
- c) O casamento, por envolver estrangeiros domiciliados fora do Brasil, deveria ter sido celebrado perante autoridade consular espanhola; logo, aplica-se apenas a lei espanhola em todas as questões matrimoniais.
- d) O regime de bens obedece à lei do domicílio atual do casal (Brasil), pois a mudança de domicílio posterior substitui o elemento de conexão originalmente estabelecido.
- e) Em razão da nacionalidade comum dos nubentes, todas as questões relativas ao matrimônio – impedimentos, validade e regime de bens – devem seguir a lei espanhola, independentemente do local da celebração ou do domicílio.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão tratou da LINDB.

A alternativa B está correta. Esta é a alternativa que aplica perfeitamente as regras da LINDB. Os impedimentos e as formalidades da celebração regem-se pela lei brasileira, por ter ocorrido o casamento no Brasil, nos termos do Art. 7º, § 1º da LINDB. Já a invalidade do matrimônio é regida pela lei do primeiro domicílio conjugal, conforme o Art. 7º, § 3º da LINDB, pois os nubentes tinham domicílios diversos. Por último, o regime de bens é regido pela lei do primeiro domicílio conjugal, conforme o Art. 7º, § 4º da LINDB, pela mesma razão. Veja literalidade da lei: “Art. 7º A lei do país em que domiciliada a pessoa determina as regras sobre o começo e o fim da personalidade, o nome, a capacidade e os direitos de família. § 1º Realizando-se o casamento no Brasil, será aplicada a lei brasileira quanto aos impedimentos dirimentes e às formalidades da celebração. § 2º O casamento de estrangeiros poderá celebrar-se perante autoridades diplomáticas ou consulares do país de ambos os nubentes. § 3º Tendo os nubentes domicílio diverso, regerá os casos de invalidade do matrimônio a lei do primeiro domicílio conjugal. § 4º O regime de bens, legal ou convencional, obedece à lei do país em que tiverem os nubentes domicílio, e, se este for diverso, a do primeiro domicílio conjugal”.

QUESTÃO 35. Eduardo e Mônica casaram-se em 2010, sob o regime da comunhão parcial de bens. Durante o casamento, adquiriram os seguintes bens:

Bem 1: Apartamento adquirido onerosamente em 2015, pelo valor de R\$ 1.000.000,00.

Bem 2: Casa avaliada em R\$ 600.000,00, adquirida por Eduardo em 2017, exclusivamente com o dinheiro proveniente da venda de um terreno que herdara de seu pai.

Bem 3: Valor de R\$ 15.000.000,00, depositado em conta conjunta, oriundo integralmente de um prêmio da Mega-Sena ganho por Mônica em 2023.

Em 2025, Mônica ajuizou ação de divórcio com pedido de partilha, pleiteando a integralidade de todos os bens, pois Eduardo nunca exerceu atividade laboral.

Considerando o regime da comunhão parcial de bens e a jurisprudência consolidada do STJ, assinale a afirmativa correta.

a) Todos os bens adquiridos na constância do casamento integram o patrimônio comum, razão pela qual Mônica tem direito à meação sobre os bens 1, 2 e 3, devido à aquisição durante o casamento.

b) O apartamento (bem 1) é bem comum, a casa (bem 2) é bem particular de Eduardo por sub-rogação de bem herdado, e o prêmio da Mega-Sena (bem 3) também deve ser partilhado.

c) O apartamento (bem 1) é bem comum, a casa (bem 2) é particular de Eduardo por sub-rogação e o prêmio da Mega-Sena (bem 3) pertence exclusivamente a Mônica.

d) O apartamento (bem 1) é bem particular de Eduardo, porque foi adquirido em seu nome, e o prêmio (bem 3) é bem comum, pois foi depositado em conta conjunta, caracterizando confusão patrimonial.

e) Apenas o prêmio da Mega-Sena (bem 3) deve ser partilhado, pois os outros bens foram adquiridos por título anterior ao casamento ou por sub-rogação de bem particular.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão tratou do regime da comunhão parcial de bens.

A alternativa A está incorreta. A premissa de que "todos os bens adquiridos na constância do casamento integram o patrimônio comum" está incorreta. O CC/2002 estabelece exceções importantes, como os bens adquiridos por herança e os bens sub-rogados em seu lugar. A casa se enquadra exatamente nessa exceção. Veja a literalidade da lei: "Art. 1.659: Excluem-se da comunhão: I - os bens que cada cônjuge possuir ao casar, e os que lhe sobrevierem, na constância do casamento, por doação ou sucessão, e os sub-rogados em seu lugar;"

A alternativa B está correta. Esta alternativa aplica corretamente as regras do regime da comunhão parcial a cada um dos bens, nos termos do CC/2002. O apartamento foi comprado durante o casamento, caracterizando uma aquisição por "título oneroso". A lei presume o esforço comum, tornando-o um bem

a ser partilhado: “Art. 1.660. Entram na comunhão: I - os bens adquiridos na constância do casamento por título oneroso, ainda que só em nome de um dos cônjuges;”. A casa é bem particular, pois foi adquirida com recursos de um bem particular (terreno herdado), configurando a sub-rogação. Portanto, ela mantém a natureza de bem particular e não entra na partilha: “Art. 1.659: Excluem-se da comunhão: I - os bens que cada cônjuge possuir ao casar, e os que lhe sobrevierem, na constância do casamento, por doação ou sucessão, e os sub-rogados em seu lugar;”. Já os prêmios, são fato eventual, determinando a lei expressamente que eles entram na comunhão: “Art. 1.660: Entram na comunhão: II - os bens adquiridos por fato eventual, com ou sem o concurso de trabalho ou despesa anterior;”.

A alternativa C está incorreta. O erro desta alternativa é afirmar que o prêmio da loteria é um bem particular de Mônica, pois nos termos do CC/2002, o prêmio entra na comunhão: “Art. 1.660: Entram na comunhão: II - os bens adquiridos por fato eventual, com ou sem o concurso de trabalho ou despesa anterior;”.

A alternativa D está incorreta. Em primeiro lugar, está errada a afirmação de que o apartamento será considera bem particular pois foi registrado no nome de somente um dos cônjuges, nos termos do CC/2002: “Art. 1.660. Entram na comunhão: I - os bens adquiridos na constância do casamento por título oneroso, ainda que só em nome de um dos cônjuges;”. Já em segundo lugar, a razão pela qual o prêmio é comum não é o depósito em conta conjunta, mas sim a determinação da lei, nos termos do CC/2002: “Art. 1.660: Entram na comunhão: II - os bens adquiridos por fato eventual, com ou sem o concurso de trabalho ou despesa anterior;”.

A alternativa E está incorreta, pois o apartamento não poderá ser excluído da partilha. O apartamento foi comprado durante o casamento, caracterizando uma aquisição por “título oneroso”. A lei presume o esforço comum, tornando-o um bem a ser partilhado: “Art. 1.660. Entram na comunhão: I - os bens adquiridos na constância do casamento por título oneroso, ainda que só em nome de um dos cônjuges;”.

QUESTÃO 36. No processo coletivo, é inviável exigir a produção de provas individualizadas em larga escala, sob pena de inviabilizar a própria tutela jurisdicional, razão pela qual a doutrina e a jurisprudência admitem o uso de meios probatórios alternativos, como a prova estatística e a prova por amostragem, que permitem aferir padrões de conduta em grande número de contratos ou relações jurídicas.

Nesse contexto, em ação civil pública proposta pelo Ministério Público contra instituição financeira, o juiz determina a produção de prova pericial por amostragem estatística representativa, diante da inviabilidade de análise individual de milhares de contratos bancários. A defesa sustenta que a decisão seria nula, por violar o contraditório e o devido processo legal.

À luz do CPC/2015 e da jurisprudência do STJ, no que tange à decisão a ser proferida pelo magistrado, é correto afirmar que

a) a prova estatística deve ser desconsiderada, porque não alcança a totalidade dos contratos celebrados, violando, assim, o princípio da congruência probatória.

b) a prova por amostragem é válida e pode fundamentar a decisão, desde que adotada metodologia científica adequada e submetida ao contraditório.

c) a utilização de amostragem é admitida apenas em processos administrativos, não em ações judiciais.

d) a decisão deve valer exclusivamente para os 500 contratos analisados, não podendo ser estendida aos demais.

e) a prova estatística viola o devido processo legal, pois impede a ampla defesa eo contraditório.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre processo coletivo.

As alternativas A e E estão incorretas. A prova estatística não viola o devido processo legal. O STF e o STJ tem discutido a aplicação das provas estatísticas em diversos casos (envolvendo direitos transindividuais e coletivos), podendo ser citado como exemplos: a) porcentagem de pessoas de uma cidade em isolamento social, durante a pandemia da Covid-19, frente ao número de leitos disponíveis em UTI's, para fundamentar decisão de restrição das atividades comerciais não essenciais, a fim de tutelar coletivamente o direito à vida e à saúde pública (ADPF 668/DF (j. 31.03.2020); b) cobrança dos direitos autorais, pela retransmissão radiofônica em estabelecimentos comerciais (art. 68, § 3.º, da Lei 9.610/1998), a prova da média da ocupação dos apartamentos em um hotel (REsp 75427-RJ, 3.ª T); c) reparação por danos morais, ajuizada por familiares de tabagista, em face do fabricante de cigarros, por ocasião de doença bronco pulmonar obstrutiva crônica e de enfisema pulmonar, e que causou sua morte por adenocarcinoma pulmonar (REsp. 1.113.804/RS, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, 4ª T).

A alternativa B está correta. Consoante Didier, Paula e Rafael, a prova por amostragem seria uma hipótese de prova indiciária. Realiza-se uma amostragem com um grupo de pessoas e, depois, universaliza aquela conclusão. Parte-se de fatos conhecidos (indício) que permite, por meio do raciocínio, sugere a existência de um fato probando principal. Sobre a prova estatística, consoante Sérgio Arenhart, os litígios complexos – considerados aqueles que envolvem situações multipolares – frequentemente apresentam muita dificuldade na demonstração do ilícito a ser combatido. Nesses casos, tendo em vista que as provas tradicionais são inúteis, dado que elas se referem à demonstração de fatos pontuais, ocorridos no passado, torna-se necessária a utilização de meios de provas poucos usuais no processo, tal como ocorre com as provas estatísticas. Arenhart ensina que: Na realidade, a mecânica que influi no uso da prova estatística é em tudo semelhante àquela que governa o emprego da prova indiciária. Toma-se fatos conhecidos – colhidos por técnicas de recenseamento ou de pesquisa – a fim de deles inferir a ocorrência de fatos que são relevantes para o processo.

A alternativa C está incorreta. Trata-se de prova indiciária, logo, é admitida em processos judiciais. A viabilidade dessa prova, portanto, está assentada sobretudo na qualidade da inferência realizada, somada à qualidade das informações que foram efetivamente colhidas. No bojo de processos estruturais, Vitorelli ensina que as estatísticas podem, em primeiro lugar, ser utilizadas para comprovar a violação/infração, na medida em que vários problemas estruturais só são constatáveis estatisticamente, não mediante verificação probatória direta. Exemplo dado pelo autor: caso Wal-Mart Stores, Inc v. Dukes, a maior ação coletiva da história dos EUA por discriminação no ambiente de trabalho. Nela, os autores realizaram um grande estudo estatístico para demonstrar que o Wal Mart tinha um padrão de comportamento que prejudicava as mulheres na busca por promoções. Embora 65% dos seus empregados sejam mulheres, apenas 33% dos cargos de gerência são ocupados por elas. Isso não seria decorrente de um problema pontual, massistêmico: o processo de promoção era

amplamente subjetivo e não era publicizado, de modo adequado, entre os empregados. Tudo isso foi identificado por um estudo estatístico.

A alternativa D está incorreta. Não existe uma limitação.

QUESTÃO 37. O Código de Processo Civil de 2015 instituiu um novo regime de tutelas provisórias, unificando as categorias de urgência e de evidência, com pressupostos próprios e o objetivo de assegurar maior efetividade ao processo, garantindo, em situações justificadas, a satisfação imediata ou a proteção cautelar do direito discutido em juízo.

Nesse contexto, diante de um caso em que um paciente tem a cobertura cirúrgico urgente negada por de procedimento operadora de plano de saúde, e o juiz verifica a probabilidade do direito e o risco de dano grave ou de difícil reparação deverá ser concedida

- a) tutela cautelar, porque há necessidade de assegurar o resultado útil do processo.**
- b) tutela de evidência, por se tratar de direito incontroverso.**
- c) tutela de urgência antecipada, pois há risco concreto à saúde e plausibilidade do direito alegado.**
- d) tutela de evidência estabilizada, cabível apenas nas hipóteses do art. 311 do CPC.**
- e) tutela de urgência cautelar, limitada à indisponibilidade patrimonial da operadora.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre tutela de urgência.

As alternativas A e E estão incorretas. Não se trata de caso cabível de medida cautelar, ante a urgência em razão do risco de vida (art. 300 do CPC).

A alternativa B está incorreta. Não se trata de tutela de evidência, pois não se trata de direito incontroverso, mas sim, de urgência (art. 300 do CPC).

A alternativa C está correta. Trata-se de caso de é cabível a tutela de urgência, pois temos a probabilidade de direito e o perigo da demora, pois o paciente tem urgência para submeter-se à cirurgia, sob pena de falecimento. Ainda, a tutela será antecipada, não cautelar, nos termos do art. 300 do CPC: “Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.”

A alternativa D está incorreta. A estabilização é somente em hipótese de tutela antecipada antecedente (art. 304 do CPC).

QUESTÃO 38. Em audiência de instrução e julgamento de ação indenizatória por suposto erro médico, o juiz limita o número de testemunhas arroladas pelo réu e admite a juntada de documentos novos pelo autor, sob a justificativa de que sua apresentação anterior era impossível.

O caso ilustra os parâmetros estabelecidos pelo CPC/2015, que, ao reforçar os princípios da oralidade, da cooperação, da efetividade e do contraditório, busca assegurar a verdade processual e o equilíbrio entre as partes.

À luz do CPC/2015, é correto afirmar que,

- a) o juiz deve suspender a audiência, sob pena de cerceamento de defesa.
- b) a juntada de documentos novos é admitida apenas em fase recursal, não em audiência.
- c) o juiz pode limitar o número de testemunhas, e documentos novos podem ser admitidos se demonstrada a impossibilidade de juntada anterior, desde que garantido o contraditório.
- d) o depoimento pessoal não pode ser colhido na audiência se não tiver sido expressamente requerido pelas partes.
- e) a ausência de uma testemunha do réu acarreta automaticamente a sua confissão quanto à matéria de fato.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre audiência de instrução e julgamento.

A alternativa A está incorreta. A limitação do número de testemunhas por si só não implica cerceamento de defesa que obrigue a suspensão da audiência, se o juiz agiu conforme o Art. 357, § 7º: “Art. 357, § 7º O juiz poderá limitar o número de testemunhas levando em conta a complexidade da causa e dos fatos individualmente considerados.”

A alternativa B está incorreta. A juntada de documentos novos é admitida em qualquer tempo, não apenas em fase recursal, desde que se enquadre nas exceções do Art. 435 do CPC: “Art. 435. É lícito às partes, em qualquer tempo, juntar aos autos documentos novos, quando destinados a fazer prova de fatos ocorridos depois dos articulados ou para contrapor-los aos que foram produzidos nos autos. Parágrafo único. Admite-se também a juntada posterior de documentos formados após a petição inicial ou a contestação, bem como dos que se tornaram conhecidos, acessíveis ou disponíveis após esses atos, cabendo à parte que os produzir comprovar o motivo que a impediu de juntá-los anteriormente e incumbindo ao juiz, em qualquer caso, avaliar a conduta da parte de acordo com o art. 5º.”

A alternativa C está correta. É admissível a juntada de documentos novos, inclusive na fase recursal, desde que não se trate de documento indispensável à propositura da ação, inexistam má-fé na sua ocultação e seja observado o princípio do contraditório (art. 435). (STJ, AgInt no REsp 1625029/PR, Rel. Min. Sanseverino, d.j. 06/03/18).

A alternativa D está incorreta. Embora caiba à parte requerer o depoimento pessoal (Art. 385, caput), o juiz pode ordená-lo de ofício, ou seja, sem requerimento das partes, com base no seu poder de gestão, vejamos: “Art. 385. Cabe à parte requerer o depoimento pessoal da outra parte, a fim de que esta seja interrogada na audiência de instrução e julgamento, sem prejuízo do poder do juiz de ordená-lo de ofício. [...] Art. 139, VIII - determinar, a qualquer tempo, o comparecimento pessoal das partes, para inquiri-las sobre os fatos da causa, hipótese em que não incidirá a pena de confesso;”

A alternativa E está incorreta. A ausência de testemunha do réu não acarreta confissão da parte quanto à matéria de fato por ausência de previsão legal nesse sentido.

QUESTÃO 39. Nos termos da Constituição Federal e do Código de Processo Civil, o Ministério Público pode atuar tanto como órgão agente, ajuizando demandas em defesa de interesses sociais, individuais, indisponíveis e coletivos, quanto como órgão interveniente, fiscalizando a correta aplicação do ordenamento jurídico. Em ação de interdição ajuizada por familiares de pessoa com deficiência, o juiz deixa de intimar o Ministério Público para intervir como custos iuris.

Considerando o disposto no CPC/2015, assinale a opção que indica a consequência processual da ausência de intimação do Ministério Público (MP) para intervir no feito.

- a) A ausência de intimação do MP é mera irregularidade sanável, sem repercussão processual.**
- b) O processo deve prosseguir normalmente, pois o MP só atua em ações coletivas.**
- c) O vício só poderá ser arguido pelo réu em sede de apelação.**
- d) O juiz poderá suprir a omissão com a nomeação de curador especial.**
- e) o processo é nulo a partir do momento em que deveria ter ocorrido a intervenção do Ministério Público.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre a atuação do Ministério Público, conforme o CPC.

A alternativa A está incorreta. Trata-se de hipótese de NULIDADE, em que pese a intimação do MP para verificar o prejuízo, vejamos: “Art. 279. É nulo o processo quando o membro do Ministério Público não for intimado a acompanhar o feito em que deva intervir.”

A alternativa B está incorreta. Não, o MP não atua somente em ações coletivas, vejamos outras hipóteses de atuação: “Art. 178. O Ministério Público será intimado para, no prazo de 30 (trinta) dias, intervir como fiscal da ordem jurídica nas hipóteses previstas em lei ou na Constituição Federal e nos processos que envolvam: I - interesse público ou social; II - interesse de incapaz; III - litígios coletivos pela posse de terra rural ou urbana.”

A alternativa C está incorreta. Trata-se de hipótese de nulidade ABSOLUTA, podendo ser arguida pelo juiz de ofício ou pelas partes. Vejamos: “Art. 278. A nulidade dos atos deve ser alegada na primeira oportunidade em que couber à parte falar nos autos, sob pena de preclusão. Parágrafo único. Não se aplica o disposto no caput às nulidades que o juiz deva decretar de ofício, nem prevalece a preclusão provando a parte legítimo impedimento.”

A alternativa D está incorreta. Não há essa possibilidade de que seja suprida pelo curador especial, consoante o disposto no art. 72 parágrafo único do CPC: “Parágrafo único. A curatela especial será exercida pela Defensoria Pública, nos termos da lei.”

A alternativa E está correta. Exatamente, correspondendo a alternativa a literalidade do CPC, no artigo 279, vejamos: “Art. 279. É nulo o processo quando o membro do Ministério Público não for intimado a acompanhar o feito em que deva intervir. § 1º Se o processo tiver tramitado sem conhecimento do membro do Ministério Público, o juiz invalidará os atos praticados a partir do momento em que ele deveria ter sido intimado. § 2º A nulidade só pode ser decretada após a intimação do Ministério Público, que se manifestará sobre a existência ou a inexistência de prejuízo.”

QUESTÃO 40. O Ministério Público do Estado do Espírito Santo, no bojo de uma ação de improbidade administrativa, firmou um Acordo de Não Persecução Civil (ANPC com um ex-prefeito acusado de irregularidades em contrato de coleta de lixo). O acordo prevê o ressarcimento integral do dano ao erário, porém sem a incidência de juros e parcelado em 48 vezes, além do pagamento de multa civil e da proibição de contratar com o Poder Público por três anos. Ao receber a petição de homologação do acordo, o juízo da Vara da Fazenda Pública questiona se o ANPC seria válido, já que o ressarcimento não contemplou os juros incidentes e foi objeto de parcelamento.

Considerando a disciplina legal e a finalidade do ANPC analise as afirmativas a seguir a respeito da validade do acordo celebrado.

I. O ANPC é válido, pois o parcelamento e a convenção sobre os juros podem ser objeto de ajuste, levando em conta o interesse público, a extensão do dano ou do proveito patrimonial, bem como a capacidade financeira do compromitente.

II. O ANPC é inválido, pois somente é cabível quando há ressarcimento integral e global do dano ao erário, não sendo possível o parcelamento.

III. O ANPC é inválido, pois a lei de Improbidade não prevê o impedimento de contratar com o Poder Público como cláusula possível no bojo do acordo. Está correto o que se afirma em

a) I, apenas.

b) II, apenas.

c) I e II, apenas.

d) II e III, apenas.

e) I, II e III.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. Vamos analisar item a item. A questão trata sobre o Acordo de Não Persecução Cível.

O Item I está correto. Res. 306/2025, CNMP, Art. 6º O instrumento que formalizar o acordo nos autos, por escrito, vinculará toda a instituição, e deverá conter os seguintes elementos: VII – quantificação e extensão do dano causado e dos valores acrescidos ilicitamente, quando presentes, atualizados monetariamente e acrescidos de juros legais a partir da prática do ilícito, permitindo-se, entretanto, a depender da situação concreta e da devida justificação, a flexibilização destes últimos, como forma de preservar a atuação resolutiva do Ministério Público;

O Item II está incorreto. Res. 306/2025, CNMP, Art. 6º, §2º A reparação do dano patrimonial, a devolução de bens e valores acrescidos ilicitamente e o pagamento da multa civil poderão ser objeto de parcelamento, levando-se em consideração o interesse público, a extensão do dano ou do proveito patrimonial, assim como a capacidade financeira do celebrante.

O Item III está incorreto. Art. 17-B, § 6º O acordo a que se refere o caput deste artigo poderá contemplar a adoção de mecanismos e procedimentos internos de integridade, de auditoria e de incentivo à denúncia de irregularidades e a aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta no âmbito da pessoa jurídica, se for o caso, bem como de outras medidas em favor do interesse público e de boas práticas administrativas. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

A alternativa A está correta. Apenas o item I está correto. Res. 306/2025, CNMP permite a flexibilização dos juros legais, mediante devida justificação, para preservar a atuação resolutiva do Ministério Público e facilitar a concretização do ressarcimento.

A alternativa B está incorreta. O item II está incorreto. É permitido o parcelamento da dívida (dano e multa), justamente para garantir que o ressarcimento ocorra, ou seja, a flexibilização.

A alternativa C está incorreta. Apenas o item I está correto, o item II está incorreto, conforme comentários anteriores.

A alternativa D está incorreta. O item II está incorreto, conforme os comentários anteriores. O item III também se demonstra incorreto, pois, o acordo pode contemplar outras medidas em favor do interesse público e de boas práticas administrativas, o que reforça a possibilidade de incluir a sanção de proibição de contratar.

A alternativa E está incorreta. Apenas o item I está correto, estando os itens II e III incorretos, conforme os comentários anteriores.

QUESTÃO 41. O Código de Processo Civil de 2015 consolidou um sistema de precedentes obrigatórios que devem ser observados por juízes e tribunais, entre eles as decisões proferidas em Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR), Incidente de Assunção de

Competência (IAC), recursos repetitivos e repercussão geral, com o objetivo de assegurar uniformidade e estabilidade à interpretação do direito.

Nesse contexto, em determinado Estado, o Tribunal de Justiça fixou, em sede de IRDR, a tese de que o fornecimento de medicamento pelo poder público depende da comprovação de registro na ANVISA. Em ação individual ajuizada posteriormente com idêntico objeto, um juiz concedeu liminar em sentido contrário à tese firmada no IRDR.

Considerando as disposições do Código de Processo Civil de 2015 e o papel do Ministério Público (MP) como fiscal da ordem jurídica, assinale a opção que indica conduta que deve ser adotada diante da decisão judicial que contrariou precedente vinculante.

a) O MP deve abster-se de intervir, pois a decisão judicial, ainda que contrária à tese do IRDR, é ato discricionário do magistrado.

b) O IRDR possui natureza apenas persuasiva, de modo que o juiz pode afastar a tese quando entender necessário.

c) O MP não possui legitimidade para intervir em processos individuais.

d) O MP pode intervir para garantir o cumprimento do precedente obrigatório, impugnando a decisão judicial que divergiu da tese fixada.

e) O MP deve apenas sugerir ao tribunal a revisão do precedente.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre hipótese de Reclamação.

A alternativa A está incorreta. Consoante o art. 927 do CPC, o juiz deve seguir os precedentes obrigatórios, vejamos: “Art. 927. Os juízes e os tribunais observarão: I - as decisões do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade; II - os enunciados de súmula vinculante; III - os acórdãos em incidente de assunção de competência ou de resolução de demandas repetitivas e em julgamento de recursos extraordinário e especial repetitivos; IV - os enunciados das súmulas do Supremo Tribunal Federal em matéria constitucional e do Superior Tribunal de Justiça em matéria infraconstitucional; V - a orientação do plenário ou do órgão especial aos quais estiverem vinculados.”

A alternativa B está incorreta. Não se trata de natureza persuasiva, e sim, de precedente obrigatório, com fundamento no art. 988, IV do CPC: “Art. 988. Caberá reclamação da parte interessada ou do Ministério Público para: IV – garantir a observância de acórdão proferido em julgamento de incidente de resolução de demandas repetitivas ou de incidente de assunção de competência.”

A alternativa C está incorreta. Não, o MP atua também em interesses particulares e individuais, não restringindo sua atuação em ações coletiva, vejamos outras hipóteses de atuação: “Art. 178. O Ministério Público será intimado para, no prazo de 30 (trinta) dias, intervir como fiscal da ordem jurídica nas hipóteses previstas em lei ou na Constituição Federal e nos processos que envolvam: I - interesse público ou social; II - interesse de incapaz; III - litígios coletivos pela posse de terra rural ou urbana.”

A alternativa D está correta. O MP pode intervir para garantir o cumprimento do precedente obrigatório, impugnando a decisão judicial que divergiu da tese fixada, a saber: “Art. 988. Caberá reclamação da parte interessada ou do Ministério Público para: I - preservar a competência do tribunal; II - garantir a autoridade das decisões do tribunal; III – garantir a observância de enunciado de súmula vinculante e de decisão do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade; IV – garantir a observância de acórdão proferido em julgamento de incidente de resolução de demandas repetitivas ou de incidente de assunção de competência.”

A alternativa E está incorreta. Não apenas sugerir, mas acatar o precedente.

QUESTÃO 42. Uma associação de defesa ambiental ajuizou ação coletiva com pedido de tutela inibitória, para impedir o despejo de resíduos industriais em um rio. A indústria ré, devidamente citada, alegou estar cumprindo as normas ambientais, mas não apresentou documentos comprobatórios dessa afirmação. Considerando as disposições do Código de Processo Civil de 2015 acerca do ônus da prova e da possibilidade de sua redistribuição pelo juiz, assinale a alternativa correta.

a) O ônus é exclusivamente da associação autora, que deve provar o despejo irregular.

b) O juiz pode redistribuir o ônus da prova quando for mais fácil ao réu produzi-la, cabendo, nesse caso, à indústria ré comprovar a regularidade ambiental de sua conduta.

c) O juiz não pode alterar a regra geral de distribuição do ônus da prova.

d) O ônus deve ser dividido igualmente entre a associação e a indústria.

e) O Ministério Público pode intervir como custos iuris, mas não assume o ônus probatório, salvo se expressamente redistribuído.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre ônus da prova.

A alternativa A está incorreta. Não, ao ser possível a redistribuição do ônus da prova (art. 313, §1º do CPC).

A alternativa B está correta. Quando houve dificuldade ou impossibilidade de uma parte produzir a prova - conforme o caso - poderá haver a redistribuição do ônus da prova, vejamos: “Art. 373. O ônus da prova incumbe: I - ao autor, quanto ao fato constitutivo de seu direito; II - ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor. § 1º Nos casos previstos em lei ou diante de peculiaridades da causa relacionadas à impossibilidade ou à excessiva dificuldade de cumprir o encargo nos termos do caput ou à maior facilidade de obtenção da prova do fato contrário, poderá o juiz atribuir o ônus da prova de modo diverso, desde que o faça por decisão fundamentada, caso em que deverá dar à parte a oportunidade de se desincumbir do ônus que lhe foi atribuído.”

A alternativa C está incorreta. Sim, conforme as peculiaridades do caso concreto o ônus da prova poderá ser redistribuído (art. 313, §1º do CPC).

A alternativa D está incorreta. Não há regra de distribuição equitativa.

A alternativa E está incorreta. O MP não tem o ônus probatório quando fiscal da ordem jurídica, pois ele não é parte, a saber: “Art. 178. O Ministério Público será intimado para, no prazo de 30 (trinta) dias, intervir como fiscal da ordem jurídica nas hipóteses previstas em lei ou na Constituição Federal e nos processos que envolvam: I - interesse público ou social; II - interesse de incapaz; III - litígios coletivos pela posse de terra rural ou urbana.”

QUESTÃO 43. O processo estrutural surge como mecanismo para lidar com litígios de grande complexidade e com repercussão em políticas públicas, nos quais não basta uma decisão pontual: é necessária a reorganização de uma realidade institucional ou estrutural. Em tal desenho institucional, o Ministério Público do Estado do Espírito Santo propõe ação civil pública para exigir do Estado a adequação do sistema penitenciário às normas constitucionais e internacionais de direitos humanos.

Reconhecendo a gravidade da situação, o juiz defere parcialmente o pedido e determina a criação de um plano de reestruturação do sistema carcerário, a ser elaborado em conjunto pelo Poder Executivo, pela Defensoria Pública, pela sociedade civil e por órgãos de fiscalização, com prazos e metas progressivas.

Considerando o instituto do processo estrutural e as características da atuação judicial na hipótese descrita, assinale a opção correta.

- a) Trata-se de decisão nua, pois o Poder Judiciário pode interferir na formulação de políticas públicas.**
- b) Trata-se de hipótese em que o juiz deve limitar-se a proferir sentença condenatória genérica, sem fixar planos de execução.**
- c) Trata-se de exemplo típico de processo estrutural, em que a decisão judicial organiza políticas públicas mediante atuação cooperativa e gradual.**
- d) Trata-se de decisão que viola a separação dos Poderes, sendo incompatível com o sistema constitucional brasileiro.**
- e) Trata-se de modalidade processual sem regulamentação normativa expressa, cuja efetivação não pode se basear apenas nos princípios e regras do CPC/2015.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre processo estrutural.

As alternativas A e D estão incorretas. O STF possui posição muito clara sobre a intervenção do Poder Judiciário sem que viole a repartição de poderes, quando o objetivo é intervir para garantir direitos fundamentais. A intervenção do Poder Judiciário em políticas públicas voltadas à realização de direitos fundamentais, em caso de ausência ou deficiência grave do serviço, não viola o princípio da separação dos Poderes. A decisão judicial, como regra, em lugar de determinar medidas pontuais, deve apontar as finalidades a serem alcançadas e determinar à Administração Pública que apresente um plano e/ou os meios adequados para alcançar o resultado. STF. Plenário. RE 684.612/RJ, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, redator do acórdão Min. Roberto Barroso, julgado em 01/7/2023 (Repercussão Geral – Tema 698) (Info 1101).

A alternativa B está incorreta. Há características típicas (multipolaridade, coletividade e complexidade) e essenciais (discutir problema estrutural; implementação do estado ideal de coisas; procedimento bifásico – com plano de estruturação -; consensualidade; flexibilidade).

A alternativa C está correta. O processo estrutural possui determinadas características. O litígio estrutural ocorre em situações de violação que impactam diferentes subgrupos sociais de maneira desigual, tanto em intensidade quanto em forma. Esses impactos atingem os interesses de cada subgrupo de modos distintos, sem que exista entre eles uma visão social comum. Em certos casos, parte do grupo pode até ser favorecida pela preservação do status resultante da violação e, por isso, posicionar-se contra a reivindicação coletiva da sociedade, conforme Edilson Vitorelli: “Ainda que nem todo litígio coletivo irradiado seja estrutural, todo litígio estrutural é um litígio coletivo irradiado.[29] Isso porque o litígio estrutural tem lugar no contexto de uma violação que atinge subgrupos sociais diversos, com intensidades e de formas diferentes, afetando os interesses desses subgrupos de modos distintos, sem que haja, entre eles, qualquer perspectiva social compartilhada. Pode ser que parte do grupo seja até mesmo beneficiada pela manutenção do status posterior à violação e se volte contra a pretensão da sociedade.”

A alternativa E está incorreta. Pode se basear, sim, no CPC e em princípios.

QUESTÃO 44. Em razão da multiplicidade de ações ajuizadas em diversos estados por consumidores que questionam a legalidade da cobrança de uma tarifa de energia elétrica, o Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo instaura um Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) e firma tese de que a cobrança é ilegal. Posteriormente, o Superior Tribunal de Justiça ao julgar recurso especial repetitivo sobre o mesmo tema decide pela legalidade da cobrança, fixando tese de alcance nacional. Diante disso, alguns juízes de primeiro grau no Espírito Santo passam a questionar qual entendimento devem observar ao julgar as ações individuais.

Considerando o microssistema de precedentes obrigatórios instituído pelo CPC/2015, cujo objetivo é uniformizar a jurisprudência e assegurar segurança jurídica e isonomia, assinale a opção que indica qual decisão deve prevalecer na situação descrita.

a) Deve prevalecer o IRDR local, por refletir melhor as peculiaridades regionais do litígio.

b) Deve prevalecer a decisão do STJ em recurso repetitivo, por se tratar de precedente obrigatório em âmbito nacional.

c) O juiz tem liberdade para aplicar o entendimento que considerar mais justo ao caso concreto, desde que fundamente sua decisão, em conformidade com o disposto no art. 489, §1º, do CPC/2015.

d) Deve prevalecer a decisão posterior não importando em que sede foi proferida, pois nenhuma das decisões é obrigatória, já que tanto o IRDR, quanto os recursos repetitivos possuem apenas caráter persuasivo.

e) Havendo conflito entre tese firmada em IRDR e tese nacional fixada em recurso repetitivo, o tribunal local possui ampla discricionariedade em relação à revisão de sua tese.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre processo coletivo.

A alternativa A está incorreta. Quando o Superior Tribunal de Justiça (STJ), que é o intérprete máximo da lei federal no Brasil, profere uma decisão em Recurso Especial Repetitivo sobre o mesmo tema, essa decisão possui prevalência e eficácia nacional.

A alternativa B está correta. Como o Resp tem aplicação em todo o território nacional, ele prevalece sobre o IRDR, que incide apenas no âmbito da jurisdição do Tribunal. Vejamos: “Art. 985. Julgado o incidente, a tese jurídica será aplicada: I - a todos os processos individuais ou coletivos que versem sobre idêntica questão de direito e que tramitem na área de jurisdição do respectivo tribunal, inclusive àqueles que tramitem nos juizados especiais do respectivo Estado ou região;”

A alternativa C está incorreta. Esta alternativa contraria o cerne do microssistema de precedentes obrigatórios do CPC. Vejamos o disposto no Art. 927: Art. 927. Os juízes e os tribunais observarão: I - as decisões do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade; II - os enunciados de súmula vinculante; III - os acórdãos em incidente de assunção de competência ou de resolução de demandas repetitivas e em julgamento de recursos extraordinário e especial repetitivos; IV - os enunciados das súmulas do Supremo Tribunal Federal em matéria constitucional e do Superior Tribunal de Justiça em matéria infraconstitucional; V - a orientação do plenário ou do órgão especial aos quais estiverem vinculados.”

A alternativa D está incorreta. Ambassão, pelo Art. 927 do CPC/2015, consideradas precedentes obrigatórios (vinculantes), devendo ser observadas pelos juízes e tribunais a elas subordinados. Ou seja, compreenda que a prevalência não se dá somente pela ordem cronológica, mas sim pela hierarquia e pelo alcance da tese fixada, como estabelecido na alternativa letra B.

A alternativa E está incorreta. O Art. 927, inciso III, do CPC exige a observância dos acórdãos proferidos em julgamento de recursos repetitivos, retirando a discricionariedade do tribunal inferior. Vejamos: “Art. 927: Art. 927. Os juízes e os tribunais observarão: III - os acórdãos em incidente de assunção de competência ou de resolução de demandas repetitivas e em julgamento de recursos extraordinário e especial repetitivos;”

QUESTÃO 45. Em procedimento instaurado pelo Ministério Público, foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com uma empresa de transporte público, obrigando-a a adequar sua frota às normas de acessibilidade. Diante do descumprimento parcial das obrigações assumidas, o Ministério Público propôs ação de execução para exigir o cumprimento do termo.

Com base no art. 5º § 6º, da Lei nº 7.347/1985 (Lei da Ação Civil Pública), assinale a opção que indica corretamente a natureza jurídica do TAC e a medida processual cabível na hipótese descrita.

- a) O TAC tem natureza meramente recomendatória e só pode ser exigido após sentença judicial confirmatória.
- b) O TAC é título executivo extrajudicial e sua execução pode ser promovida pelo Ministério Público ou por qualquer legitimado coletivo, em litisconsórcio ativo facultativo.
- c) O TAC equivale à sentença transitada em julgado, sendo título executivo judicial.
- d) O TAC exige homologação judicial para ter validade.
- e) O TAC constitui título executivo extrajudicial, podendo ser executado diretamente em caso de descumprimento.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre Termo de Ajustamento de Conduta (TAC).

A alternativa A está incorreta. O TAC não tem natureza meramente recomendatória; ele tem força de título executivo. Não exige sentença judicial confirmatória para ser executado, nos termos do art. 5º, §6º da LACP: “§ 6º Os órgãos públicos legitimados poderão tomar dos interessados compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais, mediante cominações, que terá eficácia de título executivo extrajudicial.”

A alternativa B está incorreta. A execução é cabível por qualquer dos legitimados (MP, Defensoria Pública, União, Estados, Municípios, etc. Entretanto, isso não se confunde com a atuação em litisconsórcio ativo facultativo. Aqui o examinador confunde o rol de legitimados com a execução em si.

A alternativa C está incorreta. O TAC é título executivo extrajudicial, ou seja, nasce fora do processo judicial. A sentença transitada em julgado é a forma principal de título executivo judicial.

A alternativa D está incorreta. O TAC não exige homologação judicial para ter validade e força executiva, sendo este um de seus grandes diferenciais como instrumento de consenso administrativo.

A alternativa E está correta. Exatamente. O TAC possui força de título executivo extrajudicial, seu descumprimento permite ao órgão que o firmou (neste caso, o Ministério Público) ingressar diretamente com uma ação de execução, conforme previsto no Código de Processo Civil, para exigir o cumprimento das obrigações ou das multas estipuladas, vejamos o disposto no Art.5º, § 6º da LACP: “Os órgãos públicos legitimados poderão tomar dos interessados compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais, mediante cominações, que terá eficácia de título executivo extrajudicial.”

QUESTÃO 46. Vinícius foi acolhido institucionalmente aos 6 (seis) anos de idade, em razão da negligência de seus pais. Aos 8 (oito) anos, transitou em julgado a ação de destituição do poder familiar proposta contra eles. Apesar das tentativas de reintegração familiar e de adoção, nenhuma delas teve êxito. Um casal chegou a iniciar o estágio de convivência com Vinícius, mas desistiu, após 2 (dois) meses, alegando dificuldades de adaptação do menino às regras da família.

Atualmente, Vinícius está prestes a completar 18 (dezoito) anos, ainda não terminou o Ensino Médio e manifesta preocupação quanto ao seu futuro.

Considerando as disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente e do Sistema Nacional de Acolhimento e Adoção, assinale a opção que indica a medida juridicamente adequada à situação de Vinícius.

a) É cabível o ajuizamento de ação de alimentos em face dos pais de Vinícius somente em relação ao período anterior à destituição do poder familiar.

b) O ajuizamento de ação de alimentos em face dos pais de Vinícius não possui mais amparo legal, porém pode ser ajuizada ação indenizatória pelo abandono material.

c) Deve ser ajuizada ação indenizatória em face dos adotantes que desistiram da adoção do adolescente sem justificativa razoável.

d) É cabível a prorrogação do acolhimento institucional de Vinícius até os 21 (vinte e um) anos de idade, com reavaliações semestrais, eis que se encontra estudando, em situação de vulnerabilidade e com vínculos familiares rompidos.

e) Deve-se pleitear vaga para Vinícius em serviço de acolhimento em república para jovens, eis que voltado para pessoas de 18 (dezoito) a 21 (vinte e um) anos de idade que, dentre outras características, estejam em situação de vulnerabilidade e não possam arcar com sua moradia.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão tratou do Sistema Nacional de Acolhimento e Adoção.

A alternativa A está incorreta. A destituição do poder familiar, conforme o art. 1.635, IV, do Código Civil, extingue os deveres dele decorrentes, incluindo a obrigação de prestar alimentos (art. 1.566, IV, do CC). Portanto, a regra geral é que, após a destituição, os pais biológicos não possuem mais o dever alimentar. Contudo, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) já se posicionou de forma excepcional, entendendo que a destituição do poder familiar rompe os deveres de gestão da vida do filho, mas não extingue o vínculo de parentesco. Com base nessa premissa, a obrigação alimentar, que também decorre do parentesco, poderia ser mantida em situações específicas, a depender da análise do binômio necessidade-possibilidade. Dessa forma, a alternativa está incorreta ao afirmar que a ação de alimentos seria cabível *somente* em relação ao período anterior à destituição, pois a jurisprudência admite, excepcionalmente, a sua manutenção. Veja a literalidade do CC/2002: “Art. 1.566. São deveres de ambos os cônjuges: IV - sustento, guarda e educação dos filhos; Art. 1.635. Extingue-se o poder familiar: IV - pela adoção;”. Veja o que o REsp 1698728/MS do STJ dispõe nesse sentido: “CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. DIREITO DE FAMÍLIA. (...) DESTITUIÇÃO DO PODER FAMILIAR. CONDENAÇÃO DOS PAIS DESTITUÍDOS A PAGAR

ALIMENTOS. POSSIBILIDADE. ROMPIMENTO DO PODER DE GESTÃO DA VIDA DO FILHO, MAS NÃO DO VÍNCULO DE PARENTESCO. (...) 11- Mesmo quando houver a destituição do poder familiar, não há correlatamente a desobrigação de prestação de assistência material ao filho, uma vez que a destituição do poder familiar apenas retira dos pais o poder que lhes é conferido para gerir a vida da prole, mas, ao revés, não rompe o vínculo de parentesco”.

A alternativa B está incorreta. A primeira parte da afirmativa (“não possui mais amparo legal”) é, como regra, verdadeira, mas, como visto na alternativa anterior, é flexibilizada pela jurisprudência do STJ. A segunda parte, sobre a possibilidade de ação indenizatória por abandono material, está correta. O descumprimento do dever de assistência material configura ato ilícito, conforme o art. 186 do Código Civil, e pode gerar o dever de indenizar por danos morais. O STJ possui entendimento consolidado nesse sentido. Por tanto, a alternativa é considerada incorreta porque sua primeira premissa não é absoluta, já que há amparo legal para o ajuizamento de alimentos. Veja a literalidade do REsp 1087561/RS do STJ sobre o assunto: “RECURSO ESPECIAL. FAMÍLIA. ABANDONO MATERIAL. MENOR. DESCUMPRIMENTO DO DEVER DE PRESTAR ASSISTÊNCIA MATERIAL AO FILHO. ATO ILÍCITO (CC/2002, ARTS. 186, 1.566, IV, 1.568, 1.579, 1.632 E 1.634, I; ECA, ARTS. 18-A, 18-B E 22). REPARAÇÃO. DANOS MORAIS. POSSIBILIDADE. (...) 1. O descumprimento da obrigação pelo pai, que, apesar de dispor de recursos, deixa de prestar assistência material ao filho, não proporcionando a este condições dignas de sobrevivência e causando danos à sua integridade física, moral, intelectual e psicológica, configura ilícito civil, nos termos do art. 186 do Código Civil de 2002. 2. Estabelecida a correlação entre a omissão voluntária e injustificada do pai quanto ao amparo material e os danos morais ao filho dali decorrentes, é possível a condenação ao pagamento de reparação por danos morais, com fulcro também no princípio constitucional da dignidade da pessoa humana”.

A alternativa C está incorreta. O estágio de convivência, previsto no art. 46 do ECA, é um período de avaliação mútua. A desistência durante essa fase, por si só, não é um ato ilícito. A responsabilidade civil (dever de indenizar) surge apenas quando a desistência configura abuso de direito, ou seja, quando ocorre de forma abrupta, tardia e injustificada, após a criação de um sólido vínculo afetivo, causando trauma e prejuízo ao adotando. No caso descrito no enunciado, a desistência ocorreu após apenas dois meses, e a alegação de “dificuldades de adaptação” é o tipo de situação que o estágio de convivência visa identificar. Portanto, não se pode afirmar categoricamente que “deve ser ajuizada” uma ação, pois a procedência dependeria da comprovação do abuso de direito. Veja literalidade do ECA: “Art. 46. A adoção será precedida de estágio de convivência com a criança ou adolescente, pelo prazo máximo de 90 (noventa) dias, observadas a idade da criança ou adolescente e as peculiaridades do caso”. Veja a literalidade do REsp 1842749/MG do STJ sobre o assunto: “CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. DIREITO DE FAMÍLIA. DESISTÊNCIA DE ADOÇÃO DE CRIANÇA NA FASE DO ESTÁGIO DE CONVIVÊNCIA. (...) DESISTÊNCIA JUSTIFICADA. ABUSO DE DIREITO NÃO CONFIGURADO. 1. A desistência da adoção durante o estágio de convivência não configura ato ilícito, não impondo o Estatuto da Criança e do Adolescente nenhuma sanção aos pretendentes habilitados em virtude disso”.

A alternativa D está incorreta. A regra geral do ECA é o desligamento do serviço de acolhimento aos 18 anos. Para jovens como Vinícius, que atingem a maioridade em acolhimento, a política de assistência social prevê uma medida específica e mais adequada, a “República”, conforme explicaremos a seguir.

A alternativa E está correta. Esta é a medida juridicamente adequada e prevista na política de assistência social para a situação de Vinícius. O serviço de acolhimento na modalidade “República” é especificamente desenhado para jovens egressos de serviços de acolhimento, que não têm para onde ir ao completarem 18 anos. O objetivo é oferecer apoio e moradia subsidiada enquanto eles se preparam

para a vida autônoma, seja concluindo os estudos ou se inserindo no mercado de trabalho. A descrição do serviço está nas "Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes", documento do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) e do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), que normatiza a aplicação do ECA e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Veja literalidade das orientações técnicas do CONANDA: "Definição: Acolhimento em unidades residenciais, com estrutura de casa, para jovens de 18 a 21 anos, em processo de desligamento de instituição de acolhimento, que não tenham possibilidade de retorno à família de origem ou extensa e que não tenham meios para auto sustento. Público-alvo: Jovens de 18 a 21 anos, em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social, com vínculos familiares rompidos ou extremamente fragilizados e sem condições de moradia e autossustentação".

QUESTÃO 47. Leonardo cumpre medida socioeducativa de internação há um ano. Em audiência de reavaliação, o Juízo da Vara da Infância e Juventude decidiu manter a medida aplicada. Irrresignado, o adolescente, por meio da Defensoria Pública, interpôs o recurso cabível 14 (quatorze) dias corridos – equivalentes a 11 (onze) dias úteis – após sua intimação da decisão. Os autos foram remetidos ao Ministério Público para manifestação.

Na condição de Promotora de Justiça, analise a situação descrita e avalie as afirmativas à luz do Estatuto da Criança e do Adolescente, da legislação processual aplicável e da jurisprudência sobre o prazo e a natureza do recurso cabível contra decisão que mantém medida socioeducativa de internação.

I. Devem ser apresentadas contrarrazões ao agravo de instrumento.

II. O recurso defensivo é intempestivo.

III. O prazo para o Ministério Público apresentar contrarrazões ao recurso é de 10 (dez) dias corridos.

Está correto o que se afirma em:

a) I, apenas.

b) II, apenas.

c) I e II, apenas.

d) I e III, apenas.

e) I, II e III.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão tratou da medida socioeducativa.

O Item I está correto. A decisão que mantém a medida socioeducativa de internação em uma audiência de reavaliação não põe fim ao processo de execução da medida. Trata-se, portanto, de uma decisão interlocutória. O recurso cabível contra decisões interlocutórias no âmbito do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), por aplicação subsidiária do Código de Processo Civil (CPC), é o Agravo de Instrumento. O Superior Tribunal de Justiça (STJ) já pacificou o entendimento de que o recurso de Apelação (previsto no art. 198 do ECA) é cabível apenas contra a sentença que aplica a medida socioeducativa, enquanto as decisões proferidas no curso da execução da medida, como a que a mantém, são impugnáveis por Agravo de Instrumento. Veja jurisprudência nesse sentido: “HABEAS CORPUS. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. DECISÃO QUE, EM SEDE DE REAVALIAÇÃO PERIÓDICA, MANTÉM A MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO. NATUREZA INTERLOCUTÓRIA. IMPUGNAÇÃO POR MEIO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO. (...) 1. A decisão proferida em sede de reavaliação periódica da medida socioeducativa de internação, por não extinguir o processo de execução, ostenta natureza interlocutória, sendo, portanto, impugnável por meio de agravo de instrumento, e não de apelação. Precedentes. STJ — HC 643731/SC — Publicado em 26/04/2021”.

O Item II está incorreto. O Estatuto da Criança e do Adolescente possui um sistema recursal próprio, estabelecido no seu art. 198. O prazo para interposição de todos os recursos, com exceção dos embargos de declaração, é de 10 (dez) dias. O STJ, em julgamento de recurso repetitivo (Tema 1.112), firmou a tese de que a contagem de prazos no âmbito do ECA deve ser feita em dias corridos, afastando a regra do CPC/2015 que prevê a contagem em dias úteis. No caso, o recurso foi interposto 14 dias corridos após a intimação, ultrapassando o prazo legal de 10 dias. Porém, lembre-se de que a Defensoria possui prazo em dobro, por tanto, considerando o prazo total de 20 dias, o recurso é tempestivo. Veja literalidade do ECA: “Art. 152. Aos procedimentos regulados nesta Lei aplicam-se subsidiariamente as normas gerais previstas na legislação processual pertinente. § 2º Os prazos estabelecidos nesta Lei e aplicáveis aos seus procedimentos são contados em dias corridos, excluído o dia do começo e incluído o dia do vencimento, vedado o prazo em dobro para a Fazenda Pública e o Ministério Público. Art. 198. Nos procedimentos afetos à Justiça da Infância e da Juventude, inclusive os relativos à execução das medidas socioeducativas, adotar-se-á o sistema recursal da Lei n o 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), com as seguintes adaptações: II - em todos os recursos, salvo nos embargos de declaração, o prazo para o Ministério Público e para a defesa será sempre de 10 (dez) dias;”. Veja também a literalidade da Tese firmada pelo STJ em Recurso Repetitivo, pelo REsp 1841736/SP (Tema 1112): “A nova regra do art. 152, § 2º, da Lei 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), incluída pela Lei 13.509/2017, que prevê a contagem dos prazos em dias corridos, é aplicável tão somente aos procedimentos regidos por essa lei, nos quais se incluem os procedimentos de destituição do poder familiar, adoção e tutela, não se aplicando aos recursos interpostos nos processos de natureza criminal”. Veja literalidade do CPC: “Art. 186. A Defensoria Pública gozará de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais”.

O Item III está correto. O mesmo art. 198 do ECA que estabelece o prazo de 10 dias para a interposição do recurso, garante, prazo igual para a defesa apresentar suas contrarrazões. Veja literalidade do ECA: “Art. 198. Nos procedimentos afetos à Justiça da Infância e da Juventude, inclusive os relativos à execução das medidas socioeducativas, adotar-se-á o sistema recursal da Lei n o 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), com as seguintes adaptações: II - em todos os recursos, salvo nos embargos de declaração, o prazo para o Ministério Público e para a defesa será sempre de 10 (dez) dias;”.

QUESTÃO 48. Ana, com 18 (dezoito) anos, enfrenta uma gravidez indesejada resultante de um breve relacionamento com um homem casado, posteriormente identificado como autor de violência doméstica e familiar contra sua esposa. Diante da situação, Ana decidiu entregar o bebê, ao nascer, a uma família que pudesse oferecer-lhe amor. Por confiar em Nayara, sua vizinha e amiga de longa data, que sempre desejou ser mãe, Ana manifestou o desejo de que ela fosse a adotante da criança. A fim de formalizar a adoção, ambas procuraram a Vara da Infância e Juventude para se informar sobre as providências cabíveis.

Considerando o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990) e a jurisprudência sobre a entrega voluntária e a adoção, assinale a afirmativa que indica corretamente o procedimento e as consequências jurídicas aplicáveis à situação de Ana e Nayara.

a) Constitui hipótese admitida pela legislação e pela jurisprudência de adoção *intuitu personae*, em razão dos laços de afinidade e afetividade pré-existentes entre a genitora e a adotante, primando pelo superior interesse da criança.

b) Compete à equipe da Vara da Infância informar Ana sobre o direito à entrega voluntária, por meio da qual será ouvida por equipe interprofissional, que, posteriormente, apresentará relatório à autoridade judiciária.

c) Configura hipótese de responsabilização criminal de Ana a promessa da entrega do bebê a Nayara, independentemente da obtenção de proveito econômico, em razão da ofensa à ordem do cadastro do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA).

d) Implica irregularidade na entrega do bebê a Nayara, sem a ciência do Poder Judiciário, hipótese em que a adoção não poderá ser posteriormente formalizada, ainda que se formem os laços de afetividade ao longo dos anos.

e) Garante-se a Ana, caso opte pela entrega voluntária, o direito de não indicar o nome do genitor, porém o direito ao sigilo não poderá abranger a família extensa, em razão da excepcionalidade da colocação em família substituta.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão tratou da adoção.

A alternativa A está incorreta. A regra geral no Brasil é que a adoção deve seguir a ordem de inscrição no Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA). A adoção *intuitu personae* (dirigida a uma pessoa específica) é uma exceção, admitida pela jurisprudência apenas em situações muito particulares, onde já existe um vínculo de socioafetividade consolidado entre a criança e o pretendente, e quando a medida atende inequivocamente ao superior interesse do menor. No caso descrito, o vínculo de afeto existe entre a genitora (Ana) e a pretendente (Nayara), mas não com o bebê, que ainda nem nasceu. Portanto, não se enquadra na hipótese excepcional admitida pelos tribunais, que visa proteger um laço já existente com a criança. A simples vontade da mãe não é suficiente para burlar o cadastro. Veja a jurisprudência do STJ nesse sentido: “Embora a regra seja a observância do cadastro de adotantes, é possível, em situações excepcionais, a concessão da adoção a pessoas não cadastradas quando demonstrado o forte vínculo de afinidade e afetividade entre o adotando e o adotante, de modo a

atender ao princípio do melhor interesse da criança. STJ — REsp 1981131/MS — Publicado em 16/11/2022”.

A alternativa B está correta. Esta alternativa descreve com precisão o procedimento da entrega voluntária, previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente. Ao procurar a Justiça, Ana exerceu seu direito de manifestar o interesse em entregar o filho para adoção de forma segura e legal. O procedimento visa garantir que a decisão da mãe seja livre e consciente, oferecendo-lhe apoio psicossocial. Veja literalidade do ECA: “Art. 19-A. A gestante ou mãe que manifeste interesse em entregar seu filho para adoção, antes ou logo após o nascimento, será encaminhada à Justiça da Infância e da Juventude. § 1º A gestante ou mãe será ouvida pela equipe interprofissional da Justiça da Infância e da Juventude, que apresentará relatório à autoridade judiciária, considerando inclusive os eventuais efeitos do estado gestacional e puerperal. § 2º De posse do relatório, a autoridade judiciária poderá determinar o encaminhamento da gestante ou mãe, mediante sua expressa concordância, à rede pública de saúde e assistência social para atendimento especializado. § 3º A busca à família extensa, conforme definida nos termos do parágrafo único do art. 25 desta Lei, respeitará o prazo máximo de 90 (noventa) dias, prorrogável por igual período”.

A alternativa C está incorreta. A conduta de prometer ou entregar um filho a terceiro só é crime se houver um elemento específico: paga ou recompensa. A simples promessa de entrega, motivada por laços de amizade ou confiança, sem qualquer vantagem econômica, não se enquadra no tipo penal. Veja literalidade do ECA: Art. 238 do ECA: “ Art. 238. Prometer ou efetivar a entrega de filho ou pupilo a terceiro, mediante paga ou recompensa: Pena - reclusão de um a quatro anos, e multa. Parágrafo único. Incide nas mesmas penas quem oferece ou efetiva a paga ou recompensa”. Como o enunciado não menciona qualquer proveito econômico, a conduta de Ana é atípica.

A alternativa D está incorreta. A primeira parte está correta, quando afirma que a entrega direta do bebê, sem passar pelo Judiciário, é irregular. Contudo, a segunda parte da afirmativa está errada. Os tribunais entendem que, embora a “adoção à brasileira” seja irregular, a situação deve ser analisada sob a ótica do melhor interesse da criança. Veja o que o STJ dispõe nesse sentido: “HABEAS CORPUS. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. “ADOÇÃO À BRASILEIRA”. VÍNCULO AFETIVO DA CRIANÇA COM O CASAL DE GUARDIÃES DE FATO. PRINCÍPIO DO MELHOR INTERESSE DO MENOR. (...) 2. A regra da obrigatoriedade da observância da ordem de classificação no cadastro de adotantes não é absoluta, podendo ser flexibilizada em atenção ao princípio do melhor interesse da criança. 3. Hipótese em que a criança, atualmente com 3 anos de idade, foi entregue pela genitora ao casal de guardiães logo após o nascimento, tendo estabelecido com estes sólidos vínculos de afetividade. 4. Acolhimento institucional da criança que se mostra contrário ao seu melhor interesse, tendo em vista a sua tenra idade e o longo período de convivência com o casal de guardiães, que manifesta o desejo de adotá-la. STJ -HC 476949/SP - Publicado em 18/06/2019”.

A alternativa E está incorreta. A lei garante à mãe o direito ao sigilo sobre o parto e a entrega (art. 19-A, § 9º, do ECA). Ela pode, de fato, optar por não indicar o nome do genitor. No entanto, a segunda parte da afirmativa é imprecisa. A colocação em família substituta (como a adoção) é medida excepcional. A lei determina que o Poder Judiciário deve esgotar as tentativas de manter a criança na família extensa (avós, tios, etc.). Portanto, a equipe interprofissional tem o dever de buscar a família extensa, e a mãe será questionada sobre ela. Embora a mãe tenha direito ao sigilo, o dever do Estado de buscar a família extensa prevalece, pois se trata de um direito da criança. A alternativa erra ao apresentar a questão como um “direito ao sigilo” que não pode “abranger” a família extensa, quando na verdade são dois pontos distintos: o sigilo da mãe e o dever do Estado de procurar a família da criança. Veja a literalidade

do ECA: “Art. 19-A. A gestante ou mãe que manifeste interesse em entregar seu filho para adoção, antes ou logo após o nascimento, será encaminhada à Justiça da Infância e da Juventude. § 3º A busca à família extensa, conforme definida nos termos do parágrafo único do art. 25 desta Lei, respeitará o prazo máximo de 90 (noventa) dias, prorrogável por igual período. § 6º Na hipótese de não comparecerem à audiência nem o genitor nem representante da família extensa para confirmar a intenção de exercer o poder familiar ou a guarda, a autoridade judiciária suspenderá o poder familiar da mãe, e a criança será colocada sob a guarda provisória de quem esteja habilitado a adotá-la”.

QUESTÃO 49. Clara, de 14 anos, e sua mãe Denise, residentes em Minas Gerais, estavam em férias em Guarapari (ES). Por se sentir feliz e relaxada, Denise nadou para longe da praia, porém foi surpreendida por uma forte correnteza. Apesar dos esforços dos bombeiros para salvá-la, infelizmente se afogou, falecendo em seguida.

O Conselho Tutelar foi acionado para atuar em favor de Clara. Porém, não foi possível o contato telefônico com nenhum familiar. A adolescente, apesar de muito triste, agradeceu e informou que possuía dinheiro suficiente para pegar um ônibus de volta para sua cidade, e que lá procuraria a avó para ajudá-la a resolver o que fosse necessário.

Considerando a situação de vulnerabilidade de Clara, assinale a afirmativa que indica a medida adequada a ser adotada, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

- a) O acolhimento institucional de Clara depende de sua concordância, eis que possui mais de 12 (doze) anos de idade.
- b) O Conselho Tutelar deve promover o acolhimento de Clara, preferencialmente na modalidade familiar, até que se restabeleça o contato com sua família extensa.
- c) O acolhimento emergencial de Clara independe de decisão judicial, porém deve ser comunicado ao Ministério Público em até 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de responsabilidade.
- d) Clara pode retornar para Minas Gerais desacompanhada de pais ou responsável em razão de a viagem ser nacional e possuir mais de 14 (quatorze) anos de idade.
- e) O Conselho Tutelar pode promover o acolhimento emergencial de Clara, independentemente de decisão judicial, por meio de entidade que mantenha programa de acolhimento institucional, observadas as exigências posteriores previstas no ECA.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão tratou do acolhimento emergencial.

A alternativa A está incorreta. O Estatuto da Criança e do Adolescente determina que a opinião do adolescente seja levada em consideração, mas não condiciona a aplicação da medida de proteção à sua concordância. O direito garantido é o de ser ouvido. Em uma situação de risco e vulnerabilidade como a de Clara, a proteção de sua integridade prevalece sobre sua vontade, cabendo à autoridade competente

(neste caso, o Conselho Tutelar) tomar a decisão que melhor atenda ao seu interesse. Veja literalidade do ECA: “Art. 101. § 2º Sem prejuízo da tomada de medidas emergenciais para proteção de vítimas de violência ou abuso sexual e das providências a que alude o art. 130 desta Lei, o afastamento da criança ou do adolescente do convívio familiar é de competência exclusiva da autoridade judiciária e importará na deflagração, a pedido do Ministério Público ou de quem tenha legítimo interesse, de procedimento judicial contencioso, no qual se garanta aos pais ou ao responsável o exercício do contraditório e da ampla defesa. Art. 28. § 1º Sempre que possível, a criança ou o adolescente será previamente ouvido por equipe interprofissional, respeitado seu estágio de desenvolvimento e grau de compreensão sobre as implicações da medida, e terá sua opinião devidamente considerada”.

A alternativa B está incorreta, já que o conselho tutelar só pode acolher institucionalmente. Para poder colocar Clara em uma família acolhedora, é necessária uma decisão judicial nesse sentido. Veja a literalidade do ECA: “Art. 136. São atribuições do Conselho Tutelar: V - encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência; VI - providenciar a medida estabelecida pela autoridade judiciária, dentre as previstas no art. 101, de I a VI, para o adolescente autor de ato infracional;”.

A alternativa C está incorreta. A alternativa contém dois erros cruciais. Primeiro, a comunicação da medida de acolhimento aplicada pelo Conselho Tutelar deve ser feita à Autoridade Judiciária (Juiz), e não ao Ministério Público. Segundo, o prazo para essa comunicação é de 24 (vinte e quatro) horas, e não 48 horas. Veja a literalidade do ECA: “Art. 93. As entidades que mantenham programa de acolhimento institucional poderão, em caráter excepcional e de urgência, acolher crianças e adolescentes sem prévia determinação da autoridade competente, fazendo comunicação do fato em até 24 (vinte e quatro) horas à Autoridade Judiciária, sob pena de responsabilidade.”

A alternativa D está incorreta, pois nenhum adolescente menor de 16 (dezesesseis) anos pode viajar para fora da comarca onde reside desacompanhado dos pais ou responsáveis sem autorização judicial, nos termos do ECA: “Art. 83. Nenhuma criança ou adolescente menor de 16 (dezesesseis) anos poderá viajar para fora da comarca onde reside desacompanhado dos pais ou dos responsáveis sem expressa autorização judicial”.

A alternativa E está correta. O ECA confere expressamente ao Conselho Tutelar a atribuição de aplicar as medidas de proteção previstas no art. 101, I a VII. O acolhimento (seja institucional ou familiar) é uma dessas medidas (art. 101, VIII). A situação de Clara se enquadra perfeitamente no art. 98 do ECA, que determina a aplicação de medidas de proteção sempre que os direitos da criança/adolescente forem ameaçados ou violados por “falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável”. Como analisamos na alternativa B, o único tipo de acolhimento que o Conselho Tutelar pode promover sem autorização judicial, é o acolhimento institucional. Veja a literalidade do ECA: “Art. 136. São atribuições do Conselho Tutelar: I - atender as crianças e adolescentes nas hipóteses previstas nos arts. 98 e 105, aplicando as medidas previstas no art. 101, I a VII;”.

QUESTÃO 50. A Resolução CONANDA nº 252/2024, estabelece diretrizes e critérios mínimos que devem orientar os fluxos e os procedimentos de acolhimento de adolescentes e jovens nos programas socioeducativos que envolvem privação ou restrição de liberdade, assegurando o respeito à dignidade, à integridade física e psicológica e aos direitos fundamentais.

Com base nas disposições dessa Resolução, assinale a opção que não corresponde a um dos critérios mínimos previstos para o acolhimento de adolescentes e jovens em unidades de restrição ou privação de liberdade.

a) Proibição de cortes de cabelo ou intervenções corporais compulsórias.

b) Revista pessoal detalhada e não invasiva na presença de mais de uma profissional.

c) Encaminhamento ao setor de saúde da unidade para verificação das condições físicas, se a avaliação prévia pelo Serviço Médico Legal apontar a presença de lesões.

d) Entrega de materiais para cuidados de higiene pessoal em quantidade suficiente, considerando a necessidade de cada pessoa.

e) Conferência não invasiva e guarda protegida dos objetos e bens pertencentes à/ao adolescente ou jovem, mantendo-os acondicionados em local adequado para posterior devolução.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão tratou das diretrizes e critérios mínimos que devem orientar os fluxos e os procedimentos de acolhimento de adolescentes e jovens nos programas socioeducativos.

A alternativa A está incorreta. Esta é uma diretriz expressa que visa proteger a identidade, a autonomia corporal e a dignidade do adolescente. Veja a literalidade da Resolução CONANDA nº 252/2024: “Art. 5º São direitos do adolescente e do jovem em acolhimento nos programas socioeducativos, desde o seu ingresso: V - a proibição de cortes de cabelo ou quaisquer outras intervenções corporais compulsórias, salvo por razões de saúde devidamente justificadas por profissional médico e com o consentimento do adolescente ou jovem, sempre que possível”.

A alternativa B está incorreta. Esta é uma diretriz expressa que visa proteger a segurança, mas impõe limites claros para que não se torne um ato vexatório ou violador. Veja a literalidade da Resolução CONANDA nº 252/2024: “Art. 6º O acolhimento inicial do adolescente ou jovem na unidade socioeducativa observará os seguintes procedimentos mínimos: II - a revista pessoal, que deve ser realizada de forma não invasiva, sem contato físico vexatório ou desnudamento, e na presença de, no mínimo, 2 (dois) profissionais do mesmo gênero do adolescente ou jovem;”.

A alternativa C está correta, porque o encaminhamento ao setor de saúde é obrigatório e imediato para todos, não sendo condicionado a um laudo prévio do SML/IML. Além disso, a constatação de lesões exige uma providência muito mais grave do que uma simples "verificação". Veja a literalidade da Resolução CONANDA nº 252/2024: “Art. 6º O acolhimento inicial do adolescente ou jovem na unidade socioeducativa observará os seguintes procedimentos mínimos: III - o encaminhamento imediato ao setor de saúde da unidade para avaliação integral das condições físicas e psicológicas, independentemente de avaliação prévia por outro órgão, a ser realizada por profissional de saúde. Art. 8º Constatada, no momento do acolhimento ou a qualquer tempo, a existência de indícios de tortura, maus-tratos ou qualquer forma de violência física ou psicológica, a direção da unidade deverá comunicar o fato imediatamente à autoridade judiciária, ao Ministério Público, à Defensoria Pública e ao Conselho Tutelar, com a remessa do respectivo laudo ou relatório de saúde, para a apuração de

responsabilidade”. A alternativa "c" subverte a lógica da proteção, tornando a avaliação de saúde uma exceção (e não a regra) e prescrevendo uma medida branda (verificação) para uma situação gravíssima (lesões já constatadas).

A alternativa D está incorreta. O fornecimento de itens básicos de higiene é um direito fundamental ligado à saúde e à dignidade, e a Resolução detalha essa obrigação: “Art. 6º O acolhimento inicial do adolescente ou jovem na unidade socioeducativa observará os seguintes procedimentos mínimos: IV - a entrega de materiais para cuidados de higiene pessoal, vestuário adequado e roupa de cama, em quantidade suficiente e considerando as necessidades individuais de cada pessoa, inclusive as de gênero;”.

A alternativa E está incorreta. Esta é uma diretriz expressa que visa garantir a segurança da unidade e, ao mesmo tempo, proteger o patrimônio do adolescente, que deve ser devidamente registrado e guardado. Veja a literalidade da Resolução CONANDA nº 252/2024: “Art. 6º O acolhimento inicial do adolescente ou jovem na unidade socioeducativa observará os seguintes procedimentos mínimos: I - a conferência não invasiva e o registro de todos os objetos e bens pertencentes ao adolescente ou jovem, que deverão ser acondicionados em local seguro e adequado para devolução ao final do período de internação ou em momento oportuno, conforme normas da unidade;”.

QUESTÃO 51. José, agindo com dolo, enganou, mediante ardil, Bonifácio, pessoa maior, capaz e com 62 anos de idade. Em razão da conduta perpetrada pelo agente, o ofendido, em erro, entregou-lhe a quantia de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Após descobrir a fraude, Bonifácio entrou em contato com um amigo atuante na área jurídica, para entender as repercussões do evento, em especial sob o ponto de vista criminal. Registre-se que José tinha pleno conhecimento da idade de Bonifácio.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, é correto afirmar que José responderá pelo crime de estelionato

a) simples, com a incidência de uma causa de aumento de pena, sendo certo que a ação penal é pública condicionada à representação do ofendido.

b) qualificado, sem causas de aumento de pena, sendo certo que a ação penal é pública condicionada à representação do ofendido.

c) simples, sem causas de aumento de pena, sendo certo que a ação penal é pública condicionada à representação do ofendido.

d) simples, com a incidência de uma causa de aumento de pena, sendo certo que a ação penal é pública incondicionada.

e) qualificado, sem causas de aumento de pena, sendo certo que a ação penal é pública incondicionada.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre o crime de estelionato.

A alternativa A está correta. Nos termos do art. 171 do código penal, em seu § 4º: “A pena aumenta-se de 1/3 (um terço) ao dobro, se o crime é cometido contra idoso ou vulnerável, considerada a relevância do resultado gravoso”.

As alternativas B e C estão incorretas. Conforme visto acima, haverá aumento de pena em razão do crime ter sido cometido contra idoso.

A alternativa D está incorreta. Só seria incondicionada se a vítima fosse maior de 70 anos (art. 171, § 5º, inciso IV do Código Penal).

A alternativa E está incorreta. Conforme visto acima, trata-se de estelionato em sua forma simples e com aumento de pena.

QUESTÃO 52. O Ministério Público do Estado do Espírito Santo, por meio de um grupo especializado de Promotores de Justiça, deflagrou investigação para apurar a prática de crimes contra a vida e contra o patrimônio, supostamente perpetrados por integrantes da organização criminosa Alfa. Ao descobrir que é alvo das investigações, João procurou um advogado, para esclarecer as possíveis consequências que poderá suportar, inclusive em relação ao seu patrimônio.

O patrono explicou-lhe que o Código Penal prevê que, na hipótese de condenação por infrações às quais a lei comine pena máxima superior a seis anos de reclusão, poderá ser decretada a perda, como produto ou proveito do crime, dos bens correspondentes à diferença entre o valor do patrimônio do condenado é aquele compatível com o seu rendimento lícito.

Registre-se, por fim, que as investigações tramitam junto ao Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo.

Nesse contexto, considerando as disposições do Código Penal, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

() A perda, por meio do confisco alargado, deverá ser expressamente requerida pelo Ministério Público, por ocasião do oferecimento da denúncia, com indicação da diferença apurada.

() Os instrumentos utilizados na prática de crimes pela organização criminosa Alfa deverão ser declarados perdidos em Favor da União, ainda que não representem perigo à segurança das pessoas, à moral ou à ordem pública, nem ofereçam sério risco de reutilização para o cometimento de novos crimes.

() Para efeito da perda, por meio do confisco alargado, deverá ser considerado patrimônio do condenado todos os bens de sua titularidade, ou em relação aos quais ele exerça o domínio e obtenha benefício direto ou indireto, na data da infração penal ou transferidos a terceiros a título gratuito ou mediante contraprestação irrisória, a partir do início da investigação criminal.

As afirmativas são, respectivamente,

a) F - V - F

b) V - F - V

c) V - V - V

d) F - F - F

e) V - F - F

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre os efeitos da condenação.

O Item I está correto. Segundo o art. 91, § 3º, do Código Penal: “A perda prevista neste artigo deverá ser requerida expressamente pelo Ministério Público, por ocasião do oferecimento da denúncia, com indicação da diferença apurada”.

O Item II está incorreto. Segundo o art. 91-A, §5: “Os instrumentos utilizados para a prática de crimes por organizações criminosas e milícias deverão ser declarados perdidos em favor da União ou do Estado, dependendo da Justiça onde tramita a ação penal”. Observe que a ação tramita na Justiça Estadual, portanto, serão declarados perdidos em favor do Estado.

O Item III está incorreto. Segundo o art. 91-A, § 1º do Código Penal: “para efeito da perda prevista no caput deste artigo, entende-se por patrimônio do condenado todos os bens: I - de sua titularidade, ou em relação aos quais ele tenha o domínio e o benefício direto ou indireto, na data da infração penal ou recebidos posteriormente; e II - transferidos a terceiros a título gratuito ou mediante contraprestação irrisória, a partir do início da atividade criminal”. Portanto, o erro da sentença encontra-se na afirmação “a partir do início da investigação criminal”, uma vez que o Código diz que será a partir do início da atividade criminal. Portanto, gabarito letra E.

QUESTÃO 53. Em março de 2025, Caio, primário e portador de bons antecedentes, foi capturado em flagrante pela prática do crime de feminicídio em detrimento de sua namorada. Após a observância do contraditório e da ampla defesa, o agente foi condenado pelo Tribunal do Júri da Comarca de Vila Velha, no Estado do Espírito Santo, ao cumprimento de trinta anos de reclusão, em regime inicial fechado.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições da Lei nº 7.210/1984 (Lei de Execução Penal), analise as afirmativas a seguir.

I. Para progredir de regime, Caio deverá cumprir cinquenta e cinco por cento da pena em regime fechado.

II. Caio somente terá direito à progressão de regime se ostentar boa conduta carcerária, comprovada pelo diretor do estabelecimento e pelos resultados do exame criminológico.

III. A decisão do juiz que determinar a progressão de regime deverá ser sempre motivada e precedida de manifestação do Ministério Público e do defensor.

Nesse cenário, de acordo com a Lei nº 7.210/1984, está correto o que se afirma em:

a) I, apenas.

b) II, apenas.

c) III, apenas.

d) II e III, apenas.

e) I, II e III.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre progressão de pena de acordo com a Lei de Execução Penal.

A assertiva I está correta. A Lei nº 14.994/2024, que criou o feminicídio como tipo penal autônomo (art. 121-A do CP), inseriu o §11 no art. 112 da LEP, estabelecendo percentuais específicos para progressão de regime. Conforme o art. 112, §11, II, da LEP: "55% (cinquenta e cinco por cento) da pena, se o apenado for primário". Como Caio é primário e foi condenado por feminicídio, o percentual de 55% está correto.

A assertiva II está correta. O exame criminológico voltou a ser requisito subjetivo para a progressão de regime. Art. 112, §1º, LEP: Em todos os casos, o apenado somente terá direito à progressão de regime se ostentar boa conduta carcerária, comprovada pelo diretor do estabelecimento, e pelos resultados do exame criminológico, respeitadas as normas que vedam a progressão.

A assertiva III está correta. Reproduz fielmente o art. 112, §2º, da LEP: "A decisão do juiz que determinar a progressão de regime será sempre motivada e precedida de manifestação do Ministério Público e do defensor, no prazo de 15 (quinze) dias cada".

QUESTÃO 54. Em delegacia especializada, Maria relata ter sido ameaçada de morte por seu irmão. Após o registro da ocorrência, a vítima retorna à delegacia manifestando desinteresse na continuidade da investigação, razão pela qual a autoridade policial relata o feito pelo arquivamento.

Como membro do Ministério Público, e considerando a situação narrada, bem como as alterações introduzidas pela Lei nº 14.994/2024, assinale a opção correta.

a) Não se trata de violência doméstica, permanecendo a ação condicionada à representação da vítima e passível de retratação.

b) O Supremo Tribunal Federal, na ADI 4424, entendeu que a exigência de representação não viola a dignidade da mulher.

c) A nova lei transformou a ação penal em pública incondicionada apenas para os crimes de violência doméstica e familiar contra mulher.

d) A modificação da ação penal do crime de ameaça para pública incondicionada corrobora os termos da ADI 4424.

e) O crime de ameaça cometido contra mulher por motivo de gênero passou a exigir a retratação da vítima em audiência judicial.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre a Lei Maria da Penha.

A alternativa A está incorreta. É uma relação familiar e, após as alterações trazidas pela Lei. 14.994 de 2024, a ação é pública incondicionada.

A alternativa B está incorreta. Pelo contrário, no julgamento da ADI 4424, entendeu-se que a exigência de representação viola a dignidade da mulher.

A alternativa C está incorreta. Não apenas, mas todos os crimes relacionados às razões da condição do sexo feminino.

A alternativa D está correta. De certa forma sim, pois ao declarar a inaplicabilidade da Lei nº 9.099/95 aos crimes versados naquele diploma, e, como consequência, que o crime de lesão corporal, ainda que leve, praticado contra a mulher em ambiente doméstico é processado mediante ação penal pública incondicionada, corrobora o julgamento da ADI 4424 pelo STF.

A alternativa E está incorreta. Agora a ação é incondicionada, então não há de se falar em retratação.

QUESTÃO 55. Embora formalmente cientificado da proibição de manter qualquer contato com a sua ex-esposa em razão da existência de medidas protetivas em curso, Caio, no dia 20 de outubro de 2024, aproximou-se dela e, mediante o emprego de arma de fogo de uso restrito, a matou por ciúmes. Registre-se que não há qualquer indicativo de que a conduta resultou em perigo comum ou de que, para o sucesso do crime, tenha sido empregado recurso que dificultasse a defesa da vítima.

Nessa situação, considerando as disposições do Código Penal, é correto afirmar que Caio responderá pelo crime (de)

a) homicídio qualificado, com a incidência de uma causa de aumento de pena.

- b) autônomo de feminicídio, com a incidência de uma causa de aumento de pena.**
- c) autônomo de feminicídio, com a incidência de duas causas de aumento de pena.**
- d) autônomo de feminicídio, sem causas de aumento de pena.**
- e) homicídio qualificado, sem causas de aumento de pena.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre feminicídio.

A alternativa A está incorreta. A questão trata sobre o crime autônomo de feminicídio e não de homicídio.

A alternativa B está incorreta. Conforme veremos a seguir, serão duas causas de aumento de pena.

A alternativa C está correta. De fato, haverá duas causas de aumento de pena, uma pelo uso de arma de fogo de uso restrito (art. 121-A, §2º, inciso V do Código penal), e outra pelo descumprimento de medida protetiva (art. 121, §2º, inciso IV do Código penal).

A alternativa D está incorreta. Conforme visto acima, haverá causa de aumento de pena.

A alternativa E está incorreta. A questão trata sobre o crime autônomo de feminicídio e não de homicídio.

QUESTÃO 56. José, Promotor de Justiça no Município de Vitória (ES), ofereceu denúncia em cinco diferentes persecuções penais, envolvendo os seguintes delitos, todos perpetrados na referida municipalidade:

I - Organização criminosa, direcionada à prática de crimes contra a ordem tributária;

II- Sequestro cometido contra menor de dezoito anos;

III - Lesão corporal dolosa, de natureza gravíssima, praticada contra membro do Ministério Público, em razão da função;

IV - Posse ilegal de arma de fogo de uso proibido; e

V - Extorsão qualificada pela restrição da liberdade da vítima.

Registre-se que todas as infrações penais foram perpetradas em outubro de 2025.

Considerando as disposições da Lei nº 7.210/1984 (Lei de Execução Penal), o delito que não corresponde a crime hediondo está indicado acima pelo número:

- a) I.
- b) II.
- c) III.
- d) IV.
- e) V.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. questão trata sobre crimes hediondos.

O Item I está incorreto. O art. 1º, parágrafo único da Lei 8.072/90, inciso V, considera como crime hediondo: “o crime de organização criminosa, quando direcionado à prática de crime hediondo ou equiparado”. Crimes contra a ordem tributária não são hediondos.

O Item II está correto. Amparado pelo art. 1º, inciso XI da referida lei: “sequestro e cárcere privado cometido contra menor de 18 (dezoito) anos (art. 148, § 1º, inciso IV)”.

O Item III está correto. Art. 1º, inciso I-A: “lesão corporal dolosa de natureza gravíssima (art. 129, § 2º) e lesão corporal seguida de morte (art. 129, § 3º), quando praticadas: (...) b) contra membro do Poder Judiciário, do Ministério Público (...)”.

O Item IV está correto. Conforme art. 1º, parágrafo único, inciso II: “o crime de posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso proibido”.

O Item V está correto. Nos termos do art. 1º, inciso III: “extorsão qualificada pela restrição da liberdade da vítima, ocorrência de lesão corporal ou morte”.

QUESTÃO 57. Caio e Isabela, ambos maiores e capazes, namoraram durante anos, embora nunca tenham residido em conjunto. No curso do relacionamento, o casal alimentava o sonho de viajar para a África do Sul e conhecer seus safáris. Contudo, após meses de constantes discussões, Isabela decidiu encerrar o relacionamento. Sessenta dias após o término, Caio se encaminhou ao imóvel de Isabela e subtraiu o seu passaporte e outros documentos pessoais, afirmando que, sem a sua presença, ela não realizaria o sonho de conhecer o continente africano.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), é correto afirmar que:

- a) Apesar de estar caracterizada violência de gênero, Isabela não é beneficiária da Lei Maria da Penha, já que a conduta de Caio foi praticada após o encerramento do relacionamento amoroso.**
- b) É possível que Isabela se valha da proteção conferida pela Lei Maria da Penha, estando caracterizada a violência patrimonial, como forma de violência contra a mulher.**

c) Como Caio e Isabela não constituíram relação matrimonial, a última não pode se beneficiar dos regramentos existentes na Lei Maria da Penha.

d) A ausência de coabitação durante a relação amorosa impede que Isabela possa se valer dos institutos consagrados na Lei Maria da Penha.

e) Em razão da violência moral praticada por Caio, Isabela pode invocar, em sua proteção, os ditames insculpidos na Lei Maria da Penha.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre a Lei Maria da Penha.

A alternativa A está incorreta. O art. 5º, III, da Lei 11.340/2006 estabelece que a violência doméstica pode ocorrer "em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação". O término do relacionamento não afasta a incidência da lei.

A alternativa B está correta. A subtração de documentos pessoais configura violência patrimonial, nos termos do art. 7º, IV, da Lei 11.340/2006: "a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos".

A alternativa C está incorreta. A Lei Maria da Penha não exige vínculo matrimonial. O art. 5º, III, abrange "qualquer relação íntima de afeto", incluindo namoro.

A alternativa D está incorreta. O art. 5º, III, expressamente dispensa a coabitação: "independentemente de coabitação".

A alternativa E está incorreta. A conduta descrita (subtração de documentos) configura violência patrimonial, não moral. A violência moral está prevista no art. 7º, V, e consiste em conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

QUESTÃO 58. Ao tomar conhecimento de que Caio empresário de sucesso, é investigado em inquérito policial deflagrado pela Polícia Civil do Estado do Espírito Santo, pela suposta prática do crime de importunação sexual, Fábio o procurou e lhe solicitou a quantia de (R\$ 100.000,00 (cem mil reais), afirmando que poderia influenciar o Promotor de Justiça Mário, para que este promovesse, em juízo, o arquivamento das investigações.

Fábio insinuou, ainda, que parte do dinheiro seria destinada ao referido membro do Parquet. Registre-se, por fim, que Fábio sequer conhece Mário agente público possuidor de notório saber jurídico e índole inquestionável.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, é correto afirmar que Fábio responderá pelo crime de

a) exploração de prestígio, na modalidade simples, com a incidência de uma causa de aumento de pena.

b) tráfico de influência, na modalidade simples, com a incidência de uma causa de aumento de pena.

c) exploração de prestígio, na modalidade qualificada, sem causas de aumento de pena.

d) exploração de prestígio, na modalidade simples, sem causas de aumento de pena.

e) tráfico de influência, na modalidade qualificada, sem causas de aumento de pena.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre o crime exploração de prestígio.

A alternativa A está correta. Exatamente, responderá pelo crime de tráfico de influência, na modalidade simples mas com a incidência de causa de aumento. Trata-se de um específico de maior gravidade, que visa a proteção da Administração da Justiça, quando o agente alega ter influência sobre as pessoas elencadas no caput (Juiz, MP, etc.) , com previsão no artigo 357 do Código Penal, vejamos: “Art. 357 - Solicitar ou receber dinheiro ou qualquer outra utilidade, a pretexto de influir em juiz, jurado, órgão do Ministério Público, funcionário de justiça, perito, tradutor, intérprete ou testemunha: Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa. Parágrafo único - As penas aumentam-se de um terço, se o agente alega ou insinua que o dinheiro ou utilidade também se destina a qualquer das pessoas referidas neste artigo.”

A alternativa B está incorreta. Não se trata de tráfico de influência. Consoante a previsão do art. 357 do CP, conforme o caso narrado, o alvo da alegada influência é um membro do Ministério Público (agente específico da Administração da Justiça), a conduta se enquadra de forma específica e mais grave no crime de Exploração de Prestígio.

A alternativa C está incorreta. Ao contrário do que afirma a alternativa, Fábio responderá na modalidade simples do crime de exploração de prestígio (art. 357 CP). Aqui, vale frisar que a causa de aumento de pena é dada a insinuação de que o dinheiro se destinaria ao Promotor.

A alternativa D está incorreta. Ao contrário do que afirma a alternativa, haverá, sim, a incidência da majorante. Como Fábio insinuou que parte do dinheiro seria para o Promotor Mário, a majorante prevista no Parágrafo Único do Art. 357 incide sobre o crime.

A alternativa E está incorreta. Conforme podemos verificar nos comentários anteriores, o crime em questão não é Tráfico de influência. Fábio responderá pelo crime de exploração de prestígio (art. 357 do CP), na modalidade simples, mas com aumento de pena, pois insinuou que parte do dinheiro seria para o Promotor Mário.

QUESTÃO 59. João, com a intenção de manter relações sexuais com uma antiga paixão com quem se relacionava afetivamente, ajusta com seus amigos que todos deixarão festinha em que se encontram e se dirigirão a um ambiente reservado, a fim de favorecer a consumação do ato

sexual. A jovem, contudo, encontrava-se em situação de vulnerabilidade química, em razão da ingestão excessiva de álcool. No dia seguinte, registra ocorrência policial noticiando a prática de estupro de vulnerável.

Constatou-se que apenas João manteve conjunção carnal com a vítima, enquanto os demais presentes não atuaram diretamente no ato sexual.

Sabe-se que o Código Penal dispõe da seguinte forma:

"Estupro de vulnerável Art. 217-A. Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 (catorze) anos.

(...)

Aumento de pena

Art. 226. A pena é aumentada:

IV - de 1/3 (um terço) a 2/3 (dois terços), se o crime é praticado:

Estupro coletivo

a) mediante concurso de 2 (dois) ou mais agentes"

Na condição de Promotor de Justiça responsável pela análise do caso, assinale a opção correta quanto à coautoria, à incidência da causa de aumento de pena e à aplicação da Lei nº 11.340/06, à luz da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e do disposto no art. 226 do Código Penal

a) A coautoria exige prova individualizada da participação material de cada réu.

b) A presença passiva no local dos fatos é insuficiente para configurar concurso de agentes. Apenas João cometeu o crime previsto no art. 217-A, c/c art. 226, IV, "a", na forma da Lei nº 11.340/06.

c) Não incide a Lei nº 11.340/06, porque a relação de João com a vítima era furtiva e ocasional, não havendo relação de afeto.

d) A coautoria se configura quando há ciência, contribuição e vínculo subjetivo entre os agentes, ainda que só um cometa o ato sexual. João e seus amigos cometeram o crime do art. 217- A, c/c art. 226, IV, "a".

e) Apenas há incidência do art. 226, IV, "a", se todos os agentes praticarem o ato sexual.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre crime de estupro coletivo.

A alternativa A está incorreta. Consoante a inteligência do artigo 217-A c/c artigo 226, IV “a”, não exige a prova individualizada de cada réu. A coautoria exige prova da contribuição causal e do vínculo subjetivo, não sendo necessário que todos tenham executado o verbo nuclear (a conjunção carnal).

A alternativa B está incorreta. A participação dos amigos não foi passiva. Eles ajustaram a ida ao local reservado para favorecer o ato sexual, o que é uma contribuição ativa e essencial para a coautoria. Essa alternativa poderá ser descartada de pronto, pois o art. 217-A é a previsão do crime de estupro COLETIVO, logo, não poderia ser praticado apenas por João.

A alternativa C está incorreta. O texto informa que eles “se relacionavam afetivamente”. A Lei Maria da Penha é aplicável a qualquer relação íntima de afeto.

A alternativa D está correta. A alternativa está em consonância com a previsão expressa do artigo 217-A c/c artigo 226, IV “a”, vejamos: Estupro de vulnerável - Art. 217-A. Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 (catorze) anos: Pena - reclusão, de 8 (oito) a 15 (quinze) anos. [...] Aumento de pena - Art. 226. A pena é aumentada: IV - de 1/3 (um terço) a 2/3 (dois terços), se o crime é praticado: Estupro coletivo - a) mediante concurso de 2 (dois) ou mais agentes;

A alternativa E está incorreta. Não há necessidade quando estamos analisando a coautoria. Nesse sentido, a majorante se satisfaz com o concurso de agentes, ou seja, basta que haja coautoria ou participação, não se exigindo que todos pratiquem o ato sexual em si.

QUESTÃO 60. João testemunhou a prática de um homicídio cometido pelo líder da organização criminosa Alfa. Durante conversas com o Promotor de Justiça Lucas, integrante do Ministério Público do Estado do Espírito Santo, João demonstrou medo e indagou sobre a possibilidade de ser incluído em um programa de proteção a testemunhas.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições da Lei nº 9.807/1999, analise as afirmativas a seguir.

I. Toda admissão ou exclusão de pessoa do programa será precedida de consulta ao juízo competente e deverá ser subsequentemente comunicada à autoridade policial e ao Ministério Público.

II. Cada programa será dirigido por um conselho deliberativo em cuja composição haverá representantes do Ministério Público, do Poder Judiciário e de órgãos públicos e privados relacionados à segurança pública e à defesa dos direitos humanos.

III. Em caso de urgência, e considerando a procedência, a gravidade e a iminência da coação ou ameaça, a vítima ou testemunha poderá ser colocada provisoriamente sob custódia do Ministério Público, pelo órgão executor, até a decisão do conselho deliberativo, com comunicação imediata a seus membros e ao juízo competente.

Nesse cenário, conforme a Lei nº 9.807/1999, está correto o que se afirma em:

a) I, apenas.

b) II, apenas.

c) III, apenas.

d) I e II, apenas.

e) I, II e III.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre o programa especial de proteção às vítimas (Lei nº 9.807/1999).

O Item I está incorreto. O art. 3º da referida lei prevê que: “toda admissão no programa ou exclusão dele será precedida de consulta ao Ministério Público sobre o disposto no art. 2º e deverá ser subseqüentemente comunicada à autoridade policial ou ao juiz competente”.

O Item II está correto. O art. 4º prevê que: “cada programa será dirigido por um conselho deliberativo em cuja composição haverá representantes do Ministério Público, do Poder Judiciário e de órgãos públicos e privados relacionados com a segurança pública e a defesa dos direitos humanos”.

O Item III está incorreto. O art. 5º, §3º, da Lei 9.807/99 prevê que, em caso de urgência, a vítima ou testemunha poderá ser colocada provisoriamente sob custódia de órgão policial, não do Ministério Público.

QUESTÃO 61. Em setembro de 2025, Carlos, primário e portador de bons antecedentes, professor da instituição de ensino Alfa, (tentou matar Caio seu aluno, pessoa sabidamente com deficiência e com dezesseis anos de idade à época dos fatos. Registre-se que os fatos ocorreram nas dependências da referida instituição de ensino. Sem motivo aparente, Carlos esfaqueou Caio, mas o crime não se consumou, pois outros funcionários da escola intervieram e prontamente socorreram a vítima.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

() O fato do homicídio tentado ter ocorrido nas dependências da instituição de ensino não tem o condão de qualificar o delito.

() A pena de Carlos será aumentada, na terceira fase do processo dosimétrico, porquanto a vítima Caio é pessoa com deficiência.

() Embora a condição de Carlos, como professor da instituição de ensino Alfa, não configure causa de aumento de pena do crime de homicídio tentado, é possível que o Ministério Público requeira ao juiz a consideração desse fato como circunstância judicial desfavorável, na primeira fase da dosimetria da pena.

As afirmativas são, respectivamente,

a) F-V-F.

b) V-V- F.

c) F-F-F.

d) V-V-V.

e) V-F-V.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre crimes cometidos em instituições de ensino, nos termos da Lei nº 15.159, sancionada em 3 de julho de 2025. Vamos analisar as sequências.

O Item I está incorreto. O homicídio é cometido na instituição de ensino sendo qualificado, nos termos do art. 121, §2, X do CP: “X - nas dependências de instituição de ensino:”

O Item II está correto. Caio, sendo pessoa com deficiência, além de ser homicídio qualificado, é majorado nos termos do art. 121, §2º-C. Vejamos: “§ 2º-C. A pena do homicídio cometido nas dependências de instituição de ensino é aumentada de: I - 1/3 (um terço) até a metade se a vítima é pessoa com deficiência ou com doença que acarrete condição limitante ou de vulnerabilidade física ou mental; II - 2/3 (dois terços) se o autor é ascendente, padrasto ou madrastra, tio, irmão, cônjuge, companheiro, tutor, curador, preceptor ou empregador da vítima ou por qualquer outro título tem autoridade sobre ela ou, ainda, se é professor ou funcionário da instituição de ensino.”

O Item III está incorreto. A condição de professor é majorante deste homicídio majorado, vejamos o art. 121, §2º-C, II: “II - 2/3 (dois terços) se o autor é ascendente, padrasto ou madrastra, tio, irmão, cônjuge, companheiro, tutor, curador, preceptor ou empregador da vítima ou por qualquer outro título tem autoridade sobre ela ou, ainda, se é professor ou funcionário da instituição de ensino.”

QUESTÃO 62. Ao receber inquérito penal relatado, no qual a autoridade policial opina pelo arquivamento por ausência de testemunhas presenciais e de laudo pericial, o Promotor de Justiça verifica que a vítima, apesar de não ter comparecido ao exame de corpo de delito, apresentou posteriormente declarações coesas em sede policial sobre o ocorrido, indicando testemunhas da relação violenta a que está submetida. Consta ainda que o investigado possui histórico de agressões recorrentes em contexto de violência doméstica. Diante desse cenário, não haveria justa causa mínima para o recebimento da peça acusatória.

Na qualidade de Promotor de Justiça, considerando o princípio da obrigatoriedade da ação penal pública e a especial valoração da palavra da vítima nos crimes de violência doméstica, assinale a opção que melhor se coaduna com tais premissas.

a) A prova testemunhal e a prova pericial são imprescindíveis para existência de indícios mínimos de autoria e materialidade.

b) A palavra da vítima possui especial valoração, sendo fundamento suficiente para a ação penal quando cotejada com contexto frequente de violência doméstica.

c) Nos crimes que deixam vestígios, não há justa causa mínima para oferecimento da ação penal sem a necessária prova pericial.

d) A especial valoração da palavra da vítima nos crimes de violência doméstica não supera a ausência de prova da materialidade.

e) A justa causa mínima para o recebimento da denúncia deve considerar as circunstâncias específicas do caso concreto, podendo a ausência de laudo pericial ser suprida pelo depoimento de, ao menos, duas testemunhas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre o inquérito policial, especialmente em casos de violência doméstica, com a aplicabilidade da Lei Maria da Penha.

As alternativas A e C estão incorretas. Não é indispensável. Em determinados casos é possível ela ser suprida. A materialidade pode ser comprovada por outros meios quando a perícia não é realizada ou os vestígios somem, conforme assim prevê o Art. 167, CPP: “Art. 167. Não sendo possível o exame de corpo de delito, por haverem desaparecido os vestígios, a prova testemunhal poderá suprir-lhe a falta.”

A alternativa B está correta. Consoante a jurisprudência do STJ, é conferida especial relevância à palavra da vítima nos crimes de violência doméstica, dado o contexto de clandestinidade em que são frequentemente praticados, incidindo a Súmula 83 do STJ (AREsp n. 2.739.527/SP).

A alternativa D está incorreta. A materialidade pode vir de prova oral, não havendo dicotomia nesse sentido. A palavra da vítima, justamente por sua especial valoração e por estar cotejada com o histórico de agressões (o que confere materialidade indiciária), supera a ausência do laudo pericial e é suficiente para estabelecer a justa causa, conforme entendimento pacificado pelo STJ nesse sentido (AREsp n. 2.739.527/SP).

A alternativa E está incorreta. Embora a primeira parte esteja correta, a segunda parte estabelece uma exigência numérica e desnecessária. A lei exige prova testemunhal, sem especificar número mínimo, e no caso, a própria palavra da vítima é um elemento de prova fundamental. Vejamos o disposto no art. 10-A da Lei Maria da Penha: “§ 1º A inquirição de mulher em situação de violência doméstica e familiar ou de testemunha de violência doméstica, quando se tratar de crime contra a mulher, obedecerá às seguintes diretrizes”.

QUESTÃO 63. O Supremo Tribunal Federal tem admitido, em determinadas hipóteses, a substituição da prisão preventiva pela domiciliar para gestantes e mães de crianças, observadas as circunstâncias concretas de cada caso.

Com base nesse entendimento, analise as situações hipotéticas descritas a seguir.

I - Lívia, ré primária, está presa preventivamente, porque responde à acusação de ter se omitido diante dos abusos sexuais que Ítalo, seu marido, praticava contra os filhos do casal, Júlia, de 10 anos, e Miguel, de 18 meses, portador de transtornos neurológicos cognitivos. Ítalo também está preso preventivamente.

II - Márcia, ré primária, está presa preventivamente, acusada de feminicídio contra sua companheira. Sua filha Clara, de 2 anos, está sob os cuidados da avó materna, que vem a falecer no curso do processo.

III - Luísa, já condenada definitivamente pelo crime de tráfico de drogas, encontra-se gestante e está presa preventivamente desde que a Polícia descobriu um laboratório de refino de drogas instalado em sua residência. A denúncia afirma que Luísa é líder de uma organização criminosa dedicada ao tráfico de drogas. Ela tem quatro filhos, com idades entre 2 e 10 anos.

IV - Renata, ré primária, está presa preventivamente acusada do crime de furto qualificado pelo emprego de explosivo. É mãe de duas crianças, uma com 3 anos e a outra com 7 anos.

À luz do entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre a substituição da prisão preventiva pela domiciliar em favor de gestantes e mães de crianças, assinale a opção correta.

a) Na hipótese II, é cabível a substituição da prisão preventiva de Márcia pela prisão domiciliar, se ficar demonstrado que não há outro parente apto aos cuidados com Clara.

b) Em todas as hipóteses, é cabível a substituição da prisão preventiva pela domiciliar, por se tratar de um direito absoluto das presas gestantes e mães de filhos de até 12 anos.

c) A substituição da prisão preventiva pela prisão domiciliar é cabível apenas nas hipóteses III e IV.

d) Na hipótese IV, a hediondez do crime não configura obstáculo à substituição da prisão preventiva de Renata pela prisão domiciliar.

e) Na hipótese I, a tenra idade e as condições de saúde de Miguel autorizam a substituição da prisão preventiva de Lívia por prisão domiciliar.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre prisão preventiva e domiciliar.

O item I está incorreto. O art. 318-A prevê: “A prisão preventiva imposta à mulher gestante ou que for mãe ou responsável por crianças ou pessoas com deficiência será substituída por prisão domiciliar, desde que: I - não tenha cometido crime com violência ou grave ameaça à pessoa; II - não tenha cometido o crime contra seu filho ou dependente”. Aqui, a acusação envolve omissão em crime sexual contra seus próprios filhos, inclusive um bebê vulnerável. Trata-se de situação excepcional, impedindo o benefício. Portanto, a domiciliar não seria cabível na hipótese I.

O item II está incorreto. Veja que, conforme vimos acima, crimes com violência ou grave ameaça são exceção do art. 328-A do CPP. Portanto, a domiciliar não seria cabível na hipótese II.

O item III está incorreto. O STF, em julgamento do HC n. 956.760/CE manifestou-se no sentido de que: “o suposto envolvimento da agente com organização criminosa revela sua periculosidade, justificando, assim, a prisão preventiva como forma de garantir a ordem pública. 5. Inviável se afigura a substituição da prisão preventiva por domiciliar, diante das circunstâncias específicas do caso concreto”.

O item IV está correto. O art. 318-A prevê: “A prisão preventiva imposta à mulher gestante ou que for mãe ou responsável por crianças ou pessoas com deficiência será substituída por prisão domiciliar, desde que: I - não tenha cometido crime com violência ou grave ameaça à pessoa; II - não tenha cometido o crime contra seu filho ou dependente”. Portanto, a alternativa D está correta.

O item V está incorreto. Conforme visto nos itens II e III.

QUESTÃO 64. A remição da pena, instituto que visa ao estímulo ao trabalho e à ressocialização do condenado, é regida pela Lei de Execução Penal nos termos a seguir.

I. O condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto pode remir, por meio de trabalho ou estudo, parte do tempo de execução da pena. A contagem será feita à razão de 1 (um) dia de pena a cada 12 (doze) horas de frequência escolar, nas atividades de ensino fundamental ou médio, inclusive profissionalizante, e de 1 (um) dia a cada 9 (nove) horas de frequência em atividade de ensino superior ou de requalificação profissional, divididas, em qualquer caso, em, no mínimo, três dias.

II. As atividades de estudo podem ser desenvolvidas de forma presencial ou por metodologia de ensino à distância e devem ser certificadas pelas autoridades educacionais competentes. A autoridade administrativa deve encaminhar, mensalmente, ao juízo da execução, cópia do registro dos condenados que estejam trabalhando ou estudando, com informação dos dias de trabalho ou de horas de frequência escolar ou de atividades de ensino de cada um deles.

Com base nas disposições legais que regem o instituto da remição da pena, está correto o que se afirma em:

a) I, apenas.

b) II, apenas.

c) I e III, apenas.

d) II e III, apenas.

e) I, II e III.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão versa sobre remição de pena de acordo com a LEP.

A assertiva I está incorreta. O erro está em afirmar que existe diferenciação de carga horária conforme o nível de ensino (12 horas para fundamental/médio e 9 horas para superior/requalificação). O art. 126, §1º, I, da LEP estabelece regime único de 12 horas para todas as modalidades de estudo.

A assertiva II está correta. Ela reproduz fielmente o conteúdo dos arts. 126, §2º, e 129 da LEP.

A assertiva III está incorreta. Ela contém dois erros. Analisando os artigos 126, §8º, da LEP e o art. 127 da mesma lei, identifica-se divergência com a lei ao usar o verbo "revogará" (obrigatoriedade), quando a lei diz "poderá" (faculdade) e ao omitir a expressão "até", que indica limite máximo e não valor fixo.

QUESTÃO 65. O Ministério Público denunciou Maria pelo crime de infanticídio (art. 123 do CP) e sua irmã, Rebeca, pela participação (art. 123 c/c arts. 29 e 30 do CP), por ter esta fornecido o saco plástico dentro do qual o bebê foi encontrado morto. Ambas foram pronunciadas e levadas a julgamento pelo Tribunal do Júri.

Na sessão, o Ministério Público sustentou a condenação na forma da pronúncia. A defesa, por sua vez, alegou unicamente que o bebê não experimentou vida extrauterina e requereu a desclassificação da imputação de Maria para o crime de autoaborto (art. 124 do CP) e, para Rebeca, a participação correspondente (art. 124 c/c art. 29 do CP), sustentando que ela apenas instigou a irmã a abortar.

Considerando as teses apresentadas pela acusação e pela defesa, bem como as regras sobre a formulação dos quesitos no julgamento pelo Tribunal do Júri, é correto afirmar que

a) não havendo divergência entre acusação e defesa quanto à materialidade, dispensa-se a apresentação desse quesito aos jurados.

b) o quesito sobre a desclassificação do infanticídio para o autoaborto virá após o quesito da autoria.

c) imputado um único crime a ambas as rés e ausente colidência de tese defensiva, bastará uma série de quesitos.

d) sendo a tese defensiva unicamente a desclassificação do infanticídio para o autoaborto, dispensa-se a apresentação do chamado quesito genérico.

e) acolhida tese desclassificatória, encerra-se questionamento e o julgamento passa para o juiz togado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre formulação de quesitos no Tribunal do Júri.

A alternativa A está incorreta. O art. 483, I, CPP torna obrigatório o quesito da materialidade delitiva.

A alternativa B está incorreta. Segundo o Art. 483. Os quesitos serão formulados na seguinte ordem, indagando sobre: I – a materialidade do fato; II – a autoria ou participação; III – se o acusado deve ser absolvido; IV – se existe causa de diminuição de pena alegada pela defesa; V – se existe circunstância qualificadora ou causa de aumento de pena reconhecidas na pronúncia ou em decisões posteriores que julgaram admissível a acusação.

A alternativa C está incorreta. Há duas rés, cada qual com imputação (autoria e participação). O STF e o CPP (art. 483, § 6º) determinam que os quesitos devem ser individualizados.

A alternativa D está incorreta. O quesito genérico (se o acusado deve ser absolvido) é sempre obrigatório (art. 483, III, CPP), mesmo que a defesa não peça absolvição.

A alternativa E está incorreta. Conforme o art. 74, § 3º do CPP: “ Se o juiz da pronúncia desclassificar a infração para outra atribuída à competência de juiz singular, observar-se-á o disposto no art. 410; mas, se a desclassificação for feita pelo próprio Tribunal do Júri, a seu presidente caberá proferir a sentença (art. 492, § 2º)”.

QUESTÃO 66. Considere as situações hipotéticas a seguir.

I - O Ministério Público ofereceu denúncia em face de Carlos, descrevendo que ele vestiu um colete com as mesmas cores do usado por uma empresa que manobra veículos, posicionou-se próximo a uma festa e ofereceu a um dos convidados para estacionar o veículo. O convidado, acreditando que Carlos era um funcionário da empresa, entregou o veículo e teve o bem levado. Imputou-se a Carlos o crime de estelionato.

II - César foi denunciado pela prática do crime de furto. No curso da instrução, a vítima narrou que César portava um punhal e a ameaçou de morte no momento da subtração.

III - Ronildo foi denunciado pela prática do crime de homicídio culposo na direção de veículo automotor, por estar acima da velocidade permitida e abalroar o carro em que viajava a vítima fatal. No curso da instrução, esclareceu-se que a colisão não decorreu do excesso de velocidade, mas sim porque Ronildo desrespeitou o sinal vermelho.

Considerando as hipóteses apresentadas e as regras que regem a correlação entre acusação e sentença, bem como o aditamento da denúncia, assinale a opção correta.

a) Na hipótese I, encerrada a instrução e provados os fatos descritos, o princípio da correlação entre acusação e sentença impõe que o juiz intime o Ministério Público para aditar a denúncia, caso se convença da prática de furto mediante fraude.

b) Na hipótese I, encerrada a instrução e provados os fatos descritos, caso o juiz se convença da prática de crime distinto do capitulado na denúncia, a intimação do Ministério Público para aditar a denúncia somente é obrigatória se a pena a ser aplicada for mais grave.

c) Na hipótese II, caso o Ministério Público não adite a denúncia, o princípio da correlação entre acusação e sentença impõe que o juiz, mesmo convencido da autoria e materialidade do roubo, absolva o réu.

d) Na hipótese III, é desnecessário o aditamento da denúncia, porque a alteração dos fatos não acarreta nova capitulação do crime.

e) verifica-se a chamada *mutatio libeli* em apenas duas das hipóteses.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre *emendatio libeli* e *mutatio libeli*.

As alternativas A e B estão incorretas. As alternativas abordam o tema de *emendatio libeli*, previsto no art. 383: “O juiz, sem modificar a descrição do fato contida na denúncia ou queixa, poderá atribuir-lhe definição jurídica diversa, ainda que, em consequência, tenha de aplicar pena mais grave”. Portanto, o juiz pode efetuar a correção, sem necessitar tomar outras providências.

A alternativa C está correta. Não havendo aditamento, cabe ao juiz absolver o acusado, em razão do princípio da correlação. Segundo o art. 384 do CPP: “§ 5º Não recebido o aditamento, o processo prosseguirá”.

A alternativa D está incorreta. Conforme o art. 384 do CPP, o aditamento será necessário.

A alternativa E está incorreta. A *mutatio libeli* está prevista no art. 384 do CPP: “Encerrada a instrução probatória, se entender cabível nova definição jurídica do fato, em consequência de prova existente nos autos de elemento ou circunstância da infração penal não contida na acusação, o Ministério Público deverá aditar a denúncia ou queixa, no prazo de 5 (cinco) dias, se em virtude desta houver sido instaurado o processo em crime de ação pública, reduzindo-se a termo o aditamento, quando feito oralmente. Assim, em verdade, apenas a hipótese II trata de *mutatio libeli*.”

QUESTÃO 67. Considere as situações hipotéticas a seguir.

I. A defesa de réu foragido requer a realização do interrogatório por videoconferência. O juízo indefere o pedido e, encerrada a audiência de instrução e julgamento, o ato não é realizado, por conta da ausência do réu. Em seguida, profere-se sentença condenatória.

II. Maria Luísa é vítima de roubo praticado por João, que subtraiu sua bolsa e seus óculos escuros. Dois dias após o crime Maria Luísa vê João em uma fotografia postada na rede social de uma amiga. Na imagem, João, vestindo a mesma camisa usada no momento do roubo, aparece ao lado de sua companheira Márcia, a qual está usando a bolsa e os óculos subtraídos. A vítima vai à Delegacia de Polícia, relata os fatos e apresenta a fotografia. A Autoridade Policial instaura inquérito, junta a fotografia aos autos e lavra auto de reconhecimento. Realizadas diligências, dentre elas a apreensão judicialmente autorizada dos bens subtraídos e da camisa usada no momento de crime, João é indiciado por roubo e, denunciado pelo Ministério Público, acaba condenado.

III Autorizada judicialmente, a Polícia Civil realiza diligência de busca e apreensão na casa de Pedro, funcionário público investigado por suspeita de participação em organização criminosa voltada à prática de fraudes em licitações. No local, o policial civil Renato apreende documentos de interesse para a investigação, os acondiciona em recipiente próprio e o lacra. Em seguida, preenche a ficha de acompanhamento de vestígio (FAV). Já na Delegacia, Renato nota que o lacre se rompeu e o substitui, sem registrar o fato na FAV. A inconsistência entre os números do lacre é debatida na ação penal posteriormente proposta em face de Pedro. Renato é ouvido como testemunha e esclarece o acontecido. Pedro é condenado.

À luz da jurisprudência prevalente sobre as nulidades no processo penal, assinale a opção correta.

a) Na hipótese I, a audiência de instrução e julgamento é nula, porque a ampla defesa e o direito de presença do réu garantem a ele a realização do interrogatório, ainda que por meio de videoconferência.

b) Na hipótese II, o reconhecimento fotográfico sem a observância dos requisitos legais implica a impossibilidade de a prova ser valorada.

c) Na hipótese III, a quebra da cadeia de custódia diz respeito à credibilidade da prova e não implica nulidade processual.

d) Em todas as hipóteses, a condenação dos réus é suficiente para concluir pelo prejuízo à defesa.

e) Verifica-se nulidade sanável em apenas uma das hipóteses citadas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre nulidades processuais.

A alternativa A está incorreta. No HC 256613 AgR/SP, julgado pela Segunda Turma do STF, a Corte decidiu que não cabe a realização de interrogatório por videoconferência em caso de réu foragido. Portanto, inexistente nulidade.

A alternativa B está incorreta. No julgamento do REsp nº 1953602 - SP, o STJ manifestou que: “Poderá o magistrado se convencer da autoria delitiva a partir do exame de provas ou evidências independentes que não guardem relação de causa e efeito com o ato viciado de reconhecimento”.

A alternativa C está correta. A quebra da cadeia de custódia não gera automaticamente a nulidade da prova, sendo necessário demonstrar prejuízo. No julgamento do HC 653.515-RJ, o STF manifestou: “Mostra-se mais adequada a posição que sustenta que as irregularidades constantes da cadeia de custódia devem ser sopesadas pelo magistrado com todos os elementos produzidos na instrução, a fim de aferir se a prova é confiável”.

As alternativas D e E estão incorretas. Não há nulidade sanável em nenhuma das hipóteses apresentadas, logo ambas estão incorretas.

QUESTÃO 68. A aplicação do acordo de não persecução penal (ANPP) vem sendo objeto de interpretação pela jurisprudência dos Tribunais Superiores, especialmente quanto à retroatividade, aos requisitos legais e aos efeitos de seu descumprimento.

À luz dessa jurisprudência e da disciplina legal do instituto, é correto afirmar que

a) dada a natureza híbrida da norma que instituiu o acordo de não persecução penal, ela retroagirá para alcançar fatos anteriores à sua vigência, inclusive condenações transitadas em julgado.

b) preenchidos os requisitos objetivos e subjetivos previstos na Lei, o autor do fato goza de direito subjetivo ao acordo de não persecução penal.

c) admite-se a celebração de acordo de não persecução penal para o tráfico privilegiado (art. 33, § 4º da Lei nº 11.343/06) desde que presentes os requisitos objetivos e subjetivos.

d) a confissão formal e circunstanciada, na fase pré-processual, é condição indispensável para a celebração do acordo de não persecução penal.

e) em caso de revogação do acordo de não persecução penal, admite-se o reaproveitamento da confissão como prova desfavorável no curso da instrução.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre o acordo de não persecução penal (ANPP).

A alternativa A está incorreta. É cabível a celebração do ANPP em casos de processo em andamento quando da entrada em vigência da Lei 13.964/2019, desde que o pedido tenha sido feito antes do trânsito em julgado (HC 185.913/DF pelo STF).

A alternativa B está incorreta. A Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), seguindo posição do Supremo Tribunal Federal (STF), reafirmou que o oferecimento de acordo de não persecução penal é decisão de competência exclusiva do Ministério Público – não se constituindo, portanto, em direito subjetivo do investigado (HC 161.251).

A alternativa C está correta. No julgamento do HC 185.913, o Supremo Tribunal Federal fixou o entendimento de que é permitida a retroatividade do acordo de não persecução penal (ANPP), desde que estejam presentes os requisitos legais para a aplicação do instituto.

A alternativa D está incorreta. É cabível a celebração do ANPP em casos de processo em andamento quando da entrada em vigência da Lei 13.964/2019, mesmo se ausente confissão do réu até aquele momento, desde que o pedido tenha sido feito antes do trânsito em julgado (HC 185.913/DF pelo STF).

A alternativa E está incorreta. O STF reconheceu que a confissão no ANPP é protegida pela cláusula do “*nemo tenetur se detegere*” e não pode ser usada contra o réu caso o acordo não seja concretizado. (HC 180.365/DF - Rel. Min. Gilmar Mendes).

QUESTÃO 69. À luz da legislação penal e processual penal, as prisões cautelares e as penas privativas de liberdade, observam regras específicas quanto à substituição, ao regime de cumprimento e às condições impostas ao apenado.

No que tange às prisões e às penas privativas de liberdade, assinale a afirmativa correta.

a) A prisão preventiva poderá ser substituída por prisão domiciliar quando o agente for mulher com filho de até 12 anos de idade incompletos e imprescindível ao seus cuidados.

b) A mulher gestante poderá ter a prisão preventiva substituída por prisão domiciliar desde que não tenha cometido o crime com violência e grave ameaça à pessoa, não cometido o crime contra seu filho ou dependente e não integre organização criminosa.

c) O regime aberto está sujeito a condições gerais e obrigatórias, quais sejam: permanecer no local que for designado, durante o repouso e nos dias de folga/sair para o trabalho e retornar, nos horários fixados/não se ausentar da cidade onde reside, sem autorização judicial/comparecer ao Juízo, para informar e justificar as suas atividades, quando for determinado, bem como a condições especiais fixadas pelo juiz ou por normas complementares da legislação local, como o monitoramento eletrônico.

d) Os requisitos para que a mulher gestante possa ter sua prisão preventiva substituída por prisão domiciliar são os mesmos requisitos que ela deve preencher para obter a progressão de regime na execução da pena (progressão especial), ressalvado, na última hipótese, o preenchimento do requisito objetivo.

e) A apenada que seja mulher mãe de criança de até seis anos de idade tem direito ao livramento condicional após o preenchimento do requisito objetivo-temporal consistente no cumprimento de $\frac{1}{4}$ da pena, desde que, cumulativamente, já esteja no regime semiaberto de cumprimento de pena privativa de liberdade.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre regimes de cumprimento de pena.

A alternativa A está incorreta. O art. 318, V, do CPP prevê: "mulher com filho de até 12 (doze) anos de idade incompletos", sem exigir que seja "imprescindível aos cuidados". Este requisito adicional não consta da lei.

A alternativa B está incorreta. O art. 318-A do CPP estabelece apenas dois requisitos: (I) não ter cometido crime com violência ou grave ameaça; (II) não ter cometido o crime contra filho ou dependente. A alternativa acrescenta indevidamente "não integre organização criminosa", requisito inexistente para prisão domiciliar da gestante.

A alternativa C está correta. O art. 115 da LEP enumera as condições gerais e obrigatórias do regime aberto. O monitoramento eletrônico pode ser imposto como condição especial, conforme art. 146-B da LEP, que autoriza sua utilização em diversas hipóteses, inclusive no regime aberto.

A alternativa D está incorreta. Os requisitos não são idênticos. A progressão especial (art. 112, §3º, da LEP) exige, além dos requisitos do art. 318-A do CPP, que a apenada "não integre organização criminosa". Este requisito adicional diferencia os dois institutos.

A alternativa E está incorreta. Não existe previsão legal de livramento condicional com requisito de 1/4 da pena para mães nem exigência de estar em regime semiaberto. Os requisitos do livramento condicional estão no art. 83 do CP.

QUESTÃO 70. A Lei nº 12.850/2013 define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal. Nesse contexto de combate às organizações criminosas, em especial no que tange aos meios de obtenção de prova processualmente válidos, considerando essas disposições legais e a interpretação jurisprudencial a elas conferida, é correto afirmar que

a) a Lei admite controle judicial posterior à implementação da ação controlada e da infiltração de agentes, quando a urgência e a eficácia das medidas investigativas exigirem.

b) o acesso aos dados cadastrais do investigado mantidos em instituições públicas e privadas, independentemente de autorização judicial, é garantido ao Ministério Público, mas não à autoridade policial.

c) a despeito da ausência de expressa previsão legal, a jurisprudência admite a infiltração virtual de agentes de polícia, haja vista o avanço da criminalidade cibernética.

d) O acordo de colaboração premiada não pode prever, dentre os prêmios, o não oferecimento de denúncia, caso o colaborador seja o líder da organização criminosa.

e) o Supremo Tribunal Federal considerou inconstitucional a norma que autorizava a autoridade policial a celebrar acordo de colaboração premiada, com fundamento na titularidade da ação penal pelo Ministério Público.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre os procedimentos de obtenção de prova no que tange à ação controlada e à infiltração.

A alternativa A está incorreta. A ação controlada admite comunicação prévia ao juiz com controle posterior (art. 8º, §1º). Contudo, a infiltração de agentes exige autorização judicial prévia (art. 10). A generalização da alternativa está incorreta.

A alternativa B está incorreta. O art. 15 da Lei 12.850/2013 garante acesso aos dados cadastrais, independentemente de autorização judicial, tanto ao Ministério Público quanto à autoridade policial: "O delegado de polícia e o Ministério Público terão acesso, independentemente de autorização judicial, apenas aos dados cadastrais do investigado".

A alternativa C está incorreta. Há expressa previsão legal. O art. 10-A da Lei 12.850/2013 (incluído pela Lei 13.964/2019) prevê: "Será admitida a ação de agentes de polícia infiltrados virtuais, mediante prévia autorização judicial".

A alternativa D está correta. O art. 4º, §4º, II, da Lei 12.850/2013 estabelece: "O Ministério Público poderá deixar de oferecer denúncia se o colaborador: I – não for o líder da organização criminosa". Portanto, o líder da organização não pode receber o benefício de não oferecimento da denúncia.

A alternativa E está incorreta. O STF não declarou inconstitucional a participação da autoridade policial na celebração de acordos de colaboração premiada. O entendimento é de que o delegado pode celebrar o acordo, mas a homologação judicial exige prévia manifestação do Ministério Público. (ADI 5508-DF).

QUESTÃO 71. Quanto aos processos e julgamentos relativos aos crimes dolosos contra a vida, avalie as afirmativas a seguir.

I. O Artigo 478 do Código de Processo Penal é taxativo, podendo, portanto, ser feita a leitura da decisão que decretou a preventiva e da folha de antecedentes do acusado em plenário.

II. O quesito obrigatório absolutório, presente no inciso III do artigo 483 do Código de Processo Penal, em consonância com o princípio da íntima convicção dos jurados impede que o Ministério Público recorra quando há a absolvição do acusado com base neste quesito, visto o jurado pode, simplesmente, perdoar o réu.

III. Caso a tese da defesa seja a negativa de autoria e os jurados responderem positivamente acerca da autoria na quesitação, mas absolverem o réu no quesito genérico, é possível julgamento de apelação com determinação de realização de novo julgamento pelo Tribunal do Júri, com base no Artigo 593, III, d, do Código de Processo Penal, ou seja, decisão dos jurados manifestamente contrária à prova dos autos, salvo se houver tese de clemência especificada com clareza na ata da sessão compatível com a Constituição, razão pela qual não é considerada válida, para estes fins, a tese de legítima defesa da honra em casos de feminicídio ou tentativa de feminicídio.

Está correto o que se afirma em

a) I, apenas.

b) I e III, apenas.

c) III, apenas.

d) I e II, apenas.

e) I, II e III.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre os procedimentos do Júri.

A alternativa A está incorreta. Não é a única alternativa correta.

A alternativa B está correta. Segundo o Tema 1.087 do STF: “É cabível recurso de apelação com base no artigo 593, III, d, do Código de Processo Penal, nas hipóteses em que a decisão do Tribunal do Júri, amparada em quesito genérico, for considerada pela acusação como manifestamente contrária à prova dos autos” (item III correto). No que tange ao item I, o STJ se manifestou da seguinte forma, ao julgar o REsp de n.º 1.823.442 - MG: “Como bem ressaltado pelo Parquet, em seu parecer: “[...] o rol do artigo 478 é taxativo, impedindo a aplicação da proibição, ali elencada, para outros casos não previstos em lei (v.g., prisão preventiva, antecedentes criminais, ...)”.

A alternativa C está incorreta. Não é a única alternativa correta.

As alternativas D e E estão incorretas. Pois, conforme visto acima, o item II está incorreto.

QUESTÃO 72. Considere as situações hipotéticas a seguir.

I. A Polícia Civil encaminha ao Ministério Público um inquérito instaurado em outubro de 2024, no qual se investiga Alfredo pelo crime de lesão corporal no ambiente doméstico, supostamente praticado em agosto de 2024. Em junho de 2025, Alfredo tomou posse no cargo de Juiz de Direito.

II. O juízo da Vara Criminal abre vista ao Ministério Público, para ciência de certidão negativa de citação, em uma ação penal em que figuram como réus Arnaldo, ex-Prefeito, e dois ex-Secretários Municipais, todos acusados da prática do crime de fraude ao caráter competitivo de processo licitatório, supostamente ocorrido no âmbito administração municipal. A denúncia foi oferecida em junho de 2023, quando o mandato de Arnaldo já se encontrava encerrado.

III. Chega à Promotoria de Justiça uma carta anônima em que um cidadão descreve um esquema criminoso voltado a fraudar licitações e desviar recursos públicos no Município. As informações - acompanhadas de comprovantes de pix, escutas ambientais e prints de conversas de WhatsApp -, mencionam contratos administrativos e citam 27 pessoas, entre elas, o Prefeito em exercício, Secretários Municipais, servidores públicos e empresários locais.

Com base nas situações descritas e na atual jurisprudência dos Tribunais Superiores, assinale a opção que indica a atuação correta do Ministério Público quanto à atribuição para competência para o processo e julgamento.

a) Na hipótese I, o Promotor de Justiça poderá requisitar diligências, oferecer denúncia ou arquivar o inquérito, haja vista que o fato investigado é anterior à posse de Alfredo no cargo de Juiz de Direito e não se relaciona com as funções desempenhadas.

b) Na hipótese II, caso a instrução processual já tivesse sido iniciada, manter-se-ia a competência do juízo de primeira instância.

c) Na hipótese III, diante do número elevado de investigados, o Promotor de Justiça poderá cindir a investigação, instaurando procedimento investigatório criminal contra os que não detêm foro por prerrogativa de função e encaminhando cópia do procedimento ao Procurador-Geral de Justiça, para análise dos fatos atribuídos ao Prefeito.

d) Apenas em duas das hipóteses apresentadas, prevalecerá o foro por prerrogativa de função.

e) Na hipótese III, o Promotor de Justiça deverá remeter toda a documentação ao Procurador-Geral de Justiça mesmo se já encerrado o mandato do Prefeito citado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre foro por prerrogativa de função.

O item I está incorreto. No julgamento do HC 232.627/DF, o STF definiu que: “a saída do cargo somente afasta o foro privativo em casos de crimes praticados antes da investidura no cargo ou, ainda, dos que não possuam relação com o seu exercício”. Portanto, não se aplica prerrogativa de foro, processo tramitará perante a Vara Criminal comum.

O item II está incorreto. Como Arnaldo já era ex-prefeito, não tem prerrogativa de foro, o julgamento ocorrerá na Vara Criminal comum, conforme visto no HC acima mencionado.

O item I está correto. Segundo o julgamento do HC 232.627/DF: “a prerrogativa subsiste mesmo após o afastamento do cargo, desde que os crimes tenham sido cometidos durante e em razão da função pública. Dessa forma, o foro especial passa a ser vinculado não ao exercício atual do cargo, mas à relação entre o crime e a função desempenhada”. Portanto, a alternativa E é a correta.

QUESTÃO 73. Ana procura o Promotor de Justiça da pequena comarca em que vive e relata que, na Delegacia de Polícia local, o policial civil Sérgio exigiu a quantia de R\$ 3.000,00 para registrar o furto de seu veículo. Intimidada, Ana atendeu à exigência, e apresentou o comprovante bancário da transferência do valor. Diante dos fatos, o Promotor de Justiça decide instaurar procedimento investigatório criminal (PIC) para apurar o suposto crime de concussão e decreta sigilo da investigação.

Considerando a situação apresentada, assinale a opção correta quanto à observância das normas aplicáveis ao procedimento investigatório criminal (PIC).

a) É desnecessário informar o juízo competente sobre a instauração do PIC, porque a obrigatoriedade da informação restringe-se a inquéritos policiais.

b) O sigilo decretado no PIC autoriza o indeferimento de eventual pedido de vista formulado pela defesa de Sérgio.

c) É Incabível adotar providências voltadas à reparação do prejuízo de Ana em razão da conduta de Sérgio, tendo em vista tratar-se de direito disponível.

d) Caso decida pelo arquivamento do PIC, o Promotor de Justiça deverá encaminhar os autos ao juízo competente para homologação.

e) Caso decida pelo oferecimento de denúncia, o Promotor de Justiça deverá diligenciar que Ana seja comunicada.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre procedimento investigatório criminal.

A alternativa A está incorreta. Segundo o art. 3-B, inciso IV do CPP, compete ao juiz das garantias: “ser informado sobre a instauração de qualquer investigação criminal”.

A alternativa B está incorreta. O sigilo decretado não autoriza o indeferimento de um pedido de vista, pois a defesa tem o direito de acessar os elementos de prova documentados para exercer o direito de defesa, conforme Súmula Vinculante nº 14 do STF, a qual garante ao advogado o acesso amplo aos autos do inquérito, com a única ressalva de proteger a manutenção do sigilo ou a continuidade das investigações, não podendo o sigilo ser usado como pretexto para negar o acesso integral aos autos.

A alternativa C está incorreta. Os artigos 91 do CP e 129, I, da CF/88 permitem que o MP adote medidas para reparação do dano, inclusive antes do oferecimento da denúncia.

A alternativa D está correta. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal orienta-se no sentido da necessidade e legitimidade constitucional do controle judicial do ato de arquivamento, com o fito de evitar possíveis teratologias (Inquérito 4781, Rel. Min. Alexandre de Moraes).

A alternativa E está incorreta. Segundo o art. 370 do CPP: “Nas intimações dos acusados, das testemunhas e demais pessoas que devam tomar conhecimento de qualquer ato, será observado, no que for aplicável, o disposto no Capítulo anterior”. Ou seja, a intimação é feita pelo juízo nos termos do art. 370 e seguintes do CPP, referentes à citação e intimação das partes e interessados.

QUESTÃO 74. Juliana cuidou de Célia em seus últimos anos de vida, período em que praticou diversos crimes contra o patrimônio da idosa. O inquérito policial instaurado apurou que Juliana realizou transferências bancárias que totalizaram R\$ 2.500.000,00, utilizando R\$ 2.000.000,00 para adquirir quatro imóveis - três em seu nome e um no nome de sua irmã Renata. Os R\$ 500.000,00 restantes não foram localizados. Além disso, Juliana subtraiu joias que atualmente estão guardadas no cofre de um banco. A investigação também revelou que o patrimônio de Juliana inclui um imóvel e um veículo adquiridos antes da prática dos crimes e que totalizam R\$ 350.000,00.

Para assegurar o ressarcimento dos herdeiros de Célia, o Ministério Público deverá observar que

a) para adoção de medidas assecuratórias sobre os imóveis adquiridos com proventos do crime e registrados em nome de Juliana, bastam indícios veementes da proveniência ilícita, podendo tais medidas ser tomadas antes da denúncia.

b) é incabível, no processo penal, medida assecuratória sobre o bem transferido a Renata, restando aos interessados buscar o ressarcimento pela via cível.

c) a medida cabível para preservar as jóias subtraídas é o arresto, providência exclusivamente usada na preservação de bens móveis.

d) o sequestro alcança qualquer bem, inclusive os adquiridos lícitamente pelo investigado, ao passo que o arresto alcança apenas os bens adquiridos ilícitamente.

e) o imóvel e o veículo de Juliana, por terem sido adquiridos anteriormente à prática dos crimes, não podem ser alcançados por medidas assecuratórias no processo penal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre medidas assecuratórias.

A alternativa A está correta. Segundo o art. 126 do CPP: “Para a decretação do seqüestro, bastará a existência de indícios veementes da proveniência ilícita dos bens”.

A alternativa B está incorreta. É cabível o seqüestro dos bens imóveis, adquiridos pelo indiciado com os proventos da infração, ainda que já tenham sido transferidos a terceiro (art. 125 do CPP).

A alternativa C está incorreta. Tal medida não se restringe a bens móveis. Observe que, o art. 136 do CPP prevê que “o arresto do imóvel poderá ser decretado de início, revogando-se, porém, se no prazo de 15 (quinze) dias não for promovido o processo de inscrição da hipoteca legal”.

A alternativa D está incorreta. Segundo previsão do art. 125 do CPP, o sequestro é cabível para os bens imóveis, adquiridos pelo indiciado com os proventos da infração.

A alternativa E está incorreta. Segundo o STJ, “ainda que posteriormente possam vir a ser reconhecidos lícitos (os bens), não impedem sua constrição cautelar, uma vez que medida está lastreada no Decreto-Lei 3.240/41”.

QUESTÃO 75. O sistema progressivo de cumprimento da pena privativa de liberdade tem por objetivo propiciar a reintegração social do condenado, permitindo sua passagem a regimes menos rigorosos, desde que atendidos os requisitos legais.

Considerando o sistema progressivo de cumprimento da pena e os percentuais atualmente exigidos pela legislação, assinale a afirmativa correta.

a) A pena privativa de liberdade será executada em forma progressiva com a transferência para regime menos rigoroso, automaticamente, quando o preso tiver cumprido ao menos 16% (dezesesseis por cento) da pena, se o apenado for primário e o crime tiver sido cometido sem violência à pessoa ou grave ameaça.

b) O requisito objetivo equivale ao cumprimento de 30% (trinta por cento) da pena, se o apenado for primário e o crime tiver sido cometido com violência à pessoa ou grave ameaça.

c) O requisito objetivo equivale ao cumprimento de 50% (cinquenta por cento) da pena, se o apenado for condenado por exercer o comando, individual ou coletivo, de organização criminosa estruturada para a prática de quaisquer crimes.

d) O requisito objetivo equivale ao cumprimento de 55% (cinquenta e cinco por cento) da pena, se o apenado for condenado pela prática de feminicídio, se for primário, vedado o livramento condicional; e 60% (sessenta por cento) da pena, se o apenado for reincidente na prática de crime hediondo ou equiparado.

e) O requisito objetivo equivale ao cumprimento de 40% (quarenta por cento) da pena, se o apenado for condenado pela prática do crime de constituição de milícia privada.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre o sistema progressivo de pena.

A alternativa A está incorreta. O percentual de 16% para primário sem violência está correto (art. 112, I, da LEP), mas a progressão não é automática. Exige-se boa conduta carcerária comprovada pelo diretor do estabelecimento.

A alternativa B está incorreta. O art. 112, II, da LEP prevê 20% (não 30%) para primário condenado pela prática de crime com violência ou grave ameaça.

A alternativa C está incorreta. O art. 112, VI, "b", da LEP prevê 50% para quem exerce comando de organização criminosa estruturada para prática de crime hediondo ou equiparado, não para "quaisquer crimes".

A alternativa D está correta. A Lei 14.994/2024 inseriu o §11 no art. 112 da LEP, estabelecendo que para feminicídio primário (homem sem filho) aplica-se o percentual de 55% (inciso II do §11). Além disso, o art. 1, da LEP prevê 60% para reincidente em crime hediondo ou equiparado.

A alternativa E está incorreta. O art. 112, VI, "c", da LEP prevê 50% (não 40%) para o crime de constituição de milícia privada.

QUESTÃO 76. Diante de milhares de queixas sobre cancelamento unilateral e queda de desempenho em serviços de internet residencial, Procons, Ministério Público, associações de consumidores e operadoras firmam convenção coletiva de consumo estabelecendo: prazos mínimos de aviso prévio e proibição de fidelização abusiva; canais escalonados de resolução de conflitos, com SLA e devolução automática de valores em caso de indisponibilidade; multas contratuais por descumprimento; auditoria independente trimestral, com publicação de indicadores; e transparência ativa em painel público. As operadoras cumprem apenas parte das obrigações e alegam que a convenção “não tem força jurídica por não ser lei”. Considerando o

regime jurídico do Código de Defesa do Consumidor e a natureza, a eficácia e os efeitos dos instrumentos negociais coletivos nele previstos, assinale a afirmativa correta.

a) O instrumento descrito equivale a termo de ajustamento de conduta, devendo ser homologado judicialmente.

b) A convenção coletiva de consumo obriga exclusivamente consumidores associados às entidades signatárias.

c) A convenção coletiva de consumo é instrumento com eficácia normativa e vinculante no microssistema coletivo, sujeita à fiscalização pelo MP e Procons.

d) O Código de Defesa do Consumido não prevê instrumento negocial coletivo, devendo o caso ser tratado pela Lei da Ação Civil Pública.

e) A convenção coletiva configura mero compromisso moral, sem efeitos jurídicos, dependendo de lei específica para introduzir obrigatoriedade.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema Convenção Coletiva de Consumo.

A alternativa A está incorreta. São instrumentos distintos. A convenção coletiva de consumo é um negócio jurídico entre particulares (entidades de consumidores e fornecedores), conforme art. 107 caput, do CDC, vejamos: “Art. 107. As entidades civis de consumidores e as associações de fornecedores ou sindicatos de categoria econômica podem regular, por convenção escrita, relações de consumo que tenham por objeto estabelecer condições relativas ao preço, à qualidade, à quantidade, à garantia e características de produtos e serviços, bem como à reclamação e composição do conflito de consumo.”. Já o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) é firmado, necessariamente, com um órgão público legitimado (como o Ministério Público ou Procon) e, embora não exija homologação judicial para validade, muitas vezes é feito em juízo.

A alternativa B está incorreta. O art. 107, § 2º, dispõe que “A convenção somente obrigará os filiados às entidades signatárias”. Ocorre que o fornecedor é uma das partes signatárias e, portanto, está obrigado. A obrigação se estende, na verdade, aos fornecedores filiados à associação/sindicato e, por consequência, aos consumidores que com eles se relacionarem no âmbito do objeto da convenção. A alternativa erra, portanto, ao citar exclusivamente os consumidores.

A alternativa C está correta. O registro em cartório confere à convenção eficácia normativa e vinculante no âmbito das relações de consumo que ela regula, desde que não restrinja os direitos previstos no CDC, servindo para ampliá-los. Conforme art. 107, § 1º, do CDC: “§ 1º A convenção tornar-se-á obrigatória a partir do registro do instrumento no cartório de títulos e documentos.” Embora a lei estabeleça que a convenção obriga apenas os filiados (§ 2º do art. 107), sua natureza é de norma jurídica coletiva no microssistema consumerista, e seu cumprimento está, sim, sujeito à fiscalização das autoridades públicas de defesa do consumidor, como o Ministério Público e os Procons.

A alternativa D está incorreta. O CDC prevê expressamente a Convenção Coletiva de Consumo em seu Título V, “Da Convenção Coletiva de Consumo”.

A alternativa E está incorreta. O registro em cartório confere à convenção força jurídica e obrigatoriedade, afastando a alegação das operadoras de que seria um mero “compromisso moral” sem força de lei. Ela possui eficácia vinculante para os filiados. Conforme art. 107, § 1º, do CDC: “§ 1º A convenção tornar-se-á obrigatória a partir do registro do instrumento no cartório de títulos e documentos.”

QUESTÃO 77. Caio, aliado político de longa data do atual Prefeito do Município Alfa, foi nomeado secretário municipal de educação em 2024. Na qualidade de gestor da pasta e como ordenador de despesas, celebrou diversos contratos e autorizou processos seletivos para contratações temporárias. Diante de múltiplas representações sobre possíveis irregularidades, o Ministério Público instaurou inquéritos civis e, após investigações, o membro do Parquet ajuizou ações em desfavor de Caio, imputando-lhe a prática de atos de improbidade administrativa.

Com base no relato, e à luz da legislação vigente e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a afirmativa que indica corretamente o regime jurídico aplicável à responsabilização de agentes políticos por improbidade administrativa.

a) Caso Caio tenha frustrado a licitude de concurso público, ainda que não tenha visado a obter proveito ou benefício indevido para si ou para outrem, restará demonstrada a prática de ato de improbidade administrativa.

b) As contratações temporárias realizadas durante a gestão de Caio, se demonstrada sua ilicitude, configuram atos de improbidade administrativa se reconhecida a produção de danos ao erário.

c) Comprovado que Caio frustrou a licitude de processo licitatório, acarretando perda patrimonial efetiva, será cabível pedido de indisponibilidade de bens, independentemente da demonstração de concreto perigo de dano irreparável.

d) A indisponibilidade recairá sobre bens que assegurem o integral ressarcimento do dano ao erário, devendo a ordem priorizar o bloqueio de contas bancárias, vedada a decretação de quantia superior a 40 (quarenta) salários mínimos.

e) O Ministério Público possui legitimidade para celebrar acordo de não persecução civil que dependerá de homologação judicial, independentemente de o acordo ocorrer antes ou depois do ajuizamento da ação de improbidade administrativa

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre responsabilização de agentes públicos.

A alternativa A está incorreta. Com as alterações promovidas pela Lei nº 14.230/2021, a Lei de Improbidade Administrativa passou a exigir dolo específico para a configuração dos atos de improbidade. O art. 11, V, da LIA prevê como ato de improbidade que atenta contra os princípios da administração pública "frustrar, em ofensa à imparcialidade, o caráter concorrencial de concurso

público, de chamamento ou de procedimento licitatório, com vistas à obtenção de benefício próprio, direto ou indireto, ou de terceiros". Assim, a ausência de dolo específico afasta a tipificação.

A alternativa B está incorreta. A mera ilegalidade nas contratações temporárias não configura, por si só, ato de improbidade administrativa. Nos termos do art. 1º, §§ 1º, 2º e 3º, da Lei nº 8.429/92 (com redação dada pela Lei nº 14.230/2021), exige-se a comprovação do dolo do agente. O § 3º expressamente estabelece que "o mero exercício da função ou desempenho de competências públicas, sem comprovação de ato doloso com fim ilícito, afasta a responsabilidade por ato de improbidade administrativa"

A alternativa C está incorreta. Embora o STF, no Tema 1.199, tenha fixado entendimento de que não é necessária a demonstração de risco de dilapidação patrimonial, o art. 16, § 3º, da Lei nº 8.429/92 (com redação dada pela Lei nº 14.230/2021) estabelece que o pedido de indisponibilidade "apenas será deferido mediante a demonstração no caso concreto de perigo de dano irreparável ou de risco ao resultado útil do processo". O Tema 1.257 do STJ fixou que as disposições da Lei 14.230/2021 são aplicáveis aos processos em curso para regular o procedimento da tutela provisória de indisponibilidade de bens. Assim, há necessidade de demonstração do periculum in mora conforme a nova redação legal.

A alternativa D está incorreta. Não há na legislação vedação de decretação de indisponibilidade superior a 40 salários-mínimos. O limite de 40 salários-mínimos refere-se à impenhorabilidade de valores depositados em caderneta de poupança (art. 833, X, do CPC), matéria distinta e aplicável na fase executiva.

A alternativa E está incorreta. A alternativa reproduz com exatidão o disposto no art. 17-B, caput e § 1º, III, da Lei nº 8.429/92 (incluído pela Lei nº 14.230/2021): "Art. 17-B. O Ministério Público poderá, conforme as circunstâncias do caso concreto, celebrar acordo de não persecução civil (...) § 1º A celebração do acordo a que se refere o caput deste artigo dependerá, cumulativamente: (...) III - de homologação judicial, independentemente de o acordo ocorrer antes ou depois do ajuizamento da ação de improbidade administrativa."

QUESTÃO 78. Diante de ação coletiva proposta por associação de pacientes com doenças raras, requer-se o fornecimento universal e imediato de medicamento órfão sem registro na Anvisa e não incorporado ao SUS, de altíssimo custo e com evidências clínicas controvertidas. A Secretaria de Saúde informa haver alternativas terapêuticas incorporadas, propõe avaliação técnico-científica e sugere centralizar o manejo em centro de referência, com protocolo clínico, farmacovigilância, monitoramento de desfechos, fila única e critérios transparentes de priorização. O Ministério Público requer produção de prova pericial (e-NATJus/NATJus local e especialistas), parecer técnico da Conitec e desenho estrutural para eventual implementação. Os pacientes alegam urgência e pedem deferimento imediato e indistinto.

Considerando o regime jurídico do SUS, os requisitos para fornecimento de tecnologias em saúde e os instrumentos da tutela coletiva, assinale a afirmativa correta.

a) A intervenção judicial é vedada em matéria de incorporação de tecnologias.

- b) O juiz deve deferir o fornecimento universal imediato, pois o direito à saúde é absoluto.**
- c) A ausência de registro na Anvisa é irrelevante quando houver urgência e clamor social.**
- d) A decisão deve ser pautada em base técnico-científica, observando a atuação da Anvisa e da Conitec, admitindo solução estrutural e progressiva.**
- e) O Ministério Público não tem legitimidade para atuar em políticas públicas de saúde.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre instrumentos judiciais para a tutela coletiva de direitos.

A alternativa A está incorreta. O Poder Judiciário pode intervir em matéria de saúde, inclusive quanto à incorporação de tecnologias, quando houver violação a direitos fundamentais. O STF, no julgamento do Tema 500 da Repercussão Geral, fixou parâmetros para a judicialização da saúde, não vedando a intervenção judicial, mas estabelecendo requisitos para seu exercício.

A alternativa B está incorreta. Nenhum direito fundamental é absoluto, nem mesmo o direito à saúde. O STF, no Tema 6 da Repercussão Geral, estabeleceu que a obrigação do Estado de fornecer medicamentos não é irrestrita, devendo ser observados critérios técnicos e científicos. O fornecimento de medicamento sem registro na Anvisa exige o cumprimento de requisitos específicos (inexistência de substituto terapêutico, mora irrazoável da Anvisa, comprovação de eficácia por entidade de renome, entre outros).

A alternativa C está incorreta. O STF, no julgamento do RE 657.718 (Tema 500), estabeleceu que o registro na Anvisa é, em regra, condição para o fornecimento de medicamentos pelo Poder Público. A ausência de registro somente pode ser superada em situações excepcionais, desde que preenchidos requisitos cumulativos, não sendo o "clamor social" um deles.

A alternativa D está correta. A alternativa está em conformidade com a jurisprudência consolidada do STF e do STJ sobre judicialização da saúde. O Tema 500 do STF estabelece que as decisões judiciais sobre fornecimento de medicamentos devem ser pautadas em critérios técnico-científicos, observando a atuação regulatória da Anvisa e as deliberações da Conitec. A Lei nº 8.080/90 (art. 19-Q e seguintes) disciplina o processo de incorporação de tecnologias ao SUS. Ademais, o processo estrutural é instrumento adequado para a tutela de direitos sociais complexos, permitindo soluções progressivas e dialogadas.

A alternativa E está incorreta. O MP possui legitimidade constitucional (art. 127 e 129 da CF/88) e legal (art. 5º da Lei nº 7.347/85) para atuar na defesa de direitos difusos e coletivos, incluindo o direito à saúde. A Súmula 329 do STJ reafirma: "O Ministério Público tem legitimidade para propor ação civil pública em defesa do patrimônio público."

QUESTÃO 79. A Lei nº 7.347/1985 dispõe sobre a responsabilização por danos ao meio ambiente e a outros interesses difusos e coletivos, conferindo ao Ministério Público legitimidade para a propositura de ação civil pública. Com fundamento nesse diploma e após investigação que

constatou grave contaminação ambiental, o Ministério Público ajuizou ação civil pública para reparação integral de dano ambiental.

Considerando a legislação em vigor e o posicionamento do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que

a) a responsabilidade civil por danos ao meio ambiente é subjetiva, devendo ser demonstrada a comprovação de culpa do agente poluidor.

b) em caso de lesão ambiental, a responsabilidade é solidária, sendo possível o ajuizamento de ação civil pública em desfavor de todos os envolvidos.

c) o dano moral coletivo deve ser comprovado, sendo necessário que no bojo da ação civil pública se demonstre que a coletividade sentiu dor.

d) a competência para processo e julgamento de ação civil pública ambiental é definida, prioritariamente, pelo Juízo que primeiro determinar a citação.

e) o ajuizamento de ação civil pública não acarreta a suspensão de ações individuais em curso que discutam o mesmo tema se já tiver se encerrado a instrução destas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre Lei da Ação Civil Pública.

A alternativa A está incorreta. A responsabilidade civil ambiental é objetiva, não precisa da comprovação de culpa ou dolo. Nesse sentido, a obrigação de reparar ou indenizar o dano ambiental existe independentemente da comprovação de culpa, ou dolo do agente causador. Para a responsabilização, basta demonstrar a conduta, o dano e o nexo causal entre eles.

A alternativa B está correta. Essa alternativa está correta, pois está em consonância com o entendimento doutrinário e jurisprudencial, pois a responsabilidade civil ambiental é objetiva, solidária e calcada na Teoria do Risco Integral. A saber: “1) A responsabilidade por dano ambiental é objetiva, informada pela teoria do risco integral, sendo o nexo de causalidade o fator aglutinante que permite que o risco se integre na unidade do ato, sendo descabida a invocação, pela empresa responsável pelo dano ambiental, de excludentes de responsabilidade civil para afastar sua obrigação de indenizar. (Tese julgada sob o rito do art. 543-C do CPC/1973 - TEMA 681 e 707, letra a).”

A alternativa C está incorreta. O STJ, no REsp 220069 fixou critério para o dano moral coletivo ambiental independe de análise subjetiva (dor, angústia, abalo): “II – A constatação de danos imateriais ao meio ambiente não deflui, por si só, da atuação do agressor em descompasso com as regras protetivas do meio ambiente, reclamando, em verdade, a intolerabilidade da lesão à natureza e cuja ocorrência é presumida, cabendo ao réu afastar sua caracterização com base em critérios extraídos da legislação ambiental, diante da distribuição pro natura do ônus probatório, nos moldes da Súmula n. 618/STJ.”

A alternativa D está incorreta. A competência é do local do dano, vejamos: “Art. 2º As ações previstas nesta Lei serão propostas no foro do local onde ocorrer o dano, cujo juízo terá competência funcional para processar e julgar a causa.”

A alternativa E está incorreta. É possível, por meio de decisão judicial, a suspensão das ações individuais.

QUESTÃO 80. Diante de notícias jornalísticas sobre fraudes no transporte escolar, o Ministério Público (MP) instaura Inquérito Civil (IC). Documentos são encaminhados por denúncia anônima, apontando superfaturamento e cartel. Para instruir o IC, o MP requisita às empresas e à Secretaria de Educação cópias de contratos, notas fiscais e planilhas de medição, fixando prazo de 10 dias.

Uma empresa recusa o atendimento, sob o fundamento de que somente uma ordem judicial poderia obrigá-la; outra sustenta a nulidade do IC por ter sido deflagrada a partir de notícia anônima.

Com base no relato, avalie a regularidade jurídica da instauração do inquérito civil e das requisições realizadas pelo Ministério Público, assinalando a opção correta.

a) As requisições do MP são inválidas sem prévia autorização judicial, diante dos princípios do devido processo legal, contraditório, ampla defesa e sindicabilidade judicial.

b) A origem anônima da notícia invalida o IC ab initio, eis que a Constituição da República veda expressamente o anonimato e a jurisprudência considera nulidade absoluta investigação iniciada por notícia apócrifa.

c) O MP pode instaurar IC a partir de notícia anônima, desde que realize diligências preliminares de verificação, e pode requisitar informações e documentos a órgãos públicos e a particulares, fixando prazo razoável.

d) O MP só pode requisitar a entes públicos, nunca a empresas privadas, diante do direito constitucional à intimidade e à propriedade privada.

e) As requisições são válidas, mas sem prazo, pois a imposição de prazo é ilegal e leva à nulidade relativa do procedimento investigatório.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre Inquérito Civil.

A alternativa A está incorreta. O poder de requisição do Ministério Público é prerrogativa institucional prevista no art. 129, VI, da CF/88, no art. 8º, II e IV, da LC nº 75/93 e no art. 26, I, "b", da Lei nº 8.625/93. As requisições ministeriais independem de autorização judicial, sendo instrumentos de natureza administrativa destinados à instrução de procedimentos investigatórios.

A alternativa B está incorreta. A vedação constitucional ao anonimato (art. 5º, IV, CF/88) não impede a instauração de procedimento investigatório a partir de notícia anônima, desde que sejam realizadas diligências preliminares para verificação da procedência das informações. Este é o entendimento consolidado no STF e no STJ.

A alternativa C está correta. A alternativa está em consonância com o ordenamento jurídico e a jurisprudência. A Resolução nº 23/2007 do CNMP (art. 2º, § 2º) permite a instauração de inquérito civil a partir de notícia anônima, desde que precedida de diligências preliminares. O poder requisitório do MP abrange tanto órgãos públicos quanto particulares, conforme art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85 e art. 26, I, "b", da Lei nº 8.625/93. A fixação de prazo razoável é inerente ao exercício do poder requisitório.

A alternativa D está incorreta. O poder requisitório do MP não se limita a entes públicos. O art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85 expressamente prevê que "o Ministério Público poderá instaurar, sob sua presidência, inquérito civil, ou requisitar, de qualquer organismo público ou particular, certidões, informações, exames ou perícias (...)". A jurisprudência do STJ é pacífica nesse sentido.

A alternativa E está incorreta. A imposição de prazo razoável para cumprimento de requisições é legítima e necessária para a efetividade da investigação. Não há nulidade na fixação de prazo, sendo esta prática decorrente do próprio poder requisitório do Ministério Público.

QUESTÃO 81. Em Ação Civil Pública (ACP) voltada à proteção do sistema de acolhimento infantojuvenil, o juízo:

(i) qualifica o litígio como estrutural;

(ii) ordena a elaboração conjunta de um Plano Estrutural com metas, prazos, indicadores e matriz de responsabilidades;

(iii) institui comitê interinstitucional composto por gestores, Ministério Público, Defensoria, Conselhos de Direitos e Tutela, além de representantes da sociedade civil;

(iv) agenda audiências periódicas de monitoramento; e

(v) prevê mecanismos graduais de coerção, como astreintes, bloqueios finalísticos e redirecionamento de verbas vinculadas, em caso de descumprimento.

O ente público alega violação à separação de poderes e impossibilidade orçamentária.

Com base no modelo decisório adotado pelo juízo na ACP descrita, assinale a afirmativa que indica corretamente o regime jurídico do processo estrutural.

a) A decisão deve ser reputada nula, pois o Poder Judiciário jamais poderia impor qualquer forma de governança, definição de metas ao ente público, sob pena de violação direta à separação de poderes.

b) O Poder Judiciário deve restringir sua atuação a condenações meramente pecuniárias, sem exigir planos, arranjos de gestão ou instrumentos de acompanhamento.

c) Em litígios estruturais, é cabível decisão dialógica com plano, governança, monitoramento e meios executivos proporcionais, visando concretizar direitos fundamentais.

d) Medidas estruturais são passíveis de efetivação apenas no momento da sentença, sendo vedadas sua adoção no bojo de decisões interlocutórias.

e) A criação de comissões interinstitucionais compromete a imparcialidade processual e, por isso, são vedadas durante o transcurso do processo estrutural.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre Ação Civil Pública.

A alternativa A está incorreta. STF já reconheceu a legitimidade da intervenção judicial em políticas públicas para garantia de direitos fundamentais, especialmente quando há omissão estatal. No julgamento da ADPF 347 (estado de coisas inconstitucional do sistema prisional), o STF legitimou medidas estruturais. A separação de poderes não é absoluta e deve ser compatibilizada com a garantia de direitos fundamentais.

A alternativa B está incorreta. A tutela de direitos fundamentais sociais frequentemente exige medidas que vão além de condenações pecuniárias. O processo estrutural é instrumento reconhecido pela doutrina e jurisprudência para a efetivação de direitos fundamentais que demandam reformas institucionais complexas.

A alternativa C está correta. A alternativa reflete o modelo de processo estrutural consagrado na doutrina e na jurisprudência brasileira. O processo estrutural caracteriza-se pela decisão dialógica, construção compartilhada de soluções, estabelecimento de planos com metas e indicadores, governança participativa, monitoramento contínuo e utilização de meios executivos proporcionais e progressivos. Este modelo foi aplicado pelo STF na ADPF 347 e em diversas decisões do STJ sobre políticas públicas.

A alternativa D está incorreta. As medidas estruturais podem ser adotadas em qualquer fase do processo, inclusive em sede de tutela provisória (antecipada ou cautelar), quando presentes os requisitos legais. O art. 139, IV, do CPC confere ao juiz poderes para determinar todas as medidas indutivas, coercitivas, mandamentais ou sub-rogatórias necessárias para assegurar o cumprimento de ordem judicial. Vejamos: “Art. 139. O juiz dirigirá o processo conforme as disposições deste Código, incumbindo-lhe: IV - determinar todas as medidas indutivas, coercitivas, mandamentais ou sub-rogatórias necessárias para assegurar o cumprimento de ordem judicial, inclusive nas ações que tenham por objeto prestação pecuniária;

A alternativa E está incorreta. A criação de comissões ou comitês interinstitucionais é mecanismo essencial do processo estrutural, permitindo a participação de múltiplos atores na construção e monitoramento de soluções. Não há comprometimento da imparcialidade judicial, pois o juiz mantém sua função de condução do processo e controle das decisões, enquanto o comitê atua como instância de diálogo e acompanhamento.

QUESTÃO 82. Uma associação civil de defesa ambiental regularmente constituída ha dois anos e que possui, entre suas finalidades institucionais, a proteção do meio ambiente, propõe ação civil pública em face de empresa mineradora, buscando a reparação de danos causados a um rio local em razão de rompimento de barragem.

A empresa ré sustenta, em preliminar, a legitimidade ativa da associação, sob o argumento de que esta não existiria há mais de um ano antes da ocorrência do fato danoso.

Considerando o sistema da tutela coletiva no ordenamento jurídico brasileiro, é correto afirmar que a associação

a) é ilegítima, pois o fato ocorreu antes de completado um ano de sua constituição.

b) não tem legitimidade se o dano repercutir fora de sua base territorial.

c) é legítima, pois a aferição do requisito temporal ocorre no momento da propositura da ação, e não na data do fato danoso.

d) é legítima apenas se expressamente autorizada pelos associados atingidos.

e) é ilegítima, pois apenas o Ministério Público pode propor ação civil pública ambiental

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre tutela coletiva do meio ambiente.

A alternativa A está incorreta. o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Superior Tribunal de Justiça (STJ) pacificaram o entendimento de que o requisito de pré-constituição de um ano deve ser verificado no momento da propositura da ação, e não na data do fato danoso. Vejamos: “É dispensável o requisito temporal (pré-constituição há mais de um ano) para associação ajuizar ação civil pública quando o bem jurídico tutelado for a prestação de informações ao consumidor sobre a existência de glúten em alimentos. STJ. 2ª Turma. REsp 1.600.172-GO, Rel. Min. Herman Benjamin, julgado em 15/9/2016 (Info 591).”

A alternativa B está incorreta. Para a defesa de direitos difusos, o dano não está estritamente limitado à base territorial da associação.

A alternativa C está correta. Como a associação foi constituída há dois anos, ela cumpre o requisito no momento da propositura. Inclusive, o requisito temporal pode ser até dispensado, conforme o artigo 5º, §4º da Lei 7.347/85.

A alternativa D está incorreta. A defesa do meio ambiente constitui um direito difuso (titularidade indeterminada e indivisível), para o qual a lei confere legitimidade autônoma à associação com finalidades pertinentes, consoante o art. 5º, V, da Lei nº 7.347/85: “V - a associação que, concomitantemente: b) inclua, entre suas finalidades institucionais, a proteção ao patrimônio público e social, ao meio ambiente, ao consumidor, à ordem econômica, à livre concorrência, aos direitos de grupos raciais, étnicos ou religiosos ou ao patrimônio artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.”

A alternativa E está incorreta. O Ministério Público é, sem dúvida, um dos legitimados (inciso I), mas a lei expressamente confere legitimidade a outros entes, incluindo as associações civis (inciso V), se preencherem os requisitos legais.

QUESTÃO 83. Diante de Ação Civil Pública (ACP) envolvendo déficit de vagas na educação infantil e piora dos indicadores de aprendizagem, a perícia contábil identificou:

- inobservância da vinculação mínima constitucional em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE)
- uso indevido de parcelas do FUNDEB para despesas estranhas à educação básica;
- ausência de publicidade ativa dos relatórios financeiros;
- atuação limitada do CACS-FUNDEB por ausência de acesso tempestivo às notas de empenho; e
- inexistência de plano plurianual de expansão de vagas, formação docente e melhoria da infraestrutura.

Embora o Município invoque "reserva do possível" e "prioridades políticas", o Ministério Público requer a elaboração de plano estrutural com metas, indicadores (taxa de atendimento, jornada ampliada, IDEB), cronograma de obras e mecanismos de transparência (portal com dados abertos), além da correção da aplicação do FUNDEB.

Considerando o regime jurídico do FUNDEB e os instrumentos da tutela coletiva, assinale a opção correta.

- a) O FUNDEB possui destinação vinculada à educação básica, com regras de aplicação, transparência e controle social; sua inobservância pode ser corrigida judicialmente, inclusive por plano estrutural e deveres de transparência.
- b) Os recursos do FUNDEB não têm vinculação específica e podem financiar qualquer política municipal.
- c) A fiscalização do FUNDEB compete apenas ao Tribunal de Contas, sendo vedada a atuação do MP.
- d) Déficit de vagas é questão política imune a controle, desde que haja alguma oferta residual.
- e) Como políticas públicas são discricionárias, o Judiciário não pode determinar planejamento nem corrigir a aplicação do FUNDEB.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre FUNDEB.

A alternativa A está correta. Sim, é vedada a aplicação de recursos do FUNDEB em despesas que não possuam relação a manutenção e desenvolvimento da educação básica, vejamos o disposto no artigo 29 da Lei 14.113/2020: "Art. 29. É vedada a utilização dos recursos dos Fundos para: I - financiamento das despesas não consideradas de manutenção e de desenvolvimento da educação básica, conforme o art. 71 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996;" Não obstante, o STF tem possui entendimento pacífico no sentido de que não é possível o uso dos recursos do Fundeb para gastos não relacionados à educação,

por possuírem destinação vinculada a finalidades específicas, todas voltadas exclusivamente à área educacional (STF. Plenário. ADI 6490/PI, Rel. Min. Cármen Lúcia, julgado em 18/2/2022 (Info 1044)).

A alternativa B está incorreta. Ao contrário do que afirma a alternativa, o FUNDEB seus recursos possuem destinatários certos: os Estados, Distrito Federal e Municípios que oferecem atendimento na educação básica. Inclusive, em se tratando da distribuição desses recursos, deverão ser consideradas as matrículas nas escolas públicas e conveniadas, apuradas no último censo escolar realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep/MEC). Vejamos o disposto no artigo 212-A da EC 108/2020: “Art. 212-A. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios destinarão parte dos recursos a que se refere o caput do art. 212 desta Constituição à manutenção e ao desenvolvimento do ensino na educação básica e à remuneração condigna de seus profissionais, respeitadas as seguintes disposições: I - a distribuição dos recursos e de responsabilidades entre o Distrito Federal, os Estados e seus Municípios é assegurada mediante a instituição, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, de um Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de natureza contábil;”

A alternativa C está incorreta. O Supremo Tribunal Federal apreciou recentemente a Ação Direta de Inconstitucionalidade n.º 5.791 proposta pelo Partido Solidariedade contra o artigo 11 da Lei 9.424/1996 e artigos 25, caput, e 26, III, da Lei 11.494/2007, na qual se buscava demarcar os limites de atuação dos Tribunais de Contas no tocante à fiscalização das verbas distribuídas pelos fundos constitucionais de educação pública (FUNDEF e FUNDEB). Ao apreciar a ADI, o STF, por unanimidade, assentou o entendimento que o TCU é competente para fiscalizar a aplicação de verbas originárias da União por parte dos demais entes da Federação.

A alternativa D está incorreta. Ao contrário do que afirma a alternativa, o controle judicial de políticas públicas, é plenamente possível, especialmente quando há omissão inconstitucional ou violação de direitos sociais básicos, incluindo o déficit de vagas.

A alternativa E está incorreta. O Poder Judiciário tem, sim, a prerrogativa de intervir em casos de patente ilegalidade, desvio de finalidade ou omissão grave do Poder Executivo, visando garantir o cumprimento da Constituição e das leis, assim, garantir a devida aplicação dos recursos do FUNDEB (ADI 6490/PI).

QUESTÃO 84. Considere o caso descrito a seguir.

Em uma cidade com alta demanda por vagas em creches, tramita uma Ação Civil Pública (ACP) estrutural. Paralelamente, o Ministério Público institui mesa de diálogo com a Secretaria de Educação, a Defensoria e os conselhos municipais; cria fluxos de mediação para atendimento de casos individuais; incentiva a celebração de TACs com escolas conveniadas; e pactua um protocolo de priorização (irmãos, deficiência, renda, violência doméstica) tudo com transparência e com painel de monitoramento público.

A Prefeitura sustenta que, havendo ACP em curso, a mediação seria incompatível.

Com base no caso apresentado, avalie a compatibilidade das soluções adotadas com o paradigma da justiça multiportas e assinale a opção correta.

a) A mediação torna a ação civil pública sem objeto, pois o seu requisito é a inexistência de litígio judicial.

b) O acordo extrajudicial só é possível após trânsito em julgado, para evitar perda de objeto da ação.

c) O MP não pode negociar políticas públicas, diante da separação dos poderes prevista na Constituição da República.

d) O modelo multiportas admite a combinação de via judicial e mecanismos consensuais coordenados (mediação, TACs, protocolos), preservando isonomia e publicidade.

e) mesa de diálogo substitui automaticamente o plano judicial, pois possui maior efetividade e celeridade.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre justiça multiportas.

A alternativa A está incorreta. A existência de ação judicial não impede a utilização de mecanismos consensuais. O sistema multiportas admite a coexistência e complementaridade entre vias judiciais e extrajudiciais. A Resolução nº 118/2014 do CNMP incentiva a autocomposição, inclusive na pendência de processo judicial. Vejamos: “Considerando que o acesso à Justiça é direito e garantia fundamental da sociedade e do indivíduo e abrange o acesso ao Judiciário, mas vai além para incorporar, também, o direito de acesso a outros mecanismos e meios autocompositivos de resolução dos conflitos e controvérsias, inclusive o acesso ao Ministério Público como garantia fundamental de proteção e de efetivação de direitos e interesses individuais indisponíveis e sociais (art. 127, caput, da CR/1988);”

A alternativa B está incorreta. Não há essa limitação temporal para acordos extrajudiciais. A autocomposição pode ocorrer em qualquer fase, antes ou durante o processo, e até mesmo após a sentença. O CPC incentiva a solução consensual em todas as fases processuais, consoante os arts. 3º, §§ 2º e 3º, e 139, V do CPC: “Art. 3º Não se excluirá da apreciação jurisdicional ameaça ou lesão a direito. § 1º É permitida a arbitragem, na forma da lei. § 2º O Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos. [...] Art. 139. O juiz dirigirá o processo conforme as disposições deste Código, incumbindo-lhe: V - promover, a qualquer tempo, a autocomposição, preferencialmente com auxílio de conciliadores e mediadores judiciais;”

A alternativa C está incorreta. O MP possui legitimidade para celebrar Termos de Ajustamento de Conduta (art. 5º, § 6º, da Lei nº 7.347/85) e atuar consensualmente na tutela de direitos coletivos. A Resolução nº 118/2014 do CNMP estabelece a Política Nacional de Incentivo à Autocomposição no âmbito do Ministério Público, incluindo a atuação em políticas públicas, que dentre suas considerações: “Considerando a importância da prevenção e da redução da litigiosidade e que as controvérsias e os conflitos envolvendo o Poder Público e os particulares, ou entre estes, notadamente aquelas de natureza coletiva, podem ser resolvidas de forma célere, justa, efetiva e implementável.”

A alternativa D está correta. O sistema multiportas de resolução de conflitos, consagrado no CPC (art. 3º, § 3º), admite a combinação de diferentes métodos de solução de controvérsias. A via judicial e os mecanismos consensuais (mediação, conciliação, TACs, protocolos) podem coexistir e se complementar,

desde que preservados princípios como isonomia, publicidade e controle. Esta é a orientação da Resolução nº 118/2014 do CNMP e da Resolução nº 125/2010 do CNJ, Vejamos: “Considerando que a negociação, a mediação, a conciliação, as convenções processuais e as práticas restaurativas são instrumentos efetivos de pacificação social, resolução e prevenção de litígios, controvérsias e problemas e que a sua apropriada utilização em programas já implementados no Ministério Público têm reduzido a excessiva judicialização e têm levado os envolvidos à satisfação, à pacificação, a não reincidência e ao empoderamento;”

A alternativa E está incorreta. A mesa de diálogo não substitui automaticamente o processo judicial. São instâncias complementares que podem coexistir. A substituição dependerá do resultado das tratativas e da eventual homologação judicial de acordos, não sendo automática.

QUESTÃO 85. Em agosto de 2025, o Ministério Público ajuizou ação civil pública contra o Município Beta, aduzindo o descumprimento de ações e estratégias previstas na Meta 1 do Plano Nacional de Educação (PNE), instituído pela Lei nº 13.005/2014. O MP alega que a oferta municipal de educação infantil em creches atende apenas 50% das crianças de até 3 anos, comprometendo o acesso e a fruição do direito fundamental à educação infantil. O Parquet pediu, entre outras obrigações de fazer, a condenação do Município a atender 100% da demanda para as vagas em creches públicas municipais de todas as crianças entre 0 e 03 anos.

À luz da legislação vigente e das diretrizes do PNE, é correto afirmar que, nesse caso.

a) assiste razão ao Ministério Público, uma vez que se encerrou, em 2024, o prazo fixado pelo PNE para a universalização da educação infantil na pré-escola (4 a 5 anos) e para o atendimento de, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos.

b) não assiste razão ao Ministério Público, pois o prazo conferido pelo PNE foi estendido até 31 de dezembro de 2025, não podendo o Município ser atualmente compelido a oferecer a educação infantil em creches a, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos.

c) ao final da vigência do PNE, a diferença entre as taxas de frequência à educação infantil das crianças de até 3 anos oriundas do quinto de renda familiar per capita mais elevado e as do quinto de renda familiar per capita mais baixo deve ser inferior a 20%.

d) o Ministério Público não pode exigir que o Município realize o levantamento da demanda por creche para crianças de até 3 anos, como forma de planejar a oferta e verificar o atendimento da demanda manifesta, uma vez que se trata de medida que violaria a separação dos poderes.

e) no caso hipotético, o Município não pode articular a oferta de matrículas gratuitas em creches certificadas como entidades beneficentes de assistência social na área de educação, pois o serviço educacional deve ser prestado exclusivamente pelo setor público.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre o Plano Nacional de Educação.

A alternativa A está correta. A Meta 1 do PNE (Lei nº 13.005/2014) estabelecia: "Meta 1: universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE." Conforme o art. 1º da Lei nº 13.005/2014, o PNE tinha vigência de 10 anos a partir de sua publicação (25/06/2014), encerrando-se em junho de 2024. Portanto, os prazos para a universalização da pré-escola (2016) e para o atendimento mínimo de 50% das crianças em creches (2024) já haviam se encerrado quando da propositura da ACP em agosto de 2025. A alternativa está correta quanto aos marcos temporais e metas do PNE.

A alternativa B está incorreta. Não houve prorrogação do PNE até 31 de dezembro de 2025. A Lei nº 13.005/2014 teve vigência de 10 anos (2014-2024), tendo sido posteriormente aprovado novo PNE pela Lei nº 14.934/2024. A informação de prorrogação é inverídica.

A alternativa C está incorreta. A estratégia 1.2 do PNE estabelecia: "1.2) garantir que, ao final da vigência deste PNE, seja inferior a 10% (dez por cento) a diferença entre as taxas de frequência à educação infantil das crianças de até 3 (três) anos oriundas do quinto de renda familiar per capita mais elevado e as do quinto de renda familiar per capita mais baixo;" A diferença deveria ser inferior a 10%, não 20%.

A alternativa D está incorreta. O levantamento da demanda é obrigação legal expressamente prevista no PNE. As estratégias 1.3 e 1.16 estabelecem: "1.3) realizar, periodicamente, em regime de colaboração, levantamento da demanda por creche para a população de até 3 (três) anos, como forma de planejar a oferta e verificar o atendimento da demanda manifesta;" "1.16) o Distrito Federal e os Municípios, com a colaboração da União e dos Estados, realizarão e publicarão, a cada ano, levantamento da demanda manifesta por educação infantil em creches e pré-escolas, como forma de planejar e verificar o atendimento;" Trata-se de obrigação legal, não havendo violação à separação de poderes na exigência de seu cumprimento.

A alternativa E está incorreta. A estratégia 1.7 do PNE expressamente admite essa articulação: "1.7) articular a oferta de matrículas gratuitas em creches certificadas como entidades beneficentes de assistência social na área de educação com a expansão da oferta na rede escolar pública;" Ademais, o art. 213 da CF/88 permite a destinação de recursos públicos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas.

QUESTÃO 86. O Ministério Público recebeu representação noticiando possíveis irregularidades no processo administrativo de desapropriação de área privada instaurado pelo Município Alfa. Durante as investigações, o Parquet constatou que o ente municipal declarou interesse público, justificando ser o imóvel único apto a atender à demanda existente, sendo paga a indenização. Apurou-se, ainda, que a pessoa jurídica proprietária do imóvel possuía débitos fiscais junto ao próprio ente federativo, os quais não foram computados no cálculo da indenização.

Considerando a legislação em vigor, assinale a afirmativa que apresenta a conclusão juridicamente adequada para a situação descrita.

a) O Ministério Público poderá ajuizar ação civil pública em desfavor, apenas, do Município, questionando a legalidade da desapropriação realizada.

b) Os débitos fiscais relativos ao imóvel desapropriado não precisam ser computados para fins de cálculo da indenização, devendo ser cobrados, separadamente, pela Fazenda Pública.

c) O Município deve demonstrar que realizou estudo técnico anterior à desapropriação, apontando a razão pela qual a área seria a única apta atender os seus interesses.

d) A ação civil pública deverá ser ajuizada somente em desfavor da pessoa jurídica de direito privado beneficiada com a desapropriação.

e) A eventual ilegalidade constatada em desapropriação de imóvel particular, com pagamento de indenização, por si só, configura ato de improbidade administrativa.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre ação civil pública.

A alternativa A está incorreta. O Ministério Público pode ajuizar ACP contra todos os envolvidos nas irregularidades, não se limitando ao Município. Se houver conluio entre agentes públicos e a pessoa jurídica proprietária do imóvel, ou se esta tiver se beneficiado indevidamente, também poderá ser incluída no polo passivo da demanda.

A alternativa B está incorreta. A alternativa contraria expressamente o disposto no art. 32, §§ 1º e 2º, do Decreto-Lei nº 3.365/41: "Art. 32. O pagamento do preço será prévio e em dinheiro. § 1º As dívidas fiscais serão deduzidas dos valores depositados, quando inscritas e ajuizadas. § 2º Incluem-se na disposição prevista no § 1º as multas decorrentes de inadimplemento e de obrigações fiscais." Portanto, as dívidas fiscais devem ser deduzidas dos valores depositados a título de indenização, quando inscritas e ajuizadas. O fato de o Município não ter computado os débitos fiscais no cálculo da indenização configura irregularidade, pois o expropriado (pessoa jurídica) recebeu valor maior do que o devido, em prejuízo ao erário municipal.

A alternativa C está correta. Embora o art. 9º do Decreto-Lei nº 3.365/41 estabeleça que "ao Poder Judiciário é vedado, no processo de desapropriação, decidir se se verificam ou não os casos de utilidade pública", isso não significa que o ato declaratório seja imune a qualquer controle. O princípio da motivação dos atos administrativos (art. 37 da CF/88 e art. 50 da Lei nº 9.784/99) exige que a Administração fundamente suas decisões. Se o Município justificou a desapropriação afirmando que o imóvel era o "único apto a atender à demanda existente", deve demonstrar tecnicamente essa assertiva. A escolha do imóvel específico a ser desapropriado pode ser objeto de controle judicial quanto à sua legalidade, razoabilidade e motivação. A jurisprudência admite o controle dos elementos vinculados do ato e de eventual desvio de finalidade.

A alternativa D está incorreta. A legitimidade passiva na ACP deve abranger todos os responsáveis pelas irregularidades. O Município, como autor do ato administrativo irregular, deve figurar no polo passivo. A pessoa jurídica privada pode ser incluída se tiver se beneficiado indevidamente ou participado de eventual conluio.

A alternativa E está incorreta. A mera ilegalidade não configura, por si só, ato de improbidade administrativa. Conforme a Lei nº 8.429/92 (com redação dada pela Lei nº 14.230/2021), exige-se a demonstração do dolo do agente. O art. 1º, § 3º, expressamente estabelece que "o mero exercício da

função ou desempenho de competências públicas, sem comprovação de ato doloso com fim ilícito, afasta a responsabilidade por ato de improbidade administrativa."

QUESTÃO 87. Na fase executiva de decisão estrutural que determinou a implantação de leitos de UTI neonatal - com metas (leitos habilitados, taxa de ocupação segura, tempo-resposta) e indicadores (mortalidade, transferência por falta de vaga) - o ente público descumpriu reiteradamente o cronograma estabelecido. Nesse cenário, já foram adotadas diversas medidas executivas: (i) aplicação de astreintes pessoais e institucionais; (ii) revisão do plano com marcos intermediários; (iii) criação de comitê de execução; e (iv) requisição administrativa de bens ociosos.

Diante da persistência do descumprimento, o Ministério Público requereu o bloqueio finalístico de numerário na rubrica de saúde, destinado exclusivamente à aquisição de equipamentos e à contratação de equipes, com governança de compras, painel de transparência, prestação de contas bimestral e cláusula de reversão de saldos.

Considerando a proporcionalidade das medidas executivas e a vinculação finalística das verbas públicas, assinale a opção correta.

- a) O bloqueio é sempre vedado, por violar a separação de poderes e interferir na execução orçamentária, fato que pode impactar outras áreas de atuação.
- b) O bloqueio depende de prévia condenação criminal do gestor, não podendo o ente público ser punido, pelo princípio da intranscendência subjetiva.
- c) O bloqueio deve recair sobre qualquer rubrica, sem vinculação temática, visando à máxima efetividade da decisão judicial executada.
- d) O bloqueio prescinde de motivação, pois está em jogo direito à vida, cuja indisponibilidade é manifesta.
- e) O bloqueio pode ser admitido excepcionalmente, com fundamentação robusta, proporcionalidade, última ratio após tentativas menos gravosas e vinculação à finalidade e mecanismos de transparência e controle.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre medidas assecuratórias.

A alternativa A está incorreta. O bloqueio de verbas públicas para garantir o cumprimento de decisões judiciais relativas a direitos fundamentais é admitido excepcionalmente pela jurisprudência do STF e do STJ, desde que observados critérios de proporcionalidade e subsidiariedade.

A alternativa B está incorreta. O bloqueio de verbas é medida executiva de natureza cível, não dependendo de condenação criminal. O princípio da intranscendência refere-se à impossibilidade de

sanções a entes federativos por atos de gestões anteriores, o que não se aplica à execução de decisões judiciais para efetivação de direitos fundamentais.

A alternativa C está incorreta. O bloqueio deve observar a vinculação temática e a proporcionalidade. No caso de decisão relativa à saúde, o bloqueio deve recair preferencialmente sobre verbas da área de saúde, com destinação específica para a finalidade determinada na decisão.

A alternativa D está incorreta. Toda decisão judicial deve ser fundamentada (art. 93, IX, da CF/88), especialmente medidas excepcionais como o bloqueio de verbas públicas. A indisponibilidade do direito à vida não dispensa a motivação, mas sim reforça a necessidade de fundamentação robusta. A saber: “Art. 93. Lei complementar, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, disporá sobre o Estatuto da Magistratura, observados os seguintes princípios: IX todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes, em casos nos quais a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação;”

A alternativa E está correta. O bloqueio de verbas públicas é medida excepcional admitida pela jurisprudência do STF (STA 223 AgR) e do STJ (REsp 1.069.810) para garantir o cumprimento de decisões judiciais relativas a direitos fundamentais. Sua aplicação exige: (i) fundamentação robusta; (ii) proporcionalidade; (iii) caráter de última ratio, após esgotamento de medidas menos gravosas; (iv) vinculação à finalidade específica; e (v) mecanismos de transparência e controle. A alternativa descreve corretamente os requisitos para a adoção dessa medida extrema.

QUESTÃO 88. O Município Alfa enfrenta graves deficiências na política de assistência social. Diante dessa situação, entidades da sociedade civil encaminharam representações junto ao Ministério Público, solicitando a adoção de medidas que encerrem as violações de direitos e ofereçam serviços de apoio, acolhimento e orientação.

Considerando a legislação em vigor, é correto afirmar que

a) o centro de referência de assistência social prioriza o oferecimento de proteção social especial de média complexidade.

b) o centro de referência especializado de assistência social é o equipamento que prioriza atendimento para pessoas em situação de rua.

c) a especialidade do equipamento denominado centro pop é a prevenção de riscos, sendo porta de entrada para os serviços sociais.

d) o centro de referência especializado de assistência social atende casos mais graves, acompanhando vítimas de abuso, violência e negligência.

e) o público-alvo dos centros de referência de assistência social são as pessoas que se encontram em situação de rua, viabilizando o acesso à higiene pessoal e à alimentação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre seguridade social.

A alternativa A está incorreta. O CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) é unidade de proteção social básica, não especial. Conforme a Lei nº 8.742/93 (LOAS), art. 6º-C, o CRAS é "a unidade pública municipal, de base territorial, localizada em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinada à articulação dos serviços socioassistenciais no seu território de abrangência e à prestação de serviços, programas e projetos socioassistenciais de proteção social básica às famílias."

A alternativa B está incorreta. O CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social) atende situações de violação de direitos, não sendo específico para pessoas em situação de rua. O equipamento específico para este público é o Centro POP (Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua), conforme art. 7º, § 2º, do Decreto nº 7.053/2009.

A alternativa C está incorreta. O Centro POP é unidade de proteção social especial, voltado especificamente para o atendimento à população em situação de rua. A prevenção de riscos e a porta de entrada para os serviços sociais são funções do CRAS (proteção social básica).

A alternativa D está correta. O CREAS é unidade de proteção social especial de média complexidade, destinada ao atendimento de famílias e indivíduos em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos. Conforme a LOAS (art. 6º-C, § 2º), o CREAS oferece "orientação e apoio especializados e continuados a indivíduos e famílias com direitos violados", incluindo situações de abuso, violência e negligência. A Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009) estabelece que o PAEFI (Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos), ofertado no CREAS, atende famílias e indivíduos que vivenciam violações de direitos.

A alternativa E está incorreta. O CRAS atende famílias em situação de vulnerabilidade social, oferecendo serviços de proteção social básica, como o PAIF (Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família). O atendimento específico a pessoas em situação de rua, com serviços de higiene e alimentação, é realizado pelo Centro POP.

QUESTÃO 89. Leia a situação descrita considerando o enquadramento jurídico do Acordo de Não Persecução Cível (ANPC) e seus efeitos no regime da improbidade

Em investigação sobre fraudes em contratações públicas de tecnologia da informação, envolvendo empresas privadas e agentes públicos, o Ministério Público Estadual propõe Acordos de Não Persecução Cível (ANPCs) conforme o papel de cada envolvido.

Para as pessoas jurídicas, o ANPC prevê: (i) cláusula de colaboração, com entrega de planilhas, registros eletrônicos, organogramas de controle e identificação de beneficiários ocultos; (ii) implementação obrigatória de programa de integridade, com monitoramento independente por 48 meses; (iii) reparação parcial escalonada do dano, garantida por fidejussória; (iv) multa civil proporcional ao proveito indevido; e (v) compromisso de não contratar com o poder público por cinco anos.

Para os agentes públicos, o ANPC é de pura reprimenda, com devolução integral do enriquecimento ilícito, pagamento de multa civil e proibição temporária de exercício de função pública.

Os acordos são submetidos ao juízo competente antes do ajuizamento da ação, para homologação judicial, a fim de conferir eficácia de título executivo judicial e controle de legalidade.

As defesas das pessoas jurídicas suscitam três objeções: (a) ausência de confissão expressa tornaria o ANPC inválido; (b) o MP estadual não teria legitimidade para celebrar o acordo sem autorização da Advocacia Pública; e (c) o monitoramento de compliance configuraria "penalidade política" inconstitucional.

Considerando a sistemática introduzida pela Lei nº 14.230/2021 a natureza e os requisitos do ANPC e os princípios da consensualidade, proporcionalidade e eficiência, assinale a opção correta.

a) O ANPC é inválido sem confissão pública e sem intervenção da Advocacia Pública.

b) O ANPC é válido e eficaz, podendo assumir natureza colaborativa ou de pura reprimenda, independentemente de confissão expressa, cabendo ao juiz o controle de legalidade e adequação, e podendo incluir compliance e monitoramento como medidas de integridade e prevenção.

c) O Ministério Público não pode celebrar ANPC antes do ajuizamento da ação, porque é imprescindível o controle judicial do acordo, por tratar de direitos indisponíveis, como a suspensão dos direitos políticos.

d) O monitoramento de compliance é inconstitucional por configurar sanção atípica e impor restrição incompatível com o regime jurídico das pessoas jurídicas.

e) O ANPC só pode ser celebrado na esfera federal, pela CGU e pela AGU, não sendo admitido no âmbito dos Ministérios Públicos estaduais.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre Acordo de Não Persecução Civil.

A alternativa A está incorreta. A Lei nº 14.230/2021 não exige confissão como requisito de validade do ANPC. O art. 17-B, § 1º, I, da Lei nº 8.429/92 estabelece apenas que o investigado deve manifestar "vontade de celebrar o acordo". Quanto à Advocacia Pública, embora o art. 17-B, § 2º, preveja sua oitiva em casos de dano ao erário, não há exigência de sua intervenção como requisito de validade.

A alternativa B está correta. O ANPC, previsto no art. 17-B da Lei nº 8.429/92 (incluído pela Lei nº 14.230/2021), pode ter diferentes configurações: colaborativo (com entrega de informações e provas) ou de pura reprimenda (com aplicação de sanções consensuais). A lei não exige confissão expressa como

requisito de validade. O controle judicial é necessário para homologação (art. 17-B, § 1º, V), momento em que o juiz verifica a legalidade e adequação do acordo. A inclusão de programas de compliance e monitoramento é admitida como medida de integridade e prevenção, em consonância com os objetivos da lei e com a Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013).

A alternativa C está incorreta. O ANPC pode ser celebrado antes ou depois do ajuizamento da ação, conforme art. 17-B, § 1º, V, da Lei nº 8.429/92: "homologação judicial, independentemente de o acordo ocorrer antes ou depois do ajuizamento da ação de improbidade administrativa". A homologação judicial garante o controle de legalidade, mas não impede a celebração prévia ao ajuizamento.

A alternativa D está incorreta. O monitoramento de compliance não é sanção, mas medida de integridade e prevenção. A Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013, art. 16, § 4º) já prevê a possibilidade de monitoramento em acordos de leniência. A implementação de programas de integridade é inclusive fator de atenuação de sanções (art. 7º, VIII, da Lei nº 12.846/2013).

A alternativa E está incorreta. O ANPC pode ser celebrado por qualquer legitimado à ação de improbidade administrativa, incluindo o Ministério Público estadual. O art. 17-B da Lei nº 8.429/92 não restringe a celebração do acordo à esfera federal.

QUESTÃO 90. Considere a estrutura corporativa descrita a seguir. Em Ação Civil Pública ambiental por contaminação de aquífero, verifica-se que a subsidiária B, responsável pela operação local, é subcapitalizada e atua apenas como titular formal dos contratos operacionais, enquanto a controladora A centraliza o caixa, define investimentos, padroniza processos determina metas ambientais e de produção.

A perícia revela comunhão de contas, transferências intragrupo sem causa econômica, confusão operacional e mitigação deliberada de controles ambientais em B, por decisão do board de A.

Diante do quadro, o juízo cogita: (i) desconsiderar a personalidade jurídica para atingir a controladora A; (ii) reconhecer responsabilidade solidária do grupo econômico; (iii) instaurar incidente com contraditório específico; e (iv) adotar medidas cautelares de garantia, como apontamento e averbação premonitória sobre bens de A.

À luz da tutela coletiva e da efetividade reparatória, assinale a afirmativa correta.

a) controladora jamais responde por atos da subsidiária, em razão da autonomia patrimonial.

b) é admissível alcançar a controladora quando houver abuso, confusão patrimonial ou atuação como grupo econômico unitário, com contraditório adequado.

c) Somente após a falência da subsidiária seria possível responsabilizar a controladora.

d) A Ação Civil Pública não comporta desconsideração da personalidade jurídica, que exigiria ação autônoma e individual.

e) A desconsideração da personalidade jurídica dispensa contraditório por se tratar de direito difuso.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre atividades lesivas ao meio ambiente.

A alternativa A está incorreta. A regra da autonomia patrimonial não é absoluta e cede diante do abuso ou da fraude, especialmente em matéria ambiental (art. 4º da Lei nº 9.605/98).

A alternativa B está correta. Nos termos da literalidade do art. 4º, da Lei 9.605/98, é possível responsabilizar a controladora, em caso de atuação da controladora que provoque empecilhos à reparação ambiental. Vejamos: “Art. 4º Poderá ser desconsiderada a pessoa jurídica sempre que sua personalidade for obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados à qualidade do meio ambiente.”

A alternativa C está incorreta. responsabilização da controladora pela desconsideração da PJ ou pela solidariedade do grupo é independente do estado de insolvência ou falência da subsidiária, bastando a comprovação do abuso ou do obstáculo à reparação.

A alternativa D está incorreta. A ACP é a via adequada para a tutela do meio ambiente, e a desconsideração da PJ é perfeitamente cabível dentro dela

A alternativa E está incorreta. A natureza do direito tutelado não anula a garantia constitucional do contraditório e da ampla defesa para a parte atingida pela medida patrimonial, conforme disposto no art. 70, §4º: “§ 4º As infrações ambientais são apuradas em processo administrativo próprio, assegurado o direito de ampla defesa e o contraditório, observadas as disposições desta Lei.”

QUESTÃO 91. Foi encaminhado projeto de lei à Assembleia Legislativa do estado Alfa, visando à criação de órgãos de execução no âmbito do respectivo Ministério Público. Durante a tramitação dessa proposição legislativa, que resultou na Lei Complementar Estadual nº X (LEX), foram apresentadas três emendas parlamentares, tendo os seguintes objetos:

E1 – criação de metade do quantitativo de órgãos de execução propostos apesar da observância dos limites de despesas afetos à responsabilidade fiscal;

E2 – vedação a que o órgão de execução venha a ser ocupado por pessoas estranhas à carreira;

E3 – alteração das atribuições propostas para os órgãos de execução.

À luz da sistemática vigente, é correto afirmar que:

a) a proposição LEX apresenta vício de inconstitucionalidade apenas em relação à matéria aprovada em E1.

b) a proposição LEX apresenta vício de inconstitucionalidade apenas em relação à matéria aprovada em E2.

c) a proposição LEX apresenta vício de inconstitucionalidade apenas em relação à matéria aprovada em E3.

d) o projeto de lei apresentado foi previamente aprovado pelo Colégio de Procuradores de Justiça, não tendo vícios.

e) o projeto de lei apresentado foi previamente aprovado pelo Conselho Superior do Ministério Público, não tendo vícios.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre a organização e atribuições do Ministério Público.

A alternativa A está incorreta. A emenda E1, que reduz o quantitativo de órgãos propostos com observância dos limites fiscais, não necessariamente caracteriza vício de inconstitucionalidade. A redução de despesa em projeto de iniciativa privativa, desde que não desnature completamente a proposta, pode ser admitida pelo Poder Legislativo no exercício de sua competência de controle orçamentário. O STF no Tema 686 /RG determinou que apenas as emendas parlamentares que impliquem aumento de despesa, serão formalmente inconstitucionais: "I - Há reserva de iniciativa do Chefe do Poder Executivo para edição de normas que alterem o padrão remuneratório dos servidores públicos (art. 61, § 1º, II, a, da CF); II - São formalmente inconstitucionais emendas parlamentares que impliquem aumento de despesa em projeto de lei de iniciativa reservada do Chefe do Poder Executivo (art. 63, I, da CF).".

A alternativa B está incorreta. A emenda E2, que veda a ocupação por estranhos à carreira, encontra respaldo no próprio texto constitucional (art. 129, §2º, CF), que estabelece: "As funções do Ministério Público só podem ser exercidas por integrantes da carreira". Trata-se de emenda meramente declaratória de norma constitucional já existente, não configurando vício de inconstitucionalidade.

A alternativa C está correta. A matéria relativa à organização e às atribuições do Ministério Público é de iniciativa privativa do Procurador-Geral de Justiça, conforme estabelece o art. 128, §5º, da Constituição Federal: "Leis complementares da União e dos Estados, cuja iniciativa é facultada aos respectivos Procuradores-Gerais, estabelecerão a organização, as atribuições e o estatuto de cada Ministério Público". A emenda parlamentar E3, que altera as atribuições propostas para os órgãos de execução, configura clara violação à iniciativa privativa do chefe do Ministério Público, pois desnatura o projeto original em seu aspecto essencial. A jurisprudência consolidada do STF estabelece que emendas parlamentares a projetos de iniciativa privativa são admitidas desde que não desvirtuem a finalidade do projeto e não alterem sua essência estrutural. "1. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é firme no sentido de que o Poder Legislativo pode emendar projeto de iniciativa privativa do chefe do Poder Executivo, desde que não ocorra aumento de despesa e haja estreita pertinência das emendas com o objeto do projeto encaminhado ao Legislativo, mesmo que digam respeito à mesma matéria. Nesse sentido: ADI 546, Rel. Min. Moreira Alves, j. em 11.3.1999, DJ de 14. 4.2000; ADI 973-MC, Rel. Min. Celso de Mello, j. em 17.12.1993, DJ 19.12.2006; ADI 2.305, Rel. Min. Cezar Peluso, j. em 30.06.2011, DJ 05.08.2011; e ADI 1.333, Rel. Min. Cármen Lúcia, j. em 29.10.2014, DJE 18.11.2014. (STF, Tribunal Pleno, ADI nº 3.655, Relator: Min. ROBERTO BARROSO, julgado em 03/03/2016, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-070 DIVULG 14-04-2016 PUBLIC 15-04-2016)".

A alternativa D e E estão incorretas. Ambas estão incorretas porque afirmam inexistir vícios no projeto, quando claramente a emenda E3 apresenta vício de inconstitucionalidade formal por ofensa à iniciativa privativa. Ademais, a competência para aprovação de propostas de projetos de lei do Ministério Público é do Colégio de Procuradores de Justiça (art. 13, I, da LC 95/97/ES), não do Conselho Superior. “Art. 13. Compete ao Colégio de Procuradores de Justiça: I - aprovar as propostas de projeto de lei do Ministério Público;”.

QUESTÃO 92. No âmbito do Ministério Público do Estado Alfa, foi editado aviso informando sobre a criação de um banco de dados que teria, entre as suas funcionalidades, a de estimular a visibilidade institucional da atuação resolutiva do Ministério Público.

Esse banco de dados está conectado a um banco congênere organizado pelo Conselho Nacional do Ministério Público, de âmbito nacional, estruturado em harmonia com os balizamentos oferecidos pela Recomendação CNMP nº 54/2017, o que é indicativo de que

a) conta, em cada unidade do Ministério Público, com um membro responsável pelo estímulo e correção da alimentação.

b) é alimentado, em cada unidade do Ministério Público, pela Corregedoria-Geral, considerando os relatórios estatísticos, apresentados e os indicadores de produtividade.

c) é gerido pela Comissão de Acompanhamento Institucional, que deve acessar os sistemas das unidades do Ministério Público e integralizar as informações em âmbito nacional.

d) é alimentado de maneira automática, com a interligação dos sistemas locais ao nacional, o que permite a aplicação do algoritmo indicador de resolutividade, de livre acesso ao público.

e) fica a cargo, em cada unidade do Ministério Público, do respectivo Procurador-Geral, vedada a delegação, que será responsável por oferecer os meios necessários à alimentação do sistema.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre a Recomendação CNMP nº 54/2017.

A alternativa A está correta. A Recomendação CNMP nº 54/2017, que dispõe sobre o Banco Nacional de Projetos e Boas Práticas do Ministério Público (BNPBP) e outras medidas de estímulo à atuação resolutiva, estabelece que cada unidade do Ministério Público deve contar com um membro responsável pelo estímulo à alimentação do sistema e pela verificação da correção dos dados inseridos. Essa estrutura descentralizada visa garantir a qualidade e a fidedignidade das informações cadastradas.

A alternativa B está incorreta. A Corregedoria-Geral tem funções de orientação e fiscalização, não sendo o órgão responsável pela alimentação de bancos de dados de atuação resolutiva. Suas atribuições estão relacionadas à atividade funcional e disciplinar dos membros, conforme art. 17 da LC 95/97/ES. “Art. 17. A Corregedoria-Geral do Ministério Público é órgão orientador e fiscalizador das Procuradorias e Promotorias de Justiça e das atividades funcionais e de conduta profissional de todos os membros do Ministério Público.”

A alternativa C está incorreta. Não há previsão de uma "Comissão de Acompanhamento Institucional" com as atribuições descritas na alternativa. A gestão do banco de dados nacional compete ao próprio CNMP, cabendo às unidades locais a alimentação do sistema.

A alternativa D está incorreta. A alimentação do sistema não ocorre de forma automática, pois depende de inserção de dados pelos membros responsáveis em cada unidade. Ademais, não há previsão de "algoritmo indicador de resolutividade" de livre acesso público nos moldes descritos.

A alternativa E está incorreta. A responsabilidade pela alimentação do sistema não é pessoal e indelegável do Procurador-Geral. A sistemática prevê a designação de membro responsável, podendo haver delegação dessa atribuição.

QUESTÃO 93. No diário oficial do Ministério Público do Estado Alfa, foi publicada a informação de que uma Promotora de Justiça fora convocada para atuar em determinado órgão de execução.

Considerando as características do instituto da convocação enquanto forma de provimento derivado à luz da sistemática estabelecida na Lei nº 8.625/1993, é correto afirmar que

a) o seu objetivo é o de assegurar a continuidade do serviço, sendo realizada pelo Procurador-Geral de Justiça, não dependendo da aquiescência do interessado.

b) a atuação de Maria deve ocorrer obrigatoriamente perante órgão de execução de primeira instância, desenvolvendo as atividades previstas no ato de designação do Procurador-Geral de Justiça.

c) a atuação de Maria se desenvolverá perante órgão de execução do qual não é titular, em caráter cumulativo com o órgão que titulariza, assegurada a retribuição pecuniária correspondente.

d) a sua regulamentação pela lei orgânica estadual é necessária, sendo ainda exigido que Maria tenha formulado requerimento nesse sentido ao Conselho Superior do Ministério Público.

e) a atuação de Maria deve seguir a regulamentação estabelecida a nível local pelo Colégio de Procuradores de Justiça, assegurada a liberdade valorativa do Procurador-Geral de Justiça na realização da designação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre a LONMP.

A alternativa A está correta. A convocação, conforme a sistemática da Lei nº 8.625/1993, tem por objetivo principal assegurar a continuidade dos serviços do Ministério Público. Nos termos do art. 10, IX, alínea "b", da LONMP, compete ao Procurador-Geral de Justiça "designar membros do Ministério Público para assegurar a continuidade dos serviços, em caso de vacância, afastamento temporário, ausência, impedimento ou suspeição do titular do cargo". Trata-se de ato de autoridade do chefe da instituição, que não depende da aquiescência do membro designado quando presente situação de

necessidade do serviço. “Art. 10. Compete ao Procurador-Geral de Justiça: [...] IX - designar membros do Ministério Público para: [...] b) ocupar cargo de confiança junto aos órgãos da Administração Superior;”.

A alternativa B está incorreta. A convocação não se restringe obrigatoriamente aos órgãos de primeira instância. O membro pode ser convocado para atuar em qualquer órgão de execução, inclusive para substituir Procurador de Justiça, conforme previsão legal.

A alternativa C está incorreta. A alternativa confunde convocação para substituição com designação para exercício cumulativo. A convocação, em regra, visa à substituição do titular ausente, não ao exercício cumulativo de funções. A designação para atuação conjunta está prevista no art. 10, IX, alínea "d", da LONMP, constituindo instituto diverso. “Art. 10. Compete ao Procurador-Geral de Justiça: [...] IX - designar membros do Ministério Público para: [...] d) oferecer denúncia ou propor ação civil pública nas hipóteses de não confirmação de arquivamento de inquérito policial ou civil, bem como de quaisquer peças de informações;”.

A alternativa D está incorreta. A convocação é ato do Procurador-Geral de Justiça, não dependendo de requerimento ao Conselho Superior do Ministério Público. O Conselho Superior atua em matérias específicas previstas em lei, como promoção, remoção e procedimentos disciplinares. “Art. 10. Compete ao Procurador-Geral de Justiça: [...] VI - prover os cargos iniciais da carreira e dos serviços auxiliares, bem como nos casos de remoção, promoção, convocação e demais formas de provimento derivado;”.

A alternativa E está incorreta. A regulamentação da convocação compete ao Procurador-Geral de Justiça, não ao Colégio de Procuradores de Justiça. O Colégio tem atribuições deliberativas e recursais, não de regulamentação de atos administrativos ordinários. “Art. 10. Compete ao Procurador-Geral de Justiça: [...] VI - prover os cargos iniciais da carreira e dos serviços auxiliares, bem como nos casos de remoção, promoção, convocação e demais formas de provimento derivado;”.

QUESTÃO 94. Em determinada relação processual, foi constatado que, em razão das características do interesse público envolvido, ter-se-ia o seu enquadramento na esfera de atribuições de dois órgãos de execução distintos do Ministério Público, os quais, ao ver do juízo competente, deveriam atuar simultaneamente.

Na situação descrita, à luz dos balizamentos estabelecidos pela Recomendação CNMP nº 34/2016, é correto afirmar que

a) a necessidade de atuação simultânea dos dois órgãos de execução pressupõe prévia manifestação do Procurador-Geral de Justiça, reconhecendo a sua imprescindibilidade.

b) a atuação simultânea de mais de um órgão de execução, na mesma relação processual, é prescindível, quer a ação seja individual, quer coletiva, proposta, ou não, pela Instituição.

c) a divergência do membro do Ministério Público, em relação à valorização do juízo, deve ser objeto de agravo de instrumento, que deve ser interposto pelo órgão que primeiro tiver ciência.

d) a atuação simultânea dos dois órgãos de execução somente é necessária caso a ação tenha sido ajuizada pelo Ministério Público, de modo que um deles atuará como órgão agente e o outro como órgão interveniente.

e) a atuação simultânea de dois órgãos de execução é necessária quando se esteja perante interesses indisponíveis que possam sofrer restrições em ação do Ministério Público, o que exige a atuação de outro órgão como *custos iuris*.

Comentários

A alternativa correta é a letra E. A questão trata sobre a Recomendação CNMP nº 34/2016.

A alternativa A está incorreta. Não há exigência de prévia manifestação do Procurador-Geral de Justiça para definir a necessidade de atuação simultânea. A própria sistemática da Recomendação estabelece critérios objetivos para identificar as hipóteses em que a atuação conjunta se faz necessária, cabendo ao próprio órgão de execução avaliar a presença dos requisitos legais.

A alternativa B está incorreta. A alternativa B incorre em generalização indevida ao afirmar que "a atuação simultânea de mais de um órgão de execução, na mesma relação processual, é prescindível, quer a ação seja individual, quer coletiva, proposta, ou não, pela Instituição". O erro lógico é evidente: a afirmação de que algo é sempre prescindível (dispensável) torna-se falsa quando existe ao menos uma hipótese em que aquilo é necessário. A alternativa E descreve precisamente essa hipótese excepcional prevista no art. 4º, §1º, da Recomendação. "§1º Quando houver, na causa, outros interesses indisponíveis que possam sofrer restrições em decorrência da atuação do Ministério Público como parte, a tutela desses interesses será exercida por outro órgão de execução, na condição de fiscal da ordem jurídica.". A Recomendação CNMP nº 34/2016 de fato busca racionalizar a atuação ministerial, evitando duplicidade desnecessária de intervenção. Contudo, a norma não elimina as hipóteses de atuação simultânea; ela as regulamenta, estabelecendo quando são necessárias e quando são dispensáveis.

A alternativa C está incorreta. A divergência entre o membro do Ministério Público e o juízo quanto à necessidade de intervenção não se resolve por agravo de instrumento. O membro detém independência funcional para avaliar a pertinência de sua atuação, inexistindo previsão de recurso processual para essa hipótese. Os mecanismos adequados são outros, como a suscitação de conflito de atribuições.

A alternativa D está incorreta. A alternativa condiciona a atuação simultânea apenas às ações ajuizadas pelo Ministério Público, o que não corresponde à sistemática da Recomendação. A necessidade de atuação de outro órgão como custos iuris decorre da existência de interesses indisponíveis que possam sofrer restrições, independentemente de quem tenha proposto a ação.

A alternativa E está correta. A alternativa E reproduz com fidelidade a hipótese excepcional prevista no Art. 4º, §1º, da Recomendação CNMP nº 34/2016, que estabelece: "§1º Quando houver, na causa, outros interesses indisponíveis que possam sofrer restrições em decorrência da atuação do Ministério Público como parte, a tutela desses interesses será exercida por outro órgão de execução, na condição de fiscal da ordem jurídica.". Trata-se de situação em que o próprio Ministério Público, ao atuar como órgão agente (parte), pode eventualmente restringir interesses indisponíveis de terceiros. Nessa hipótese, a atuação simultânea de outro órgão de execução como custos iuris torna-se necessária, justamente para garantir a proteção integral desses interesses potencialmente afetados.

QUESTÃO 95. Dois Promotores de Justiça do Estado do Espírito Santo se encontravam em disponibilidade, estando um deles há 6 (seis) meses nessa situação, e o outro há 1 (um) ano. Nesse período, foi identificada a abertura de uma vaga na classe em que se encontravam quando no exercício regular de suas funções, o que ensejou discussões em relação à possibilidade, ou não, de retornarem à atividade.

À luz da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Espírito Santo, é correto afirmar que

- a) as demais formas de provimento têm precedência sobre o aproveitamento.
- b) o aproveitamento pode ocorrer, tendo preferência o membro mais antigo na classe.
- c) a reintegração pode ocorrer, tendo precedência sobre as demais formas de provimento e de remoção.
- d) o reingresso pode ocorrer, sendo que terá preferência o membro com o maior tempo de disponibilidade.
- e) o retorno ao serviço ativo pressupõe o direito de opção do membro em disponibilidade pelo órgão que se encontra vago.

Comentários

A alternativa correta é a letra D. A questão trata sobre a LC 95/1997/ES.

A alternativa A está incorreta. A alternativa inverte a ordem de precedência. Conforme o art. 75, §1º, da LC 95/97/ES: "O aproveitamento tem precedência sobre as demais formas de provimento e sobre a remoção.". Portanto, o aproveitamento é que tem precedência, não o contrário.

A alternativa B está incorreta. A alternativa estabelece incorretamente o critério de preferência. O §2º do art. 75 da LC 95/97/ES é claro ao dispor que a preferência é pelo maior tempo de disponibilidade, sendo a antiguidade na classe critério subsidiário, aplicável apenas em caso de empate no tempo de disponibilidade. "Art. 75. O aproveitamento é o retorno à carreira do membro do Ministério Público posto em disponibilidade. [...] § 2º Havendo mais de um concorrente à mesma vaga, terá preferência o de maior tempo de disponibilidade e, em caso de empate, o mais antigo na classe.".

A alternativa C está incorreta. A reintegração, conforme art. 74 da LC 95/97/ES, decorre de decisão judicial transitada em julgado e não se aplica ao caso narrado, que trata de membros em disponibilidade (não de membros demitidos que obtiveram decisão judicial favorável). A forma correta de retorno para membros em disponibilidade é o aproveitamento. "Art. 74. A reintegração, que decorre de decisão judicial transitada em julgado, é o retorno do membro do Ministério Público ao cargo, com ressarcimento dos direitos e vantagens não percebidos em razão da perda indevida do cargo, inclusive a contagem do período de afastamento dela decorrente como tempo de serviço, para todos os efeitos, observadas as seguintes normas: I - se o cargo estiver extinto, o reintegrado é posto em disponibilidade; II - se o cargo estiver preenchido, o seu ocupante é posto em disponibilidade, sem prejuízo de vencimentos e vantagens; III - se, em exame médico obrigatório, for considerado incapaz, o reintegrado é aposentado, na forma do artigo 109 desta Lei Complementar.".

A alternativa D está correta. A Lei Complementar nº 95/1997 do Estado do Espírito Santo disciplina o reingresso na carreira do Ministério Público nos arts. 73 a 76. Especificamente quanto ao aproveitamento (forma de reingresso dos membros em disponibilidade), o art. 75, §2º, estabelece: "Havendo mais de um concorrente à mesma vaga, terá preferência o de maior tempo de disponibilidade e, em caso de empate, o mais antigo na classe.". Portanto, entre os dois Promotores de Justiça em disponibilidade, terá preferência aquele que está há 1 (um) ano nessa situação, pois possui maior tempo de disponibilidade.

A alternativa E está incorreta. Não há previsão legal de direito de opção pelo órgão vago por parte do membro em disponibilidade. O aproveitamento ocorre na vaga existente, conforme as regras estabelecidas na lei orgânica, sem direito de escolha pelo membro.

QUESTÃO 96. Joana, Promotora de Justiça titular da Promotoria de Justiça da Comarca Alfa, no Estado do Espírito Santo, foi informada pelo juízo, junto ao qual atua, que a Comarca seria extinta em 2 (dois) meses, informação que se mostrou verdadeira. Preocupada com as consequências da extinção da Comarca, que simplesmente suprimiria a funcionalidade do respectivo órgão de execução, Joana consultou a legislação de regência e concluiu corretamente que

a) Deve ser posta em disponibilidade.

b) Deve passar a integrar quadro especial.

c) Deve ser adida ao gabinete do Procurador-Geral de Justiça.

d) Tem a faculdade de se remover para outra Promotoria de Justiça de igual entrância.

e) Tem a faculdade de se remover para outro cargo de igual classe ou optar pela disponibilidade.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Espírito Santo (LC 95/97).

Sobre as garantias e prerrogativas do Ministério Público, o art. 82 da LC 95/97 traz o seguinte: "Art. 82. Os membros do Ministério Público estão sujeitos a regime jurídico especial e têm as seguintes garantias: I - vitaliciedade, após dois anos de efetivo exercício, observado o disposto nos artigos 64 a 66 desta Lei Complementar, não podendo perder o cargo senão por sentença judicial proferida em ação civil própria e transitada em julgado; II - inamovibilidade na Procuradoria de Justiça e na Promotoria de Justiça, salvo por motivo de interesse público, mediante decisão do Conselho Superior do Ministério Público, por voto de dois terços de seus membros, assegurada ampla defesa; III- irredutibilidade de vencimentos e vantagens, observado, quanto à remuneração, o disposto na Constituição da República, na Lei Federal nº 8.625/93 e nesta Lei Complementar." E, especificamente sobre o caso de extinção da comarca, é o art. 83 que traz o regramento, vejamos: "Art. 83. Em caso de extinção do órgão de execução ou da comarca e de mudança da sede da Promotoria de Justiça, é facultado ao Promotor de Justiça remover-se para outro cargo de igual classe, podendo optar pela disponibilidade com vencimentos e vantagens integrais e contagem do tempo de serviço, como se estivesse em exercício." Assim, no caso narrado pelo

enunciado, com a extinção da Comarca Alfa, Joana terá a faculdade de se remover para outro cargo de igual classe ou optar pela disponibilidade. Portanto, a alternativa correta é a letra D. As demais alternativas ficam automaticamente incorretas, pois vão de encontro ao que traz o dispositivo transcrito.

QUESTÃO 97. Ana, Promotora de Justiça vitalícia no âmbito do Ministério Público do Estado do Espírito Santo, pretende participar de um curso organizado por órgão do Poder Judiciário da União, com duração de 6 (seis) dias úteis. Por tal razão, analisou a legislação de regência, a fim de verificar a possibilidade de ser afastada de suas funções regulares lembrando que, no início do mesmo ano, já usufruiu 3 (três) dias de afastamento para frequentar um curso organizado pela Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (CONAMP). Ao fim de sua análise, Ana concluiu corretamente que o afastamento:

- a) É vedado.**
- b) Pode ser deferido, ou não, pelo Procurador-Geral de Justiça.**
- c) Pode ser deferido, ou não, pelo Conselho Superior do Ministério Público.**
- d) Configura direito subjetivo, considerando o período total de afastamento durante o ano.**
- e) Está condicionado à demonstração da pertinência temática, considerando suas funções regulares.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Espírito Santo (LC 95/97).

Especificamente no tocante aos afastamentos dos membros do Ministério Público do Espírito Santo, o art. 105 da LC 95/97 traz diversas hipóteses, vejamos: “Art. 105. Além dos demais casos previstos nesta Lei Complementar, o membro do Ministério Público poderá afastar-se do cargo para: I - exercer cargo de direção existente no órgão ou entidade, estadual ou federal, representativo da classe, na forma da Lei Estadual nº 4.782, de 14 de junho de 1993; II - pelo prazo máximo de oito dias úteis, comparecer, mediante autorização ou designação do Procurador-Geral de Justiça, a congressos, seminários ou encontros, promovidos pela Instituição ou pelos órgãos ou entidades referidas no inciso anterior, ou relacionados, também a critério do chefe da Instituição, com as funções do interessado; III - ministrar ou frequentar cursos destinados ao aperfeiçoamento dos membros da Instituição pelo prazo não superior a dois anos, no país ou no exterior; IV - exercer a direção do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento e de Centro de Apoio Operacional do Ministério Público; V - exercer cargos de confiança ou comissionados na Instituição; VI - exercer cargo eletivo ou a ele concorrer, observada a legislação pertinente; VII - exercer cargo comissionado estadual ou federal fora da Instituição, pelo prazo máximo de quatro anos, desde que autorizado pelo Conselho Superior do Ministério Público. VIII - por até cinco dias, devidamente autorizado pelo Procurador-Geral de Justiça, conforme inciso LI do artigo 10 desta Lei Complementar, por ano civil, desde que não tenha nenhuma falta injustificada.”

Observe, no inciso II do art. 105, que no caso de comparecimento a congressos, seminários ou encontros, o prazo máximo de afastamento é de 8 dias úteis. Como, no caso hipotético narrado pelo enunciado, neste ano a promotora Ana já usufruiu de 3 dias de afastamento para frequentar um curso organizado pela CONAMP, ela não poderá pedir afastamento por mais 6 dias úteis, pois isso totalizaria 9 dias úteis, o que extrapola o limite trazido pela LC 95/97. Logo, o afastamento pretendido é vedado, e a alternativa correta é a letra A. As demais alternativas ficam, assim, automaticamente incorretas.

QUESTÃO 98. No curso do ano X, deve ser realizada eleição destinada à formação da lista tríplice para a escolha do Procurador-Geral de Justiça do Estado do Espírito Santo. João, membro vitalício da Instituição, almejava concorrer ao referido cargo, o que o levou a analisar os requisitos exigidos e o procedimento a ser adotado. Considerando os balizamentos estabelecidos pela sistemática legal, é correto afirmar que João:

- a) É Procurador de Justiça.**
- b) Tem, no mínimo, 30 anos de idade.**
- c) Não pode integrar a Administração Superior.**
- d) Deve ter sua capacidade eleitoral ativa suspensa, caso se torne candidato.**
- e) Deve ser afastado das funções dez dias antes das eleições, caso se torne candidato.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Espírito Santo (LC 95/97).

A alternativa A está incorreta. Qualquer integrante ativo da carreira do Ministério Público pode se candidatar a Procurador geral de Justiça, seja Promotor ou Procurador. Não necessariamente, para se candidatar, o membro deve ser Procurador de Justiça. Conforme art. 8º, § 2º, da LC 95/97: “§ 2º A lista de que trata o § 1º será composta em eleição, a ser realizada de forma presencial ou por processo eletrônico de votação, até trinta dias antes do término do mandato, mediante voto obrigatório, plurinominal e secreto de todos os integrantes ativos da carreira do Ministério Público.” Observe, ainda, que o § 4º não faz tal distinção: “§ 4º Podem concorrer à eleição os membros ativos e vitalícios do Ministério Público.”

A alternativa B está incorreta. A idade mínima para se candidatar é de 35 anos de idade, e não 30. Conforme art. 8º, § 1º, da LC 95/97: “§ 1º O Ministério Público tem por chefe o Procurador-Geral de Justiça, nomeado pelo Governador do Estado, dentre seus integrantes, vitalícios e com mais de trinta e cinco anos de idade, indicado em lista tríplice, para mandato de dois anos, com início no dia 02 de maio dos anos pares, permitida uma recondução consecutiva, observado o mesmo procedimento, e considerando-se classificados para compô-la os três concorrentes que, individualmente, obtiveram a maior votação.”

A alternativa C está incorreta. Não há qualquer restrição nesse sentido na LC 95/97.

A alternativa D está incorreta. Não há qualquer disposição nesse sentido na LC 95/97. Os candidatos não perdem sua capacidade eleitoral. Conforme § 5º do art. 8º, eles apenas ficam suspensos do exercício de suas funções 10 dias antes da eleição: “§ 5º Os candidatos à lista tríplice, para escolha do Procurador-Geral de Justiça, afastar-se-ão do exercício de suas funções dez dias antes da eleição.”

A alternativa E está correta. Conforme artigo 8º, §5º, da LC 95/97: “§ 5º Os candidatos à lista tríplice, para escolha do Procurador-Geral de Justiça, afastar-se-ão do exercício de suas funções dez dias antes da eleição.”

QUESTÃO 99. No Ministério Público do Estado Alfa tramitava um expediente destinando a apurar afrontas massivas aos direitos humanos atribuídas a determinada estrutura estatal de poder. Entre os documentos que o instruíam, estava a manifestação da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), encaminhada ao Estado brasileiro, na qual se reconhecem as referidas violações e a correlata necessidade de repará-las. À luz da sistemática vigente, é correto afirmar que:

a) Em razão do seu efeito vinculante, a manifestação da CIDH deve ser observada, no prazo de 30 dias.

b) Por se tratar de parecer consultivo, as manifestações da Comissão e da Corte IDH são de observância facultativa.

c) Respeitada a independência funcional, a análise da manifestação da CIDH deve ser priorizada.

d) Em razão do seu caráter instrumental, que irá subsidiar a análise da Corte Interamericana, a manifestação da CIDH não tem existência autônoma.

e) Apesar de se tratar de análise provisória, adotada “inaudita altera pars”, devem ser considerados na fundamentação dos pronunciamentos os argumentos apresentados pela CIDH.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema Resolução 96 do CNMP.

O Ministério Público deve observar, em sua atuação, o efeito vinculante das decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos. É o que determina o art. 2º, II, da Resolução 96 do CNMP. Vejamos: “Art. 2º Recomenda-se aos órgãos do Ministério Público que observem, em seus respectivos âmbitos de atribuição, em todas as esferas de atuação: II - o efeito vinculante das decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos, nos casos em que o Brasil é parte, nos termos do artigo 68 da Convenção Americana sobre os Direitos Humanos;”. Dito isso, analisemos as alternativas.

A alternativa A está incorreta. A Resolução 96/2023 do CNMP não traz qualquer prazo para que a manifestação da CIDH seja observada.

A alternativa B está incorreta. São de observância obrigatória, conforme art. 2º, II, da Resolução 96 do CNMP, acima transcrito. Ademais, ressalte-se que, conforme o art. 26 da Convenção de Viena sobre o

Direito dos Tratados, já ratificada e incorporada pelo Estado brasileiro à ordem jurídica interna, “todo tratado em vigor obriga as partes e deve ser cumprido por elas de boa-fé”.

A alternativa C está incorreta. A análise da manifestação da CIDH não precisa ser, necessariamente, priorizada. Não há qualquer disposição neste sentido na Resolução 96 do CNMP. No entanto, deve ser, obrigatoriamente, levada em consideração, conforme explicação da letra B.

A alternativa D está incorreta. A manifestação da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) tem existência autônoma. Isso significa que a CIDH é um órgão principal da Organização dos Estados Americanos (OEA) que atua com independência e suas decisões não são subordinadas à nenhum tipo de validação ou aprovação de outras instâncias políticas da OEA. Conforme o site oficial da OEA: “A CIDH é um órgão principal e autônomo da Organização dos Estados Americanos (OEA) encarregado da promoção e proteção dos direitos humanos no continente americano. É integrada por sete membros independentes que atuam de forma pessoal e tem sua sede em Washington, D.C. Foi criada pela OEA em 1959 e, juntamente com a Corte Interamericana de Direitos Humanos (CorteIDH), instalada em 1979, é uma instituição do Sistema Interamericano de proteção dos direitos humanos (SIDH).” (Pesquisado em: <https://www.oas.org/pt/CIDH/jsForm/?File=/pt/cidh/mandato/que.asp>. Acesso em: 01/12/2025).

A alternativa E está correta. Conforme a Recomendação 96 do CNMP, de fato, os argumentos apresentados pela CIDH devem ser considerados na fundamentação dos pronunciamentos, já que as manifestações da Comissão e da Corte IDH são vinculantes, na forma do art. 2º, II, acima já transcrito.

QUESTÃO 100. Após regular aprovação em concurso público de provas e títulos, Maria tomou posse no cargo de provimento efetivo de Promotora de Justiça Substituta do Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Durante o prazo previsto pela legislação de regência, Maria teve sua atuação funcional avaliada na perspectiva da idoneidade moral, do zelo funcional, da eficiência profissional e da disciplina, o que resultou na elaboração de relatório que se inclinava, de maneira motivada, pelo seu não vitaliciamento. Na situação descrita, é correto afirmar que o referido relatório

a) Foi elaborado pelo Corregedor-Geral do Ministério Público e deve ser apreciado pelo Procurador-Geral de Justiça.

b) Foi elaborado pelo Conselho Superior do Ministério Público e será apreciado pelo Corregedor-Geral do Ministério Público.

c) Foi elaborado pela Comissão de Acompanhamento do Estágio Probatório e será apreciado pelo Procurador-Geral de Justiça.

d) Somente pode ser desconsiderado pelo Colégio de Procuradores de Justiça, pelo voto de dois terços dos seus membros.

e) Será apreciado pelo Conselho Superior do Ministério Público, e eventual recurso contra o não vitaliciamento será apreciado pelo Colégio de Procuradores de Justiça.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Espírito Santo (LC 95/97).

Especificamente no tocante ao vitaliciamento, o art. 64 da LC 95/97 traz o seguinte: “Art. 64. Os dois primeiros anos de efetivo exercício de cargo inicial na carreira do Ministério Público serão de Estágio-Probatório, durante o qual a atuação do Promotor de Justiça será avaliada por Comissão, indicada e presidida pelo Corregedor-Geral do Ministério Público, e homologada pelo Conselho Superior do Ministério Público, com vista a avaliação de suas condições para vitaliciamento, mediante verificação de suficiência dos seguintes requisitos: I - idoneidade moral; II - zelo funcional; III - eficiência profissional; IV - disciplina.” Dito isso, analisemos as alternativas.

As alternativas A, B e C estão incorretas. O relatório é elaborado pelo Corregedor-Geral do Ministério Público, e apreciado pelo Conselho Superior do Ministério Público, conforme se depreende da leitura do art. 65, caput, c/c § 5º, da LC 95/97. Vejamos: “Art. 65. Até sessenta dias do término do prazo previsto no artigo anterior, o Corregedor-Geral do Ministério Público encaminhará ao Conselho Superior do Ministério Público relatório circunstanciado sobre o desempenho de cada Promotor de Justiça, manifestando-se, especialmente, sobre os requisitos estabelecidos no mesmo artigo e opinando, motivadamente, no sentido do seu vitaliciamento ou não. § 5º Concluído o procedimento, o Conselho Superior do Ministério Público decidirá no prazo máximo de trinta dias.”

A alternativa D está incorreta. Não há qualquer disposição nesse sentido na LC 95/97.

A alternativa E está correta. Conforme art. 66 da LC 95/97: “Art. 66. A decisão sobre vitaliciamento, ou não, de membro do Ministério Público será proferida pelo voto da maioria absoluta dos integrantes do Conselho Superior e dela caberá recurso, no prazo de quinze dias, para o Colégio de Procuradores de Justiça, que o apreciará em trinta dias.”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esperamos que tenham gostado do material.

Bons estudos!

Para qualquer dúvida, crítica ou sugestão, entre em contato pelos seguintes canais:



E-mail: vinicius.militao@estrategia.com



Instagram: [estrategiacarreira juridica](https://www.instagram.com/estrategiacarreira juridica)